Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar

Rio de Janeiro

PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO

RIO DE JANEIRO: PAISAGENS CARIOCAS ENTRE A MONTANHA E O MAR

FEVEREIRO DE 2014

CRÉDITOS

Presidente da República
Dilma Roussef

Ministro da Cultura
Marta Suplicy

Governador do Estado do Rio de Janeiro
Sérgio Cabral

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Presidente do IPHAN
Jurema Machado

Diretor do Departamento de Patrimônio Material
Andrey Schlee Rosenthal

Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro
Ivo de Matos Barreto Junior

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

COORDENAÇÃO IPHAN:
Maria Cristina Vereza Lodi
Letícia Pimentel
Isabelle Cury

Consultores:
Márcia Nogueira Batista, arquiteta-paisagista e urbanista
Rafael Winter Ribeiro, geógrafo

COMITÊ GESTOR RIO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Maria Cristina Vereza Lodi
Letícia Pimentel
Isabelle Cury

Parque Nacional da Tijuca:
Maria de Lourdes Figueira
Ernesto Viveiros de Castro

Jardim Botânico do Rio de Janeiro:
Guido Gelli
Claudison Rodrigues de Vasconcelos

Governo do Estado do Rio de Janeiro:
Olga Campista
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro
Liana Carneiro Monteiro
Maria Cristina Monteiro

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:

IRPH
Washington Fajardo
Aline Xavier
Natalia Trados Barroso

SMU
Mônica Bahia Schlee

SMAC
Jovanildo Savastano
Isabela Lobato

IPP
André Zambelli
Cláudia Granjeiro

SECONSERVA
Joaquim Monteiro de Carvalho
Vera Dias

Fundação Parques e Jardins
Cecilia Pentagna Machado

Exército Brasileiro / DPHCEx
Major Raphael Laurino
Capitão Edgley Pereira de Paula

Marinha Brasileira / DPHDM
Edina Nogueira da Gama

Fundação Roberto Marinho
Lucia Basto
Mariangela Castro

CRÉDITOS DA EDIÇÃO

Projeto Gráfico
.....

Tradução para o inglês
.....

Ilustrações
Thaysa Tavares

Impresso por
.....

COMITÊ INSTITUCIONAL DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

Ministro da Cultura
Ana de Holanda

Presidente do IPHAN
Luiz Fernando Almeida

Governador do Estado do Rio de Janeiro
Sérgio Cabral

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Associação dos Empresários Amigos
da UNESCO
Nizan Guanaes

Fundação Roberto Marinho
José Roberto Marinho

COMITÊ EXECUTIVO DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

IPHAN
Luiz Fernando de Almeida, Presidente
Carlos Fernando de Andrade, Superintendente 6ª SR
Dalmo Vieira Filho, Diretor do DEPAM
Fernanda Pereira, Diretor do DEPROM
Mauro Chaves, Assessor da Presidência

Parque Nacional da Tijuca
Ricardo Calmon, Diretor

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Carolina M. Kuenerz, Assessora do Governador

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Antônio Pedro F. de Mello, Secretário M. de Turismo
Jandira Feghali, Secretária Municipal de Cultura
Romaric Sulger Buel, Assessor da Secretaria M. de Cultura
Washington Fajardo, Assessor da Secretaria M. de Cultura

Fundação Roberto Marinho
Nelson Salvioli
Lucia Basto
Mariângela Castro
Ricardo Piquet
Hugo Suckman

Associação de Amigos e Empresários da UNESCO
Joaquim Monteiro de Carvalho
Luiz Roberto Pires Ferreira

COMITÊ TÉCNICO DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

IPHAN
Carlos Fernando de Moura Delphim
Sergio Treitler

Parque Nacional da Tijuca
Ana Cristina Vieira
Bernardo Issa de Souza

Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Guido Gelli

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Marcia Bibiani
Olga Campista

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

SMU
Alice Amaral dos Reis
Mônica Bahia Schlee

SMC/SubPC
Washington Fajardo
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro
SMAC
Luiz Eduardo Pizzotti
Marcia Guerra

IPP
Andre Zambelli

RIOTUR
Ana Lucia Santos Villar
Dircélia Pimentel

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO

1. CONCEITOS E OBJETIVOS

2. CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

2.1. O SÍTIO RIO PATRIMÔNIO MUNDIAL

2.2. A ZONA DE AMORTECIMENTO – A PAISAGEM URBANA ENTRE A MONTANHA E O MAR

2.3. ESTADO ATUAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

3. PRESSÕES SOBRE O SÍTIO E IMPACTOS OBSERVADOS

3.1. FATORES DE EXPANSÃO URBANA

3.2. FATORES AMBIENTAIS

3.3. DESASTRES NATURAIS E PREVENÇÃO DE RISCOS

3.4. ATIVIDADES TURÍSTICAS E PRESSÕES SOCIAIS

3.5. NÚMERO DE HABITANTES DENTRO DA PROPRIEDADE E DA ZONA DE AMORTECIMENTO

4. GESTÃO ATUAL DO SÍTIO

4.1. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E LEGAL

4.2. PROTEÇÃO EXISTENTE

4.3. PLANOS DE MANEJO EXISTENTES

4.4. CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO PÚBLICA

4.5. RECURSOS ENVOLVIDOS

5. PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO

5.1. ATRIBUTOS QUE GARANTEM O VALOR UNIVERSAL DO SÍTIO

5.2. SISTEMA DE GESTÃO ATUAL

5.3. SISTEMA DE GESTÃO PROPOSTO

5.4. COMITÊ GESTOR

5.5. DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO SÍTIO

5.6. PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO NO SÍTIO

6. PLANO PARA MONITORAMENTO DO SÍTIO

6.1. SISTEMA DE MONITORAMENTO

6.2. INDICADORES PARA MONITORAMENTO

6.3. AGENTES ENVOLVIDOS NO MONITORAMENTO

6.4. RESULTADOS ESPERADOS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

I. PORTARIA DE CRIAÇÃO DO COMITÊ GESTOR

II. REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR

III DELIMITAÇÃO DOS COMPONENTES

IV. COMITE GESTOR DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

V. CONSELHO DO MONUMENTO NATURAL DOS MORROS PÃO DE AÇÚCAR E URCA

VI. TERMO DE REFERENCIA PARA O PLANO DIRETOR DO PARQUE DO FLAMENGO

VOLUME I -

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA
(Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_tijuca_pm.pdf)

VOLUME II

PLANO DE MANEJO DO MONUMENTO NATURAL DOS MORROS PÃO DE AÇÚCAR E URCA
(Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?id=4461307)

VOLUME III

PLANO DIRETOR DO JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO
(Disponível em: http://vm005.jbrj.gov.br/divulga/planodiretor.pdf)

APRESENTAÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – responsável legal pela identificação e preservação do patrimônio cultural brasileiro apresenta com este documento o ***Plano de Gestão Global*** para as áreas incluídas no Sítio *Rio Patrimônio Mundial – Paisagens Cariocas, entre a montanha e o mar* – na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O sítio foi reconhecido pela Unesco em sua 36ª sessão do Conselho do Patrimônio Mundial em 01 de julho de 2012, em São Petersburgo, Rússia, e incluído na Lista de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural. O trabalho que ora é apresentado foi elaborado a partir de um longo processo de discussão e pactuação com técnicos e gestores dos elementos que integram o sítio nomeado Patrimônio Mundial, ocorridas no âmbito do *Comitê Gestor da Paisagem do Rio de Janeiro*, criado pela Portaria n. 464 de 29 de dezembro de 2011 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e que integra representantes das três esferas de governo, municipal, estadual e federal, nos âmbitos cultural, ambiental, urbanístico e paisagístico, além de gestores de áreas específicas do sítio, como o Jardim Botânico, o Parque Nacional da Tijuca e as fortalezas localizadas em áreas militares. O trabalho responde a uma exigência do momento da inscrição de estruturar um plano de gestão integrado para a área inscrita, a ser avaliado pelo Comitê do Patrimônio Mundial em 2014. Dado o ineditismo da inscrição de um sítio como paisagem cultural dentro uma área urbana complexa como a cidade do Rio de Janeiro, onde vivem mais de 11 milhões de habitantes em sua área metropolitana, e incorporando diversos elementos associados a modelos de gestão bastante distintos e entregues a instituições também distintas das três esferas de governo do modelo federativo brasileiro, a organização do Plano de Gestão teve que buscar um pacto e modelos originais de gestão.

As paisagens culturais em áreas urbanas não podem ser pensadas como monumentos isolados, sua gestão deve ser pensada integrada com a cidade como um todo, trazendo benefícios para toda a coletividade. Da mesma forma, a gestão da integridade e excepcionalidade expressos nos valores identificados no sítio não pode seguir os padrões tradicionais de gestão de monumentos arquitetônicos, nem mesmo de paisagens culturais associadas a populações tradicionais, áreas rurais ou parques e áreas planejadas. A gestão da paisagem cultural em área urbana requer a elaboração de um pacto e institucionalização de um foro, como o Comitê Gestor da Paisagem, capaz de dar voz aos diferentes agentes e encontrar soluções pactuadas para a ação nesse sítio. Requer também

a incorporação de uma discussão sobre seus valores e como mantê-los, em relação com a dinâmica própria de uma megalópole viva e em construção, sendo assim um instrumento para o desenvolvimento sustentável e exercício da cidadania.

Este plano, apresentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desenvolvido em conjunto com diferentes agentes da sociedade carioca e brasileira, pretende ser um passo para a construção de espaços mais democráticos de prática do desenvolvimento sustentável a partir do Patrimônio Mundial, contribuindo para uma transformação das noções de patrimônio condizentes com os desafios que encaramos nessas primeiras décadas do século XXI.

1. CONCEITO E OBJETIVOS

O Plano de Gestão do Sítio Rio Patrimônio Mundial, Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar, regerá as ações realizadas na área delimitada como sítio patrimônio mundial e reconhecida pela Unesco, compreendendo todos os seus elementos e a zona de amortecimento.

O Plano baseia-se em estratégias de sustentabilidade cultural e ambiental da paisagem global, promovendo:

- a sensibilização da sociedade para a importância da valorização, conservação e preservação desse patrimônio como uma referência da cultura e da memória que fundamentam a identidade carioca, fluminense e brasileira;
- o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão dos elementos do Sítio;
- a aplicação desses instrumentos na gestão integrada do Sítio, envolvendo as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal), os parceiros privados e a sociedade;
- uma perspectiva integrada do patrimônio que incorpore suas diferentes dimensões, natural e cultural, material e imaterial, promovendo uma gestão global do patrimônio através de sua paisagem cultural.

As medidas da gestão compartilhadas são estruturadas em quatro dimensões: institucional, normativa, técnico-operacional e econômico-financeira. A partir da definição da unidade territorial que inclui todos os elementos do sítio, está sendo estabelecida a estrutura de gestão compartilhada, formada por uma Comissão Gestora, uma Secretaria Executiva e pelo Conselho Consultivo. Nas dimensões normativa e técnica-operacional, a gestão compartilhada instituirá as novas normas para a proteção e gestão do Sítio, compatibilizando-as com a legislação existente. Na dimensão econômico-financeira, será criado o Fundo de Conservação do Sítio Rio Patrimônio Mundial.

A coordenação será feita pelas agências federais do patrimônio cultural e ambiental: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O Plano de Gestão tem como objetivos gerais:

- Definir e detalhar a estrutura de gestão compartilhada do Sítio Patrimônio Mundial, estabelecendo a atribuição de cada ente gestor;
- Compatibilizar os instrumentos de gestão estabelecidos em lei para cada componente ou setor do Sítio, de forma a construir um sistema de gestão baseado na legislação vigente e na regulação do espaço urbano;
- Integrar planos e projetos propostos para o Sítio dentro de um processo de preservação sustentável;
- Garantir mecanismos que permitam a discussão e a participação da sociedade nas decisões, visando uma gestão democrática da área.

Entre seus objetivos específicos estão:

- Integrar ações e projetos propostos dentro de um processo de preservação sustentável do Sítio, sugerindo formas que possibilitem promover o desenvolvimento territorial e sócio-econômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado;
- Estabelecer diretrizes e medidas de planejamento e fomento das ações de conservação e valorização do Sítio, considerando os aspectos estratégicos, normativos e operacionais necessários à sua consecução;
- Promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos, bem como a sua aplicação comum;
- Promover práticas políticas e sociais que contribuam para a preservação sustentável do Sítio em sua integridade e de forma homogênea, respeitadas as características peculiares de cada um de seus elementos, mediante instrumentos e ações voltadas à proteção, recuperação e conservação, fruição pública, promoção e divulgação dos bens naturais e culturais;
- Promover na zona de amortecimento, o monitoramento do uso e da ocupação das áreas urbanas e a valorização e conservação e das áreas naturais e culturais.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

Na decisão adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial ao inscrever o Rio de Janeiro na Lista da Unesco, o Sítio do Rio de Janeiro foi descrito como "um bem que consiste numa paisagem urbana excepcional, compreendendo os principais elementos naturais que formaram e inspiraram o desenvolvimento da cidade: desde os pontos mais altos das montanhas do Parque Nacional da Tijuca até o mar. Eles também incluem o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1808, a montanha do Corcovado com sua celebrada estátua do Cristo Redentor, as montanhas no entorno da Baia de Guanabara e ainda, as paisagens desenhadas ao longo da orla de Copacabana, que muito contribuíram para a vida cultural ao ar livre desta cidade espetacular. O Rio de Janeiro é também reconhecido como fonte de inspiração artística para músicos, paisagistas e urbanistas."

No dossiê apresentado à Unesco, informou-se que o sítio corresponde às áreas que definem a relação da cidade com a montanha, a floresta e o mar e a forma como ele foi agenciado pelo trabalho humano. O Maciço da Tijuca, com o Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico, a entrada da Baía de Guanabara e as bordas d´água redesenhadas pelo trabalho humano correspondem aos eixos principais do sítio. Os valores a serem preservados estão na fusão criativa entre a cultura e a natureza na escala macro, ou seja, na compatibilização dos grandes visuais da paisagem da cidade em direção à Baía de Guanabara e ao mar e da maneira como essas áreas foram agenciadas.

O Sítio Patrimônio Mundial está dividido em quatro componentes (conforme quadro a seguir), dos quais três correspondem aos setores do Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico; o quarto componente corresponde ao Parque do Flamengo, à enseada de Botafogo, à entrada da Baía de Guanabara incluindo as fortificações históricas em ambas as margens e à orla de Copacabana. Os quatro componentes são ligados pela zona de amortecimento que, além de seu papel tradicional de garantir a preservação do sítio, faz a integração entre as diferentes áreas, tornando toda a área um único bem que deve ser visto e gerido de maneira global e integrada. Partindo dos vários visuais que o Rio de Janeiro oferece, estas áreas não devem ser consideradas separadamente, uma vez que elas integram uma paisagem cultural que corresponde à parcela da cidade que se relaciona com o mar e que permite que essa paisagem, pontuada por morros e montanhas, possa ser observada de muitos pontos de vista.

O quadro que se segue, informa sobre os bairros em que os componentes estão inseridos, as coordenadas de seu ponto central, suas respectivas áreas, assim como a área total do Sítio e a zona de amortecimento.

COMPONENTES DO SÍTIO PATRIMÔNIO MUNDIAL

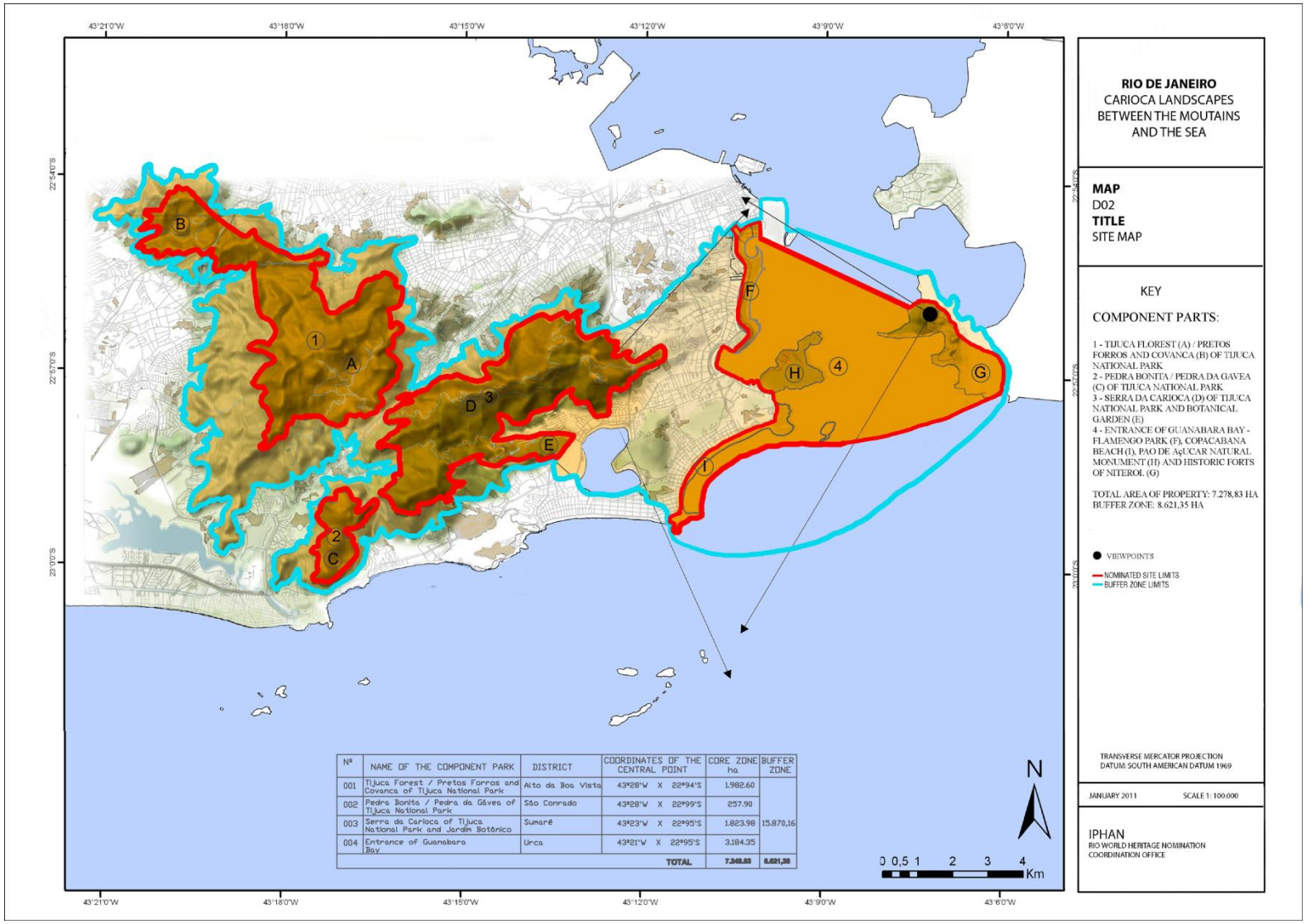
Nº	NOME DO COMPONENTE	BAIRRO	COORDENADAS DO PONTO CENTRAL	ÁREA DO SÍTIO (ha)	ÁREA DE AMORTECIMENTO (ha)
1	PNT – Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca	Alto da Boa Vista	43°28'W 22°94'S	1.982,58	
2	PNT – Pedra Bonita e Pedra da Gávea	São Conrado	43°28'W 22°99'S	257,89	
3	Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico	Alto da Boa Vista, Jardim Botânico, Sumaré	43°23'W 22°95'S	1.823,97	
4	Entrada da Baía de Guanabara e bordas d'água desenhadas – P.Flamengo, Fortes Históricos do Rio de Janeiro e de Niterói, Mon. Natural Pão de Açúcar, Orla de Copacabana	Jurujuba, Urca, Centro, Flamengo, Botafogo, Copacabana	43°21'W 22°95'S	3.184,34	
			ÁREA TOTAL (ha)	7.248,78	8.621,38

2.1. O SÍTIO RIO PATRIMÔNIO MUNDIAL

O Sítio contém os principais marcos de visualização da cidade, correspondendo aos topos de seus grandes morros, de onde se descortinam vistas panorâmicas tornando mais fácil a compreensão e interpretação da paisagem cultural urbana. Em alguns deles, as facilidades de acesso e a implantação de equipamentos, como no Corcovado, Pão de Açúcar, Morro do Leme e Outeiro da Glória, permitem melhor usufruto destes visuais.

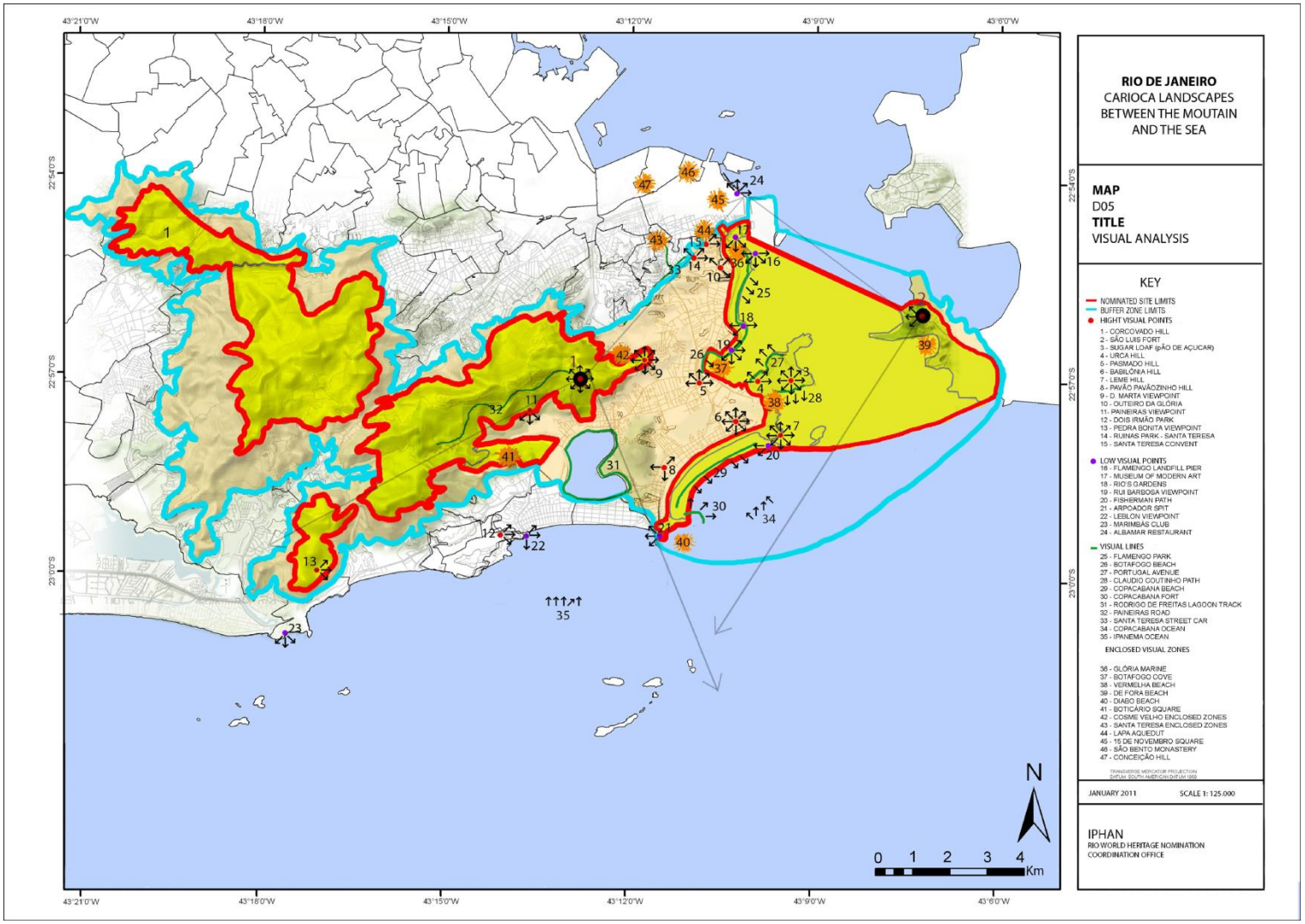
Para delimitação do Sítio, foram traçadas duas linhas imaginárias a partir dos principais pontos de visualização, Corcovado e Morro do Pico, cujos ângulos definiram um quadrilátero. No mapa a seguir, a área nele compreendida contém os mais importantes elementos do sítio, indicando diferentes aspectos da paisagem – o mar, a montanha, a cidade e suas florestas – e demonstrando sua interligação. As zonas de visualização ai identificadas, apresentam características próprias, algumas correspondendo a espaços abertos de praias e parques, outras representando áreas urbanizadas como a Pista Claudio Coutinho e a Avenida Portugal, que ressaltam a paisagem e desempenham um importante papel no tecido urbano. Os limites dos componentes foram definidos de acordo com as poligonais de tombamento estabelecidas pela lei federal, estadual ou municipal que os protegem. Estes componentes correspondem a áreas da cidade do Rio de Janeiro em que predomina uma forte interface com a montanha e o mar, guardando os principais exemplares da diversidade geomorfológica e ecológica que a caracteriza e com a qual o homem constituiu uma relação especial desde sua fundação aos dias de hoje.

MAPA DO SÍTIO



Nº	NAME OF THE COMPONENT PARK	DISTRICT	COORDINATES OF THE CENTRAL POINT	CORE ZONE ha	BUFFER ZONE
001	Tijuca Forest / Pretos Forros and Covanca of Tijuca National Park	Alto da Boa Vista	43°28'W X 22°94'S	1.982.60	
002	Pedra Bonita / Pedra da Gávea of Tijuca National Park	São Conrado	43°28'W X 22°99'S	257.90	
003	Serra da Carioca of Tijuca National Park and Jardim Botânico	Sumaré	43°23'W X 22°95'S	1.823.98	15.870,16
004	Entrance of Guanabara Bay	Urca	43°21'W X 22°95'S	3.184.35	
			TOTAL	7.348.83	8.621,35

MAPA DOS VISUAIS DO SÍTIO



A geomorfologia do Sítio e o clima a ele associados são fatores responsáveis por sua importante biodiversidade. Os principais ecossistemas que os portugueses aqui encontraram quando chegaram no século XVI foram os manguezais nas baías, lagoas e brejos; a vegetação de restinga na zona próxima ao mar; e a floresta pluvial tropical, denominada Mata Atlântica, ocupando a maior parte do território onde a cidade viria a ser estabelecida. Após mais de quatro séculos de intensa ação humana, essa vegetação foi bastante alterada, mas a cidade desenvolveu uma forma especial de lidar com a natureza trabalhada pelo homem. Seja através do processo de reflorestamento de seus maciços, seja pelo redesenho e tratamento paisagístico de sua orla e pelo uso das praias, a natureza manteve seu lugar especial na configuração urbana. Nesse sentido, a relação homem-natureza no Rio de Janeiro é única e constitui a alma da cidade.

- **Justificativa do Valor Universal Excepcional**

De acordo com as Orientações para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, o Valor Universal Excepcional define a significância cultural ou natural de um bem, às quais são tão especiais que transcendem os limites da nação, tornando-se importantes para todas as gerações do mundo, no presente e no futuro.

O sítio inscrito na Cidade do Rio de Janeiro constitui-se um exemplo único, onde a relação homem-cidade-natureza mantém-se equilibrada e reconhecida como um monumento à qualidade de vida e ao prazer de viver na urbe. Esta paisagem tropical, construída em uma natureza exuberante de forma deliberada e determinada, foi constituída por processos históricos e culturais singulares, a partir da partilha de valores humanos, desde a colonização portuguesa até os dias atuais, resultando em um excepcional conjunto de áreas públicas, jardins históricos, parques e monumentos naturais, cujo significado científico, qualidades formais e associações culturais simbólicas lhes concedem valor universal excepcional, digno de ser partilhado por toda a humanidade.

As transformações impostas pelo homem na montanha e nas bordas do mar e a maneira como essas foram sendo desenhadas e ocupadas, tornou a cidade referência mundial. Isso se deu primeiro pela experiência de aplicação dos ideais do paisagismo europeu dos séculos XVIII e XIX para os trópicos, e, posteriormente, pelo desenvolvimento de uma escola de paisagismo moderno que cresceu em torno de Roberto Burle Marx e se espalhou pelo mundo.

O sítio inscrito compreende os elementos naturais estruturais que direcionaram e inspiraram o desenvolviento da cidade. Ele engloba todo o Parque Nacional da Tijuca com suas montanhas e pontos mais elevados, como o Corcovado com a estátua do

Cristo Redentor e a mata reflorestada a partir de meados do século XIX, inclui ainda o Jardim Botânico criado em 1808, o morro Pão de Açúcar e outros morros às margens da baía de Guanabara, assim como o projeto paisagístico ao longo da costa como o Parque do Flamengo e a praia de Copacabana. Os limites do sítio incluem ainda os melhores pontos de vista e mirantes para apreciar a paisagem e a relação entre sociedade e natureza nela marcada.

É caracterizado por uma das mais complexas paisagens culturais, produzida pela troca entre diferentes culturas associadas a um sítio natural marcado pela sua originalidade. A utilização intencional da natureza, inicialmente por interesses econômicos dos colonizadores portugueses, formou, ao longo dos anos, a paisagem carioca. Mais tarde, a imposição da natureza tropical e do relevo acidentado, aliados aos traços culturais do homem que aqui se estabeleceu, fez com que os elementos naturais trabalhados pelo ser humano se tornassem soberanos na paisagem da cidade, garantindo em grande parte a manutenção da biodiversidade local. Na segunda metade do século XIX, os desastres ambientais relacionados à cafeicultura e à expansão da cidade trouxeram a preocupação com a preservação ambiental, tendo como consequência direta o reflorestamento dessas enormes áreas, antes utilizadas para agricultura, e a criação do Parque Nacional da Tijuca. O modelo implantado no Parque foi pioneiro na América Latina, por atender a uma demanda ambiental ainda pouco amadurecida na consciência da população na época e por oferecer os atrativos à visitação. Estes conceitos foram logo disseminados em diversas cidades brasileiras e americanas.

O Rio de Janeiro se afirmou, desde a fundação da cidade, como um dos mais belos cenários do Brasil e do mundo. A deslumbrante paisagem natural em que se insere inspirou, ao longo de cinco séculos, a criação de um vasto legado iconográfico, como poucos existentes no planeta, produzido por artistas profissionais e amadores, brasileiros e estrangeiros. Como reflexos da observação e vivência da cidade, enquadram-se ainda outras obras de excepcional qualidade e importância, como os relatos dos viajantes, a música, a literatura, o cinema e a fotografia, os quais oferecem múltiplos olhares sobre o Rio de Janeiro. Do ponto de vista das tradições vivas associadas ao sítio proposto como patrimônio mundial, uma série de manifestações surgidas na cidade se difundiu pelo mundo: o samba; a bossa nova; o futebol; o carnaval de rua e as tradicionais festas religiosas, que projetam as facetas únicas dessa cidade por todo o mundo.

O sítio foi inscrito sob os critérios (v) e (vi) do Guia Operacional. O critério (v) incorpora exatamente o fato de o desenvolvimento da cidade ter sido moldado por uma fusão criativa entre natureza e cultura. Esse intercâmbio não é resultado de um processo tradicional persistente, mas reflete uma relação baseada em critérios científicos, ambientais e ideias de planejamento e projeto que permitiram criações inovativas na paisagem em grande escala no coração da cidade. O critério (vi) ressalta o fato de que a paisagem

do Rio de Janeiro serviu de inspiração para muitas formas de arte, como literatura, poesia, pintura e música. Imagens do Rio de Janeiro que mostram sua baía, o Pão de Açúcar e a estátua do Cristo Redentor, têm um fator de reconhecimento mundial.

- **Componentes 1, 2 e 3 – Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico**

➢ **O Parque Nacional da Tijuca**

O Parque Nacional da Tijuca é o único parque nacional do Brasil totalmente situado em área urbana, sendo considerado um dos maiores parques urbanos do mundo. Nele se encontram alguns dos elementos de caracterização mais marcantes em se tratando de uma floresta urbana: sua geomorfologia, o substrato geológico, os solos, a fauna, as condições climáticas e a relação do natural com o cultural.

No século XIX, os maciços que cercavam a Guanabara tornaram-se áreas de grande concentração de cafezais, tendo como consequência o desmatamento de suas encostas. A Floresta da Tijuca foi uma das mais atingidas, com interferências imediatas sobre os cursos d'água que abasteciam a cidade. O Plano de Preservação dos Mananciais levou o governo a baixar portaria em dezembro de 1861, autorizando o programa de plantio e conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras, a cargo do Major Gomes Archer. Graças a um exaustivo trabalho apoiado por mão escrava, em menos de 15 anos já tinham sido plantadas cerca de 100 mil mudas de espécies nativas trazidas das matas vizinhas ou da área de produção no próprio local. A floresta da Tijuca em pouco tempo começou a renascer.

Com a continuidade dada pelo barão d'Escragnolle e contando com a colaboração do paisagista Auguste Glaziou, parte da floresta também recebeu um tratamento paisagístico romântico, com a organização de caminhos, áreas de recreação, belvederes e valorização dos cursos d'água. Na década de 1940, um mecenas das artes do Rio de Janeiro, Raymundo Castro Maya, responsabilizou-se pela restauração da Floresta da Tijuca, para o que contou com o apoio do paisagista Roberto Burle Marx, moldando a feição atual do Parque. Castro Maia também restaurou edificações como a capela Mayrink, nela instalando pinturas de Portinari especialmente criadas para o local.

O reflorestamento do maciço da Tijuca é considerado o exemplo de regeneração natural de floresta mais bem sucedido do mundo. Por este motivo, tornou-se viável a criação do Parque Nacional da Tijuca- PNT, através do Decreto Federal nº 50.923 de 06.07.61, sob o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, tendo recebido a atual denominação em 08.02.67, pelo Decreto Federal 60.183. Foi tombado pelo IPHAN em 27.04.1967, que o inscreveu no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.Em 2004, o Decreto s/nº de 04 de junho, redefiniu os limites do Parque, incluindo o Parque Lage e o Conjunto Pretos Forros / Covanca. Atualmente, é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente. Em 1991 foi incluído na parte do território brasileiro declarada como Reserva da Biosfera, em reconhecimento à importância de seu acervo natural para o equilíbrio do ecossistema mundial.

O modelo de paisagismo implantado no Parque Nacional da Tijuca foi pioneiro na América Latina, por atender a uma demanda ambiental ainda pouco impregnada na consciência da população na época, assim como ao oferecer os atrativos à visitação nos novos moldes dos parques europeus. Suas idéias foram logo disseminadas em diversas cidades brasileiras e americanas. O Parque Nacional da Tijuca apresenta hoje biodiversidade significativa, com 1619 espécies vegetais, das quais 433 estão ameaçadas de extinção e 328 espécies animais, dentre anfíbios, aves e mamíferos, com 16 delas sob risco de desaparecer. Merece destaque também a representatividade histórica do parque, com edificações que datam do século XVIII e XIX, além dos 120 sítios arqueológicos localizados dentro de seus limites.

Contando com todas estas facilidades, o Parque oferece inúmeras oportunidades para o lazer e o turismo ecológico e cultural. Nele se destaca o morro do Corcovado, cujo acesso se viabilizou em 1885 com a inauguração da Estrada de Ferro Corcovado, obra de vulto para a engenharia da época e que continua a operar com toda a segurança e comodidade de seus usuários, encantando a todos pelo deslumbramento de seu percurso. Em 1931 foi instalado em seu pico (704 metros) a escultura monumental do Cristo Redentor, projeto art-decó do arquiteto Heitor da Costa e Silva com a consultoria do artista plástico francês Paul Landowsky, integrado de forma extremamente feliz à paisagem do Rio de Janeiro, tornando-se um de seus principais ícones.

- **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, situado entre as faldas do Maciço e a borda da Lagoa Rodrigo de Freitas, corresponde às terras de um antigo engenho de cana de açúcar desapropriado pelo príncipe regente D.João, logo após sua chegada em 1808 para construção de uma fábrica de pólvora, à qual anexou um jardim de plantas exóticas e especiarias do Oriente, inicialmente intitulado

Real Horto. É cortado por dois rios cujas cabeceiras estão situadas no PNT: o Rio Macacos e o Riacho Iglezias. De sua área atual de 137 ha, apenas 53 ha estão abertos ao público, constituindo seu arboreto. O espaço restante integra-se espacialmente ao Parque Nacional da Tijuca e é dedicado à preservação e à pesquisa científica.

O traçado urbanístico do arboreto tem escala neoclássica, com suas aléias geométricas, distribuídas por eixos equilibrados, onde palmeiras de grande altura conferem espacialidade ao local, constituindo sua marca ao longo dos dois séculos de existência. Ao final da aléia principal, foi instalado o pórtico remanescente da antiga Academia Nacional de Belas Artes – projeto de Grandjean de Montigny, transferido pelo IPHAN para o Jardim Botânico após sua demolição em 1940.

O Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 2001, tem como missão: "promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, assim como à manutenção das coleções científicas sob sua responsabilidade."

- **Componente 4 – A Entrada da Baía de Guanabara, o Sistema de Fortificações Históricas e as Bordas D'água Desenhadas**

Neste componente, que ressalta a relação da cidade com o mar, desempenha importante papel a entrada da Baia de Guanabara, definida pelos pontões que a limitam, onde se destacam a leste (Niterói) o maciço do Morro do Pico e a oeste (Rio de Janeiro), o conjunto dos morros Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca e Babilônia. Por ter sido a Baía de Guanabara, desde os primórdios da ocupação, muito disputada como garantia de posse e uso do território, estas formações rochosas constituíram, nos primeiros séculos de vida da cidade, importantes pontos de referência para sua defesa, inclusive com a construção de fortificações, dando ao Rio de Janeiro o caráter de uma Cidade Fortificada. Ao mesmo tempo em que o valor de defesa desses pontos foi se esvaindo em função das inovações tecnológicas que modificaram as práticas militares, os fortes e fortalezas remanescentes desse sistema passaram e se configurar como ícones da paisagem urbana.

Na parte da cidade voltada para a baía e o oceano, após sucessivos aterros, encontram-se ao longo das bordas d'água modificadas pelo homem, o Parque do Flamengo e a Orla de Copacabana, ambos executados a partir de projeto paisagístico da autoria de Roberto Burle Marx.

O componente nº 4 inclui parques urbanos, unidades de conservação e outras áreas protegidas pelo poder público, tais como: Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo, desde o Aeroporto Santos Dumont, no Centro, até a Ponta do Morro da Viúva; as águas da Enseada de Botafogo (exceto a área da autopista e paisagismo); o Monumento Natural do Pão de Açúcar (exceto o bairro da Urca, que se apresenta como sua zona de amortecimento); a orla de Copacabana e seu paisagismo,-até o limite dos prédios ali existentes; as pontas do Morro do Leme e de Copacabana, delimitadas no tombamento estadual.

- **O Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e Urca**

O Morro do Pão de Açúcar foi reconhecido como um dos principais sítios geológicos mundiais durante o *31st International Geological Congress,* em julho de 2000, quando uma placa comemorativa foi colocada no local. Sua altitude máxima é de 306 m, junto à segunda estação do bondinho.

Estudos recentes permitiram determinar a idade de cristalização das rochas que compõem o Pão de Açúcar em 560 milhões de anos. Com os avanços, amplia-se a importância do sítio como um marco da Orogênese Brasiliana e da colisão e amalgamação final entre os continentes sul-americano e africano, dando origem ao supercontinente Gondwana Ocidental. Cercado por uma vegetação característica do clima tropical, com resquícios de Mata Atlântica, possui espécies nativas que em outros pontos do litoral brasileiro já foram extintas e também, espécies vegetais raras, como a orquídea "laelia lobata", que só floresce em dois locais no planeta: no morro do Pão de Açúcar e na Pedra da Gávea, ambos no Rio de Janeiro. O Pão de Açúcar, montanha brasileira com o maior número de vias escaláveis (até 1997 existiam 38), recebe diariamente centenas de alpinistas, montanhistas e ecologistas brasileiros e estrangeiros.

Suas características físicas e bióticas e a necessidade de controle do uso atual, levaram a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a declará-lo em 2006, como Monumento Natural do Pão de Açucar, incluindo o Morro da Urca.

O sistema teleférico nele existente, idealizado em 1908 pelo engenheiro brasileiro Augusto Ferreira Ramos e inaugurado em 1912, completou 100 anos em outubro último. Foi o primeiro instalado no Brasil e terceiro no mundo; é atualmente um dos mais importantes ícones do turismo carioca, tornando-se uma das principais marcas registradas da cidade do Rio de Janeiro.

- **As bordas d'água desenhadas**

A cidade desenvolveu-se conquistando terrenos aos brejos, lagoas, mar e mesmo aos morros . No século XX, intensificou-se a prática de sucessivos aterros. O valor crescente atribuído à orla e a expansão da cidade em direção ao oceano, resultou numa série de medidas voltadas ao desenvolvimento do litoral, construindo espaços que possibilitaram uma interação maior entre a cidade e o seu meio ambiente natural. A construção de espaços abertos foi uma marca dessa relação do homem com a paisagem do Rio de Janeiro.

O Passeio Público e o Parque do Flamengo são exemplos de parques urbanos construídos em momentos históricos distintos (o primeiro ainda no final do século XVIII e o segundo no século XX) ambos com o mesmo objetivo: destacar a qualidade do ambiente urbano e promover pontos de apreciação para as belezas da Baía de Guanabara.

O Passeio Público, primeiro jardim construído no Brasil, em 1783, foi projetado por Mestre Valentim. Situado às margens da Baía de Guanabara, além da aclimatação de plantas nativas, o jardim era um local disputado para se apreciar as belezas naturais da Baía, tornando-se um ponto de encontro da população carioca desde fins do século XVIII ao inicio do século XX. Na época, era usado para passeios vespertinos, encontros e saraus de música e poesia. Em 1862, passou por uma reforma dirigida pelo paisagista Auguste Glaziou, que conferiu estilo romântico inglês ao Passeio. Foi inaugurado um café concerto e as pessoas usavam o parque para "contemplação da natureza, correria alegre de crianças, o *footing*, o *flirt*, o culto de *Eros* nas aléias umbrosas e o de Baco nos cafés e bares instalados no seu interior". Com a reforma urbana empreendida pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1902-1906), um grande aterro afastou-o do contato direto com o mar.

Na década de 30 do século XX, a Praça Paris, criada a partir do prolongamento deste aterro, era muito apreciada pelas elites cariocas, principalmente por seu traçado neoclássico onde se destacavam chafarizes, estatuetas e densa vegetação.

- **O Parque do Flamengo**

Numa cidade em que sua paisagem é entrecortada por morros, floresta e mar, o Parque do Flamengo constitui-se numa importante zona de ligação entre o Centro e a zona sul, criando ainda uma transição marcante entre a cidade em si e a Baía de Guanabara.

Em 1961, com a finalização do aterro que ligava o Centro à zona sul da cidade, foi criado pelo Governador do Estado da Guanabara, um Grupo de Trabalho para implantar o Parque do Flamengo. presidido por Maria Carlota de Macedo Soares, sua grande incentivadora, era formado profissionais de renome da época no campo do urbanismo e do paisagismo: Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Sérgio Bernardes, Hélio Mamede, Maria Hanna Siedlikowski, Juan Derlis Scarpellini Ortega e Carlos Werneck de Carvalho (arquitetos); Berta Leitchic (engenheira), Luiz Emygdio de Mello Filho (botânico), Magú Costa Ribeiro e Flávio de Britto Pereira (assessoria em botânica); Ethel Bauzer Medeiros (especialista em recreação), Alexandre Wollner (programação visual), Roberto Burle Marx e Arquitetos Associados (paisagistas).

Com relação ao traçado do Parque, que ocuparia 1,2 milhões de metros quadrados, o projeto, além de adaptar-se ao traçado preliminar do aterro e das vias, deveria integrar importantes equipamentos urbanos já realizados separadamente como o Aeroporto Santos Dumont (1944), o Museu de Arte Moderna (1956) e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1957).

A ideia do parque também levava implícito o projeto de formar um "parque vivo", com espaços específicos para crianças, adolescentes, adultos e idosos, em suas diversas atividades. O claro esquema funcional foi distribuído em três faixas principais: a primeira situada entre os limites edificados da cidade e as vias rápidas, onde se situaram os estacionamentos, as quadras de esporte e os *playgrounds*. Os estacionamentos foram colocados nesta faixa, entre outros motivos, para estimular os usuários a caminhar. A segunda faixa é constituída pelas vias rápidas e jardins centrais projetados com uma perspectiva profunda para serem vistos a partir dos carros à grande velocidade. A terceira faixa que margeia a baía dá suporte aos equipamentos de lazer, à praia, e às atividades associadas. Para comunicar as faixas entre si, criaram-se passarelas e passagens subterrâneas. No interior do parque estruturaram-se diferentes sistemas de circulação que enlaçam as áreas do parque e a cidade, sem conflitos entre estas. Estes trajetos levam em conta os passeios em bicicleta e a pé.

No que se refere ao uso da vegetação, mais que a simples execução de um projeto, a obra do Parque do Flamengo mostra as conquistas de um grande experimento, em cultivo de plantas em adversas condições climáticas (ventos, maresia) e edáficas (solo constituído de aterro, entulho, lama salgada e com alta salinidade). O Parque também constitui uma importante contribuição para a ampliação do vocabulário de plantas usadas em arborização urbana.

Ainda em obras, o Parque foi inaugurado informalmente no dia 12 de outubro de 1965, com uma grande festa popular. Nesta ocasião, já havia sido tombado pelo IPHAN como forma de protegê-lo da especulação imobiliária, e por ser portador de tão rico acervo paisagístico. Tornou-se logo, também, importante referência para o lazer da população urbana.

- **A Orla de Copacabana**

A Praia de Copacabana, cuja ocupação se iniciou com a abertura do túnel Prefeito Alaor Prata (Túnel Velho) no final do século XIX, marca a transformação da cidade em balneário. A orla atual é fruto de aterro na década de 1970, quando a linha de areia foi alargada, as pistas duplicadas e seu calçadão aumentado.

A extensão da orla de Copacabana, de 4,15 km – delimitada em suas extremidades de um lado, pelo rochedo onde está localizado o forte de Copacabana e de outro, pelo morro do Leme, está totalmente inserida no Sítio Rio Patrimônio Mundial. Em sua orla, destaca-se o projeto de paisagismo de Roberto Burle Marx, que com seu traçado geométrico excepcional ganhou reconhecimento internacional. Dando continuidade a seu trabalho do Parque do Flamengo, Burle Marx criou um excepcional desenho para o calçadão da praia de Copacabana utilizando mosaico de pedras portuguesas, num trabalho de mestre que, complementado por uma composição de vegetação e mobiliário urbano,muito valorizou a área pública da região.

- **Os fortes históricos**

As primeiras ocupações do litoral na entrada da Baía da Guanabara foram de caráter militar, com o Forte de Santa Cruz (ao pé do Morro do Pico, em Niterói) e o de São João (ao pé do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro) construídos em meados do século XVI, para a defesa da entrada da Baía. A Fortaleza de São João, erguida no mesmo local em que a cidade havia sido fundada em 1565, constitui um complexo militar que inclui, além de três fortins, o Forte São José, o terceiro mais antigo do Brasil, fundado em 1578.

- **A margem leste da Baia de Guanabara**

A margem leste da entrada da Baia de Guanabara, também com um relevo bastante acidentado e apresentando alguns picos e paredões rochosos que se elevam do mar até à altitude de 230 m, compõe a outra ponta do sistema de defesa que tornou a cidade possível. Representa uma das primeiras apropriações e transformações dos elementos da natureza realizadas pelos portugueses aqui

chegados. Os limites incorporados ao Sítio inscrito como patrimônio mundial correspondem à delimitação da área de administração militar, na qual as construções estão protegidas pelo tombamento federal.

No complexo de fortalezas, destaca-se a de Santa Cruz, construída sobre rochedo, próximo ao nível do mar e principal apoio na defesa da cidade, de frente para o Forte de São João, no outro lado da baía, no Rio de Janeiro. Com mais de 450 anos de história, o Forte de Santa Cruz é obra exemplar da arquitetura colonial militar luso brasileira, reconhecida pelo IPHAN com o tombamento ocorrido em 1938. Apresenta uma planta poligonal irregular em uma área construída total de 7.153 m^2.

Como parte do mesmo conjunto de defesa, a uma altura de cerca de 180 m, foi erguido no Morro do Pico o Forte São Luiz, na segunda metade do século XVIII. Representa um ponto de excepcional visibilidade para toda a entrada da baía e seus terrenos de entorno, correspondendo a um importante ponto de guarda à sua época.

Destaca-se ainda, o Forte do Imbuhy, construído no final do século XIX e voltado para o oceano. Todo esse conjunto representa a forma como os colonizadores portugueses e, posteriormente, os brasileiros, se apropriaram das diferentes condições oferecidas pelo terreno para construir um complexo de proteção da cidade e que hoje representa também, um ponto de excepcional observação da paisagem cultural do Rio de Janeiro.

- **A cidade e a paisagem: o tecido vivo das relações sociais no tempo e no espaço**

Na Cidade do Rio de Janeiro, os usos e práticas do seu espaço e suas manifestações culturais moldaram a paisagem de forma única. A cultura urbana carioca não só refletiu, mas ativamente constituiu e também singularizou, a relação entre o ambiente natural e as expressões culturais, dando forma a essa cidade ao longo do tempo. Nesta cidade de natureza exuberante, evidenciaram-se os usos dos espaços abertos, dos encontros sociais que acontecem nas caminhadas, nos passeios e nos encontros nas ruas. A "cultura das ruas" valorizou os espaços verdes, os contornos da floresta e da beira do mar. Cultivou-se o hábito de viver intensamente essa paisagem no cotidiano e nos momentos festivos. Destacam-se o futebol nos parques e na praia, as caminhadas e os passeios de bicicleta no calçadão de Copacabana e Ipanema, no Aterro e na Lagoa. As rodas de samba nas praças, as feiras ao ar livre e os botequins são espaços privilegiados para o lazer.

Os territórios culturais formam o tecido vivo das relações sociais neste meio. Evidenciam o acúmulo de tempos na vida da cidade, expressando modos de vida distintos, dando lugar a uma diversidade de manifestações de cunho religioso, esportivo e festivo. Tais aspectos se dão historicamente, marcando a memória urbana associada a determinados períodos da evolução urbana da cidade. Amplos espaços devotados ao lazer povoam parte da cidade, tais como o Passeio Público, os jardins do Museu do Arte Moderno - MAM, e o Parque do Flamengo.

Se os passeios e caminhadas acontecem nas áreas verdes, a contemplação do mar, do sol e da faixa de areia são também importantes aspectos da cultura carioca. A praia é um espaço cultural, o carioca gosta da praia e a frequenta. A cidade efetivamente começou a se voltar para o mar quando em 1892 foi perfurado o túnel do Barroso, ligando Botafogo à área costeira de Copacabana, abrigando a primeira linha de bondes para a orla que se estendeu paralela à praia, na direção do Leme e de Ipanema, viabilizando o loteamento dos três bairros, transformando-os em aprazíveis balneários.

Ao longo do século 20, cada vez mais as praias foram sendo associadas à juventude, o que levou à mudança de costumes e do discurso musical, no qual Copacabana desempenhou papel fundamental. Tornou-se um espaço cosmopolita, palco de encontros de multidões, do que resultou a institucionalização do *réveillon* na praia acompanhado de grandes eventos, de Copacabana estendendo-se para outras praias para onde passaram a afluir centenas de milhares de pessoas todos os anos, inicialmente para se aglomerar nos calçadões e atualmente nas próprias praias, para assistir os espetáculos dos fogos de artifício e aos shows de artistas nacionais e internacionais. E tudo isso foi a partir de um modelo ditado por Copacabana.

Na questão das territorialidades, lembramos também o papel das festas populares e do samba, pois correspondem à culminância de processos culturais que não raramente, se estendem ao longo do ano. Das mais tradicionais às mais modernas, deitam raízes profundas na vida dos grupos que as promovem. Entre estas, destaca-se o Carnaval, com a grande concentração das escolas de samba, cujo surgimento e proliferação acompanharam o crescimento e a complexificação da cidade, apropriando-se de seus territórios.

2.2. A ZONA DE AMORTECIMENTO – A PAISAGEM URBANA ENTRE A MONTANHA E O MAR

A zona de amortecimento corresponde essencialmente, à área urbanizada e densamente ocupada, fazendo a conexão entre o mar e a montanha, entre os componentes 1,2,3 e 4. É definida pelos ângulos visuais principais do Sítio e pelas áreas que contribuem para a sustentabilidade, proteção e promoção dos valores universais de seus elementos.

Para os componentes 1,2 e 3 foram adotados como zona de amortecimento, a área especificada no plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca e o entorno do Jardim Botânico, formando um corredor ecológico, com a função de proteger a biodiversidade da flora e a mobilidade da fauna. A zona de amortecimento do componente 4, a oeste, é constituída pela paisagem urbana que o separa do componente 3. Ao sul, é delimitada pela Orla de Copacabana e se estende até às fortalezas de Niterói. O limite segue o contorno dos morros dessa região, até alcançar a orla da Praia de Jurujuba. Desse ponto, atravessa a Baía de Guanabara numa linha reta em direção ao Aeroporto Santos Dumont, onde se curva para a extremidade norte do Parque do Flamengo. Abrange o Passeio Público, o aqueduto histórico do bairro da Lapa e segue pela crista do Morro de Santa Teresa até encontrar o limite da zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca.

A zona de amortecimento inclui grande número de Unidades de Conservação, áreas protegidas pela legislação ambiental, situadas nos morros da Babilônia, São João, Saudade, Cabritos, Catacumba, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, no Morro da Viúva no Flamengo, no vale do Cosme Velho e Laranjeiras e na encosta sul do Morro de Santa Teresa. Grande parte de sua área urbanizada contem APACs – Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, que se constituem num instrumento de preservação paisagística e cultural utilizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Destacam-se as seguintes unidades: Entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas / Jardim Botânico / Humaitá / Botafogo / Bairro Peixoto / Lido / Cosme Velho / Laranjeiras / Santa Teresa / Glória.

A zona de amortecimento abrange também a Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Jardim Botânico, como proteção para a encosta do Parque Nacional da Tijuca e para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e ainda as áreas verdes adjacentes ao Parque do Flamengo (Praça do Marechal Deodoro e Praça do Russel e os jardins do Palácio de Catete) que reforçam sua proteção. O bairro da Urca foi incluído como amortecimento para o Pão de Açúcar.

2.3. ESTADO ATUAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

O município do Rio de Janeiro se caracteriza por conter uma alta biodiversidade, da qual uma grande parte se encontra em áreas incluidas no Sítio Patrimônio Mundial, tais como, no Parque Nacional da Tijuca e em sua área adjacente no Jardim Botânico, nas formações rochosas do Pão de Açúcar, Morro da Urca e Corcovado e nos habitats marinhos da Baía de Guanabara e praias da zona sul da cidade. Pode-se considerá-lo de grande expressão no uso sustentável, em decorrência das sucessivas ações de conservação para preservação desta biodiversidade desenvolvidas ao longo de sua história. Desde o início do século XIX com a formação do Jardim Botânico, seguindo-se em meados do mesmo século com o replantio na Floresta da Tijuca, até à construção do Parque do Flamengo na metade do século XX, o Rio de Janeiro tem experimentado de forma intensa e bem sucedida, a reabilitação de seu solo visando à preservação de seus recursos naturais, de seus ecossistemas e a da biodiversidade.

Empenhada em manter estas ações de conservação da natureza, visando à sustentabilidade urbana, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro procura garantir uma atuação permanente de preservação ambiental em suas Unidades de Conservação, muitas delas presentes no Sítio. Além desse patrimônio, a zona de amortecimento conta com um acervo privilegiado de parques urbanos, que além de proporcionarem beleza paisagística e áreas de lazer à população, atuam como acervos científicos e corredores de biodiversidade.

Com tudo isso, o atual estado de conservação das várias partes que compõem a paisagem do Sítio Patrimônio Mundial pode ser considerado bom. Numa macro escala, é necessário que estas partes sejam rigorosamente conservadas para que seus valores culturais e ambientais não se deteriorem e que possam ser apreciadas não só num olhar de cima, *a vol d'oiseau*, a partir dos vários pontos de vista que a cidade dispõe, mas principalmente pelos que por ai circulam e se detêm, usufruindo-as.

- **Parque Nacional da Tijuca**

No Parque Nacional da Tijuca, a massa florestal nele existente desempenha importante papel redutor da poluição e amenizador do clima da cidade, além de ser fundamental para a contenção das encostas do Maciço da Tijuca. A manutenção da qualidade de seu estado fitosanitário, com as características do reflorestamento do século XIX, é uma atividade constante da administração do Parque.

Todas as vias internas do Parque são asfaltadas e encontram-se em bom estado de conservação, apoiadas por placas de sinalização interpretativas dos principais equipamentos e pontos de interesse. Incluem-se também nesta avaliação, as fontes, lagos e belvederes.

A definição das normas de usos e atividades praticadas no Parque atende a seu caráter cultural e ambiental, variando conforme a área:

- Floresta da Tijuca: por ter contado com a participação dos paisagistas Glaziou e Burle Marx, existem ai diversos locais adequados para piquenique, recreação infantil, descanso e contemplação, dispondo dos necessários equipamentos de apoio. As caminhadas são realizadas nas trilhas existentes, a maioria delas datando do século XIX, quando eram utilizadas pelos moradores das antigas fazendas e por membros da elite imperial. Os picos mais procurados por montanhistas são os do Papagaio (989 m), da Tijuca (1.021 m) e do Conde (821 m), dos quais se descortinam amplas vistas da cidade. A área contém diversos atrativos, como grutas, quedas d'água, lagos e mirantes, além de áreas de lazer e restaurantes. É o espaço mais procurado pelos visitantes, portanto o que demanda os maiores investimentos em conservação. Alguns desses pontos encontram-se hoje com algum grau de deterioração e necessitam restauro e requalificação, como a área do Açude da Solidão e a Cascatinha Taunay.
- Serra da Carioca: as pistas da serra da Carioca, em bom estado de conservação, permitem que sejam feitos passeios de bicicleta e caminhadas, sendo a Estrada das Paineiras a mais freqüentada para estas atividades, principalmente aos domingos e feriados, quando é fechada ao tráfego de veículos, contando com um reforço do policiamento. Ao longo da pista existem diversas quedas d'água muito utilizadas pela população. São muitas as trilhas que cortam a área, permitindo o acesso a recantos do parque e interligando-os a diversos pontos da cidade. É o conjunto que apresenta o circuito mais variado de mirantes, destacando-se além do mirante do Corcovado, o da Vista Chinesa – marcado pela presença de um pavilhão em estilo oriental que homenageia os chineses que ali cultivavam chá, o das Paineiras e o de Dona Marta. Este último dispõe de um heliponto de onde partem vôos turísticos. No Corcovado, estão concentrados os principais equipamentos de serviço: estação de trem, lojas, restaurante e lanchonete. Nas Paineiras, uma bela edificação de fins do século XIX, restaurada na década de 1930, serviu como hotel de alto padrão. Atualmente, estão em andamento as providências para sua revitalização, integrada à reurbanização da área do estacionamento e do ponto de saída do sistema de transporte para o Corcovado. Um

dos problemas mais graves desse setor é a ocupação por antenas de telecomunicações, para as quais tem sido feito um estudo para sua racionalização, mas o impacto visual que elas oferecem ainda é significativo.

- Pedra Bonita- Pedra da Gávea: tendo como principal atividade o vôo livre, foram instaladas na área as facilidades para os praticantes desse esporte. Guias especializados acompanham os visitantes em caminhadas e escaladas ao topo das pedras Bonita e Gávea.

- **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

Para atender ao público visitante do arboreto, o Jardim Botânico concentra seus esforços na manutenção e conservação desse importante patrimônio, cujas coleções vivas alcançam a ordem de 8.000 espécies, oriundas de várias partes do mundo. Incluem-se também no arboreto algumas áreas de vegetação específica que estão abertas à visitação, como: bromeliário, orquidário, plantas medicinais, jardim sensorial, insetívoras e cactário.

Para garantir o mais alto grau de conservação do arboreto, a administração do Instituto de Pesquisas conta com a eficiente atuação das coordenações de Conservação da Área Verde e das Coleções Vivas. Em decorrência da dinâmica da instituição, que é conhecida por suas permanentes e inovadoras atividades que atraem grande público, uma das constantes preocupações tem sido o controle da capacidade de ocupação nas ocasiões de grandes eventos, pois o excesso de público em algumas áreas do arboreto pode trazer impacto negativo para o jardim histórico.

O arboreto conta com adequada e dinâmica infra-estrutura para recepção aos visitantes e aos pesquisadores, abrigando atividades de educação ambiental dirigidas ao público e ao corpo de funcionários, em um processo permanente de conscientização sobre o meio ambiente, adquirindo conhecimentos, valores, habilidades e experiências para a solução de problemas ambientais.

Entre os demais serviços oferecidos pelo Jardim Botânico, inclui-se a produção de mudas do Horto Florestal, principalmente de espécies ameaçadas de extinção e florestas nativas, com ênfase nas oriundas da Mata Atlântica. Suas principais funções são: propagação e representação de espécies vegetais, conservação in-situ e ex-situ e difusão de novas tecnologias. Trata-se de área vizinha ao arboreto, que produz e atende, segundo as normas nacionais:

• à demanda do público para compra de mudas e orientação técnica para plantio, arborização urbana e recuperação de áreas degradadas, levando em conta sempre que as espécies selecionadas devem ser do ecossistema a ser recuperado;
• à introdução e reposição de espécies no arboreto;
• ao intercâmbio científico com instituições congêneres;
• a doações;
• aos Convênios Institucionais.

- **Parque do Flamengo**

O Parque do Flamengo, juntamente com o Passeio Público e a orla da praia de Copacabana, integra o conjunto de espaços públicos administrados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Estendendo-se desde o aeroporto Santos Dumont até o Morro da Viúva, contíguo à nova praia criada simultaneamente com o aterro do qual resultou o parque, constitui-se na mais extensa e completa área de lazer da cidade. Modelados de terreno, em que se destacam grupos arbóreos de diferentes espécies, portes e texturas - com florações que se prolongam por todo o ano - formam espaços adequados às atividades ali desenvolvidas.

Visto como uma harmônica transição entre a cidade e a orla marítima, o Parque do Flamengo permite visualizar a exuberância da paisagem natural representada pelos morros e pela Baía de Guanabara, assim como admirar o rico conjunto arquitetônico do Flamengo, com seus edifícios de diferentes épocas e estilos, em que se destaca a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. As passarelas criadas sobre as vias expressas, pela qualidade de seu traçado, complementam esta percepção.

Apesar de construído sobre uma área aterrada que utilizou a terra de morros que vieram abaixo para permitir a expansão horizontal da cidade, depois de quase 50 anos de existência, apresenta hoje grande biodiversidade, decorrente do papel desempenhado por sua vegetação e da presença de uma significativa avifauna atraída pela permanente floração e que é enriquecida com a visita sazonal de outras espécies provenientes de áreas verdes próximas. A maior parte das espécies vegetais utilizadas na época de sua formação, foi bem sucedida em sua adaptação, mesmo enfrentando as adversidades decorrentes das condições do terreno de aterro e dos fortes ventos do litoral, carregados de salinidade. Adaptações e acréscimos feitos no Parque do Flamengo foram decorrentes de alterações do programa original, como ocorreu na Marina da Glória, onde a Prefeitura abriu oportunidades para atividades náuticas e competições esportivas, além de espaço para exposições de nível internacional.

O Museu de Arte Moderna foi construído anteriormente à implantação do parque e seu paisagismo destaca-se por um tratamento especial, que valoriza a premiada arquitetura de Affonso Eduardo Reidy e garante a perfeita integração do edifício à bela área verde no entorno.

Apesar de seu estado satisfatório de conservação, o Parque não possui um plano para sua gestão, o que dificulta a integração das ações e a sua conservação. Alguns pontos isolados necessitam maior cuidado. Um plano integrado também permitiria, por exemplo, que o replantio observasse o plano e o ritmo original imposto por Roberto Burle Marx. O rio Carioca tem sua saída no final da praia do Flamengo, próximo ao Morro da Viúva, e chega canalizado até o Parque com níveis elevadíssimos de poluição, transformado, na verdade, em um canal de escoamento de esgotos. Há uma estação de tratamento implantada. Os níveis de poluição a praia, banhada pelas águas da Baía de Guanabara, também são considerados muito altos, permanecendo imprópria para banho a maior parte do ano.

- **Área de Proteção Paisagística dos Fortes na entrada da Baía de Guanabara**

Os morros do Pão de Açúcar e da Urca são considerados, juntamente com o Corcovado, os principais ícones da paisagem carioca. Seus principais atrativos são: o sistema de ligação aérea dos topos dos morros, com seus mirantes, a pista Cláudio Coutinho (1.250 m), que permite um belo e acessível percurso pela base do Pão de Açúcar e diversas trilhas para escalada dos morros e alpinismo.

Desde 1912 encontram-se em funcionamento os dois trajetos aéreos: Praia Vermelha/ Urca e Urca/ Pão de Açúcar. Nos anos 1960, o sistema foi modernizado e os topos dos morros foram reurbanizados, recebendo novos equipamentos de recreação e lazer, incluindo bares, restaurantes e lojas de *souvenirs*. No Pão de Açúcar, um mirante privilegiado permite uma visão de 360º, com destaque para a entrada da Baía de Guanabara. Este complexo é administrado pela Cia Caminho Aéreo Pão de Açúcar que possui concessão de uso dada pela SPU.

Nos anos 1980 foi implantado pelo Estado do Rio de Janeiro um amplo programa de reflorestamento nos dois morros, que teve continuidade com a participação de grupos comunitários empenhados na criação e consolidação da Unidade de Conservação, cuja principal função é a manutenção de sua rica biodiversidade. Devido à predominância dos costões rochosos com acentuada declividade, ai proliferam bromélias e orquídeas raras, ameaçadas de extinção.

Instalados na base dos morros que marcam a entrada da Baía do lado leste e oeste, os três principais fortes que responderam pelo sistema de defesa da cidade no passado, São José, Santa Cruz e Lage, desempenham hoje importantíssimo papel na paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Todos são administrados por organizações militares do Exército Brasileiro, na maioria, abertos à visitação pública de forma orientada. Por estarem em área de marinha, sujeitos a todo tipo de intempéries, esses fortes necessitam de ações contínuas de conservação e restauro. O Forte da Lage encontra-se em mau estado de conservação e semi-abandonado, demandando uma ação de restauro urgente, o que já vem sendo providenciado por meio da elaboração de um projeto de restauração e revitalização para o uso turístico e cultural.

- **Praias do Leme e Copacabana, pontões rochosos**

O Morro do Leme é parte integrante dos contrafortes litorâneos do Maciço da Tijuca. De seu topo, onde se situam as antigas instalações do Forte Duque de Caxias, antigo Forte da Vigia, pode-se apreciar os morros vizinhos, inclusive o Pão de Açúcar de um ângulo inusitado, e a visão panorâmica das praias do Leme e Copacabana. O Morro do Leme, juntamente com a ilha de Cotunduba, constitui a Área de Proteção Ambiental do Morro do Leme.

Os últimos remanescentes de Mata Atlântica, cercados pela vegetação secundária predominante na área, em estágio de regeneração, constituem significativo ambiente para a fauna local.

Na base do Morro do Leme, localiza-se o CEP – Centro de Estudos do Pessoal do Exército, que administra o Forte Duque de Caxias ou Forte do Leme, garantindo seu estado de conservação e organizando programas esportivos e culturais para a comunidade, como caminhadas, principalmente as que levam ao topo do morro. Na base, logo acima do nível do mar, o caminho dos pescadores oferece belo visual da praia, sendo muito utilizado pelos praticantes da pesca de vara.

A praia do Leme integra-se à de Copacabana no tratamento de sua orla. Para uma área que foi conquistada ao mar, Burle Marx assinou o projeto, considerado obra ímpar do paisagismo internacional. Pensado como um painel contínuo, o autor oferece ao pedestre a oportunidade de desfrutar de uma rica diversidade de formas e composições. Utiliza pisos em mosaico de pedra portuguesa, incorporando no desenho elementos do abstracionismo formal presentes em sua obra mais recente, que completa com manchas de grupos arbóreos adequados às condições locais. Próximo à praia, foi mantido o desenho das ondas do mar, presente na primeira calçada da Avenida Atlântica, projetada no início do século XX.

Ao longo dos anos, modificações de ordem urbanística foram introduzidas no projeto, criando estacionamentos, ciclovia contínua, postos de salvamento, quiosques e postos de gasolina. Outra interferência significativa no projeto tem sido a extensão dos restaurantes da orla em direção ao espaço público, interrompendo parcialmente o desenho do calçadão. Todas estas questões têm sido resolvidas de forma conjunta pela Prefeitura, por meio do Comitê da Orla, do Instituto Rio Patrimonio da Humanidade e no Governo do Estado pelo Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, órgãos responsáveis pela administração e pela tutela da área.

O Forte de Copacabana surgiu em 1914 - após a demolição da pequena ermida que guardava a imagem de Nossa Senhora de Copacabana, ponto de atração de romeiros - para abrigar a guarnição de defesa do litoral carioca. Na década de 1980, com a extinção das Baterias de Artilharia de Costa, inaugurou-se o Museu Histórico do Exército.

Na ponta do Arpoador, até o século XVIII era comum a prática de se arpoar as baleias vindas dos mares frios do sul. A Praia do Diabo, situada entre as pontas de Copacabana e do Arpoador, tem sido utilizada para a prática do surfe nos últimos anos. A Pedra do Arpoador cumpre papel de destaque na paisagem carioca, pela qualidade de suas formações rochosas e pela vista que dela se descortina na direção oeste. A Prefeitura, depois de declarar os dois pontões como Área de Proteção Ambiental, tem investido em ações de preservação.

- **A Paisagem Urbana na Zona de Amortecimento**

A paisagem urbana na zona de amortecimento é delimitada pelos ângulos visuais que partem dos dois principais picos contidos nos elementos do Sítio: o do Corcovado, no Parque Nacional da Tijuca, e o do Morro do Pico, em Niterói. Constitui-se em importante elemento de interligação e proteção dos valores excepcionais dos componentes do Sítio. Tem a função de garantir a proteção do valor universal excepcional e da integridade de seus elementos.

Nela estão presentes diversas Unidades de Conservação da Natureza, como as APAs – Áreas de Proteção Ambiental do Cosme Velho e Laranjeiras, de São José, dos Morros da Babilônia, São João, dos Morros dos Cabritos e da Saudade. Alguns parques urbanos municipais também estão incluídos: o Parque do Pasmado, o Parque Garota de Ipanema, o Parque Tom Jobim e o Parque da Catacumba. Destaca-se ainda o Parque Estadual da Chacrinha. Entre as APACs, incluem-se as do Jardim Botânico, Humaitá,

Botafogo, Bairro Peixoto, Lido, Cosme Velho, Laranjeiras, Santa Teresa e Glória. Em termos espaciais e ambientais, a Lagoa Rodrigo de Freitas ocupa posição chave na relação entre os vários bairros.

O Parque do Flamengo conecta-se, em sua porção norte, com uma seqüência de áreas verdes contidas na Zona de Amortecimento, que, amparadas por lei, complementam a proteção legal do parque. Esses espaços públicos – Passeio Público, o Outeiro da Glória e os jardins do Palácio do Catete, que até fins do século XIX eram banhados pelo mar, encontram-se hoje, após os sucessivos aterros, voltados para as pistas que ligam a zona sul ao Centro. Espacialmente, sua conexão com o Parque do Flamengo é feita pela grande massa arbórea existente ao longo das pistas, quebrada apenas pelo intenso tráfego de veículos.

O Passeio Público, que em 2004 foi restaurado pela Prefeitura privilegiando a solução paisagística de Glaziou, mantém seu antigo terraço-mirante isolado pelo gradil que contorna a área verde. Para o Outeiro da Glória, a Praça do Russel faz a conexão espacial com o Parque do Flamengo. E os jardins do Museu da República, que correspondem aos do antigo palacete do século XIX pertencente à família do Barão de Nova Friburgo e se mantêm abertos à visitação pública durante todo o ano, também garantem a mesma relação paisagística.

Assim sendo, pode-se considerar que a paisagem urbana da zona de amortecimento é dominada não só pelo espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas, como por grandes áreas verdes, protegidas pela legislação ambiental ou pela cultural, nas quais ações de preservação são constantemente realizadas. A atual legislação urbanística privilegia o controle de uso e ocupação do solo nestes bairros, por considerá-los integrados a elementos chave da paisagem natural da cidade e inseridos na macro-zona de ocupação controlada. Os equipamentos urbanos mais significativos dessa grande área, de modo geral encontram-se em bom estado de conservação. Programas da Prefeitura em diferentes governos, como o Rio Cidade, investem na requalificação do mobiliário urbano, conferindo identidades visuais às diversas áreas em que é aplicado.

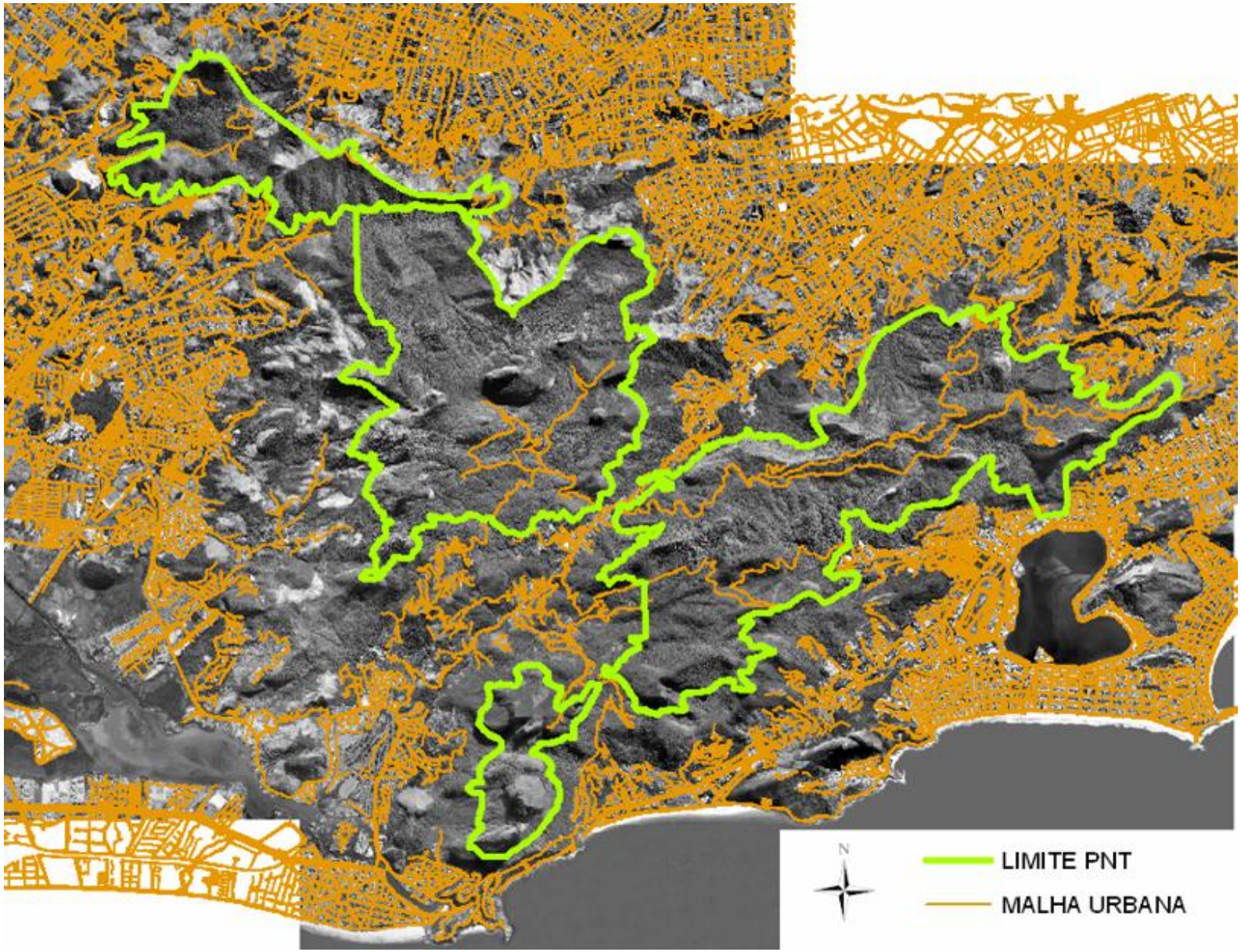
3. PRESSÕES SOBRE O SÍTIO E IMPACTOS OBSERVADOS

3.1. FATORES RELACIONADOS À EXPANSÃO URBANA

Desde fins do século XIX, os morros cariocas passaram a ser ocupados por população de baixa renda. Ao longo do século XX, com o agravamento da questão habitacional, acentuou-se a ocupação desordenada e precedida por desmatamento dos morros, o que além de transformar a paisagem urbana, trouxe graves conseqüências ambientais sobre os cursos d'água e contribuiu para a erosão das encostas.

O Maciço da Tijuca e os demais morros contidos na área de amortecimento do Sítio – com destaque para os que delimitam Copacabana, separando-a de Botafogo e Lagoa, foram bastante ocupados nesse período, formando-se assim grande número de favelas na área. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem implantando desde o início dos anos 1990, o Programa Favela Bairro, que tem como objetivo a integração destas comunidades ao tecido urbano, dotando-as de novos espaços de convivência, redes de infra-estrutura e mobilização comunitária.

O mapa apresentado a seguir, constante do Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, indica as ocupações nas encostas do Maciço da Tijuca, algumas delas estendendo-se até quase o limite do PNT. Uma das principais atividades da administração do parque é o controle da ocupação ilegal, por meio de rigorosa fiscalização de suas áreas periféricas e apoio à Prefeitura no trabalho de monitoramento da expansão urbana nestas áreas críticas. Como medida de segurança, a administração do Parque Nacional da Tijuca mantém intensa e permanente fiscalização em sua zona de amortecimento.


N
LIMITE PNT
MALHA URBANA

O efeito de borda que o parque sofre é decorrente não apenas das ocupações irregulares, mas também de sua excessiva fragmentação, cujas causas são: sua grande dimensão, a inserção em área urbana e as vias com alta circulação de veículos que cortam os diversos fragmentos que compõem o parque. A eficiência da fiscalização nas áreas periféricas tem sido fundamental para evitar invasões ou outras ações indesejáveis no Parque.

Poucas ocupações ainda se mantêm no interior da Unidade de Conservação, em geral como situações que se arrastam há muitos anos, com os ocupantes tendo adquirido direitos jurídicos pelo tempo de uso. É intenção da atual administração resolver todas essas questões, mas os processos são morosos, agravados pelas condições sócio-econômicas dos ocupantes, que muitas vezes não dispõem da documentação exigida, tornando as soluções mais difíceis. Para a remoção dos residentes, a administração tem recorrido a acordos, em parceria com o município.

Outra situação que ocorre no Parque Nacional da Tijuca é a presença de grande número de antenas, trazendo prejuízos, não só por sua intervenção na paisagem como pela destruição da vegetação. As providências que estão sendo tomadas pela atual administração do parque, além das incluídas no Plano de Manejo, são:

• recadastramento de todas as empresas responsáveis pelas antenas;
• discussão com empresas de radio difusão para criação de um Termo de Cooperação que estabelecerá critérios e metodologias para autorização de atividades, prevendo medidas compensatórias e mitigadoras;
• acordo de cooperação com rádios e TVs concessionárias de serviços públicos para manter antenas no Sumaré e retirada do equipamento das que não prestam serviços públicos;
• implantação de guaritas e fiscalização sistemática;
• cobrança de compensação ambiental, levando em conta a área/altura ocupada, com vistas ao estímulo direto à diminuição de estrutura e consolidação de várias empresas em uma única antena.

3.2. FATORES AMBIENTAIS

A orla da cidade sofre impacto da poluição da água. O problema é mais grave dentro da Baía de Guanabara, que durante décadas recebeu esgoto *in natura* de boa parte da região metropolitana. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) possui estratégia a médio prazo e longo prazo para a limpeza da Baía. Hoje o despejo de esgoto *in natura* já está sendo consideravelmente reduzido e uma rede de troncos coletores e de estações de tratamento está sendo edificada. Nas praias oceânicas, a existência do emissário submarino que leva o esgoto para alto mar garante bons índices de balneabilidade a maior parte do ano, que são monitorados eletronicamente. Entretanto, o despejo ilegal de esgoto nas galerias de águas pluviais provoca a ocorrência de línguas negras na areia após episódios de chuvas. Uma estrutura de monitoramento, incluindo a utlização de câmeras tem sido elaborada visando a detecção de ligações ilegais.

3.3. DESASTRES NATURAIS E PREVENÇÃO DE RISCOS

O município do Rio de Janeiro, em função de seu clima, está sujeito a eventos de chuvas fortes, especialmente no verão, que provocam alagamentos em vários pontos e, por vezes, deslizamentos. A Prefeitura dispõe de um "Sistema de Alerta de Chuvas Intensas e de Deslizamentos em Encostas", que utiliza informações em tempo real, de 32 estações pluviométricas automáticas, imagens de radares meteorológicos, detetores de raios, dados climáticos de duas estações meteorológicas, imagens de satélite e informações disponíveis na WEB. Em algumas favelas situadas em área de risco, o desmatamento e o acúmulo de lixo pode provocar deslizamentos. Quando isto ocorre e o problema é detectado, um sistema de monitoramento e remoção de população é acionado.

Não tem havido desmoronamentos nos afloramentos rochosos da cidade, uma vez que aqueles que estariam em situação de risco encontram-se protegidos por diferentes sistemas de contenção de encostas. No entanto, durante as chuvas de verão de 2010 aconteceram deslizamentos de terra e de floresta em diferentes partes do Parque Nacional da Tijuca, sem acidentes relacionados às habitações ai situadas. Recursos provenientes dos governos federal e municipal propiciaram a realização de obras de contenção e restauração dos locais afetados.

A Floresta da Tijuca, sobretudo em sua vertente norte, mais seca e com áreas em que se desenvolveu o capim colonião, está sujeita a incêndios. Um sistema de monitoramento do Parque Nacional da Tijuca é preparado para acionar equipes de brigadas voluntárias.

Outro problema que o Parque enfrenta é a caça a animais silvestres, hoje controlada com ações de fiscalização e atividades de educação ambiental. O abandono de animais domésticos, sobretudo gatos, também exerce pressão sobre a floresta, assim como o extrativismo vegetal.

3.4. ATIVIDADES TURÍSTICAS E PRESSÕES SOCIAIS

Os impactos identificados nesta abordagem referem-se aos problemas sociais enfrentados na relação entre os usuários do sítio e sua administração, que é muitas vezes prejudicada pela falta de coordenação entre as diferentes entidades envolvidas.

Devido ao seu tamanho, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque do Flamengo devem ser inspecionados constantemente para garantir que suas instalações estejam sendo usadas para seus fins designados. As restrições sobre o uso do Parque da Tijuca, em particular, são bastante rigorosas. Algumas violações menores foram identificadas que representam algum risco para a segurança, tais como a prática de oferendas religiosas usando velas acesas e alimentos deixados ao ar livre. Este problema está sendo tratado pelo programa de educação ambiental em curso e a criação de um local apropriado de adoração para os diferentes grupos religiosos.

No Parque do Flamengo, o uso de churrasqueiras e a presença de vendedores apregoando suas mercadorias é um desafio constante para a sua conservação. No Plano Diretor do Parque, novos regulamentos deverão ser elaborados para prevenir atividades dessa natureza. E ainda, como o Parque é totalmente aberto nas 24 horas do dia ao longo de todo o ano, a presença de moradores de rua em horários de difícil vigilância, traz graves problemas à segurança de seus usuários. A administração do Parque está atenta a esta questão, discutindo a nível municipal como enfrentá-la.

Em março de 2009 foi criado o Comitê Gestor da Orla, subordinado a Scretaria de Meio Ambiente, com atribuições de garantir a qualidade do ambiente litorâneo da cidade e sua área urbana, definindo indicadores de qualidade ambiental, supervisionando e monitorando as atividades ai desenvolvidas: econômicas, desportivas, de turismo e de lazer. Especificamente ao longo da orla de Copacabana, vários problemas ainda ocorrem, como o estacionamento de veículos no calçadão, o uso ilegal dos espaços públicos por vendedores ambulantes das mais diversas mercadorias que possam atrair os turistas, a extensão indevida dos quiosques, todos eles danificando o piso de pedra portuguesa e bloqueando o ir e vir dos pedestres. A administração municipal, através da atuação do Comitê Gestor, vem identificando estes problemas e tornando a fiscalização mais rigorosa.

3.5. NÚMERO DE HABITANTES DENTRO DA PROPRIEDADE E DA ZONA DE AMORTECIMENTO

- **Componentes 1, 2 e 3**

A ocupação para uso residencial no Parque Nacional da Tijuca é reduzida: existem 68 habitações ocupadas por 340 pessoas, a maioria funcionários, ex-funcionários, antigos moradores e seus parentes, que datam de muito antes das administrações atuais. Segundo o administrador do Parque, um programa está em andamento para remover e reassentar essas famílias em áreas próximas ao Parque. Ocorre ainda a ocupação residencial por ex-funcionários municipais ou aposentados do extinto Serviço Florestal; a atual administração planeja, assim que sua relocação for possível, usá-las para instalar o Complexo Cultural do Parque Nacional da Tijuca. Entre as edificações existentes, parte pertence a seu acervo histórico. As demais são utilizadas pela administração do Parque com usos diversos, como Centro de Visitantes, Casa do Pesquisador e Laboratório de Pesquisa.

No Jardim Botânico, que apresenta uma parte considerável de seu terreno ocupada por famílias (originalmente de ex-funcionários e/ou seus descendentes, mas que atualmente representam apenas uma parcela do total de moradias irregulares), há muitos anos essa questão vem sendo enfrentada de diversas formas, sendo que no momento existe uma posição do governo federal para que esses moradores sejam removidos do interior do perímetro definido da instituição, através de soluções diferenciadas, conforme suas diferentes tipologias (situação financeira, vulnerabilidade ambiental e outras). Entre outros encaminhamentos, terrenos serão adquiridos para a construção de moradias, compras de imóveis serão assistidas e famílias serão atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida. Foi efetuado o cadastramento dos moradores, instâncias de esclarecimento e negociação foram instituidas e a atual gestão do JB pretende efetivar as determinações emanadas das instituições federais responsáveis por essas soluções.

- **Partes do componente 4**

Não há invasões ou problemas semelhantes no complexo que compreende os morros do Pão de Açúcar, Urca e Cara de Cão. A Área Protegida dos Fortes Históricos de Niterói é ocupada por uma base militar, bem como as áreas dos Fortes no bairro da Urca e no sopé do Pão de Açúcar e nas praias de Copacabana e Leme.

Não há moradores residentes na área protegida do Parque do Flamengo e seus arredores, como Passeio Público, Praça Paris, assim como na orla da Praia de Copacabana.

- **Zona de amortecimento**

O quadro abaixo indica a população residente na zona de amortecimento, por bairro, com comunidades incluídas, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Bairro	Habitantes
Santa Tereza	40.926
Botafogo	82.890
Flamengo	50.043
Catete	24.057
Cosme Velho	7.178
Glória	9.661
Humaitá	13.285
Laranjeiras	45.554
Urca	7.061
Copacabana	146.392
Leme	14.799
Jardim Botânico	18.009
Lagoa	21.198
Alto da Boa Vista	9.343
total	**490.396**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010 / Instituto Pereira Passos.

4. GESTÃO ATUAL DO SÍTIO

4.1. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E LEGAL

- **Propriedade dos elementos do Sítio**

Toda a área englobada pelo Sítio Rio Patrimônio Mundial é de propriedade da República Federativa do Brasil:
• o Parque Nacional da Tijuca, inclusive o Parque Lage, com base no regime de desapropriação das terras;
• o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por ter sido adquirido pelo governo imperial em 1808 para instalação de uma fábrica de pólvora e como jardim de aclimatação;
• as áreas que constituem a borda d'água, por serem Terrenos de Marinha ou Acrescidos de Terrenos de Marinha[1] Nessa área estão incluídos o Parque do Flamengo com a Marina da Glória, a enseada de Botafogo estendendo-se até ao conjunto dos morros Cara de Cão, Pão de Açúcar e da Urca, do lado oeste da entrada da baía de Guanabara, e contornando-os, até a Praia Vermelha, Morro do Leme e praia de Copacabana, com suas pontas até a Pedra do Arpoador. Do lado leste da entrada da baía de Guanabara, partes dos morros do Pico, Ourives e Morcego.

- **Estatuto Jurídico ou Situação Legal**

O domínio útil dos componentes do Sítio Rio Patrimônio Mundial está sob responsabilidade de órgãos da administração direta ou indireta do serviço público federal, assim como sob o regime de concessão de uso.

O Parque Nacional da Tijuca_ criado pelo Decreto Federal nº 50.923 de 06 de julho de 1961, com o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, recebeu a atual denominação em 08 de fevereiro de 1967, pelo Decreto Federal 60.183. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente.

[1] Terreno de Marinha é uma faixa em toda a costa brasileira de 33 metros contados para o lado da terra a partir de onde chega a maré alta (a média das marés altas), mas tendo como referência as marés de 1831, época em que foi criado o conceito de terrenos de marinha. Acrescido de Marinha é o terreno formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

Atendendo às diretrizes da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, conta com uma gestão participativa, através de seu Conselho Consultivo, em que atuam duas Câmaras Técnicas, a de Turismo e a de Proteção. O Conselho Consultivo é paritário em suas vinte e seis representações - metade governo e metade sociedade civil - sendo presidido pelo Chefe do Parque Nacional da Tijuca, que representa o ICMBio no Conselho.

Encontra-se já firmado Termo de Acordo e Compromisso para a gestão compartilhada do PNT pelas três esferas do governo, com a criação de um Conselho Gestor. A operação da Estrada de Ferro Corcovado é realizada por concessão feita diretamente pelo Serviço de Patrimônio da União.

No Parque Lage, o principal equipamento é o antigo solar da família Lage, atualmente utilizado pela Escola de Artes Visuais (EAV). Em 23.06.2009 (documento D.O. Rio nº 64 de 23.06.2009) foi assinado o Termo de Cessão de Uso, em que o ICMBio transferiu ao governo estadual a administração do local, pondo fim a uma questão jurídica que se arrastava há anos. A medida consagra a parceria entre a cultura e o meio ambiente, visando à sua sustentabilidade.

O Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado como autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente pela Lei nº 10.316 de 06.12.2001 (documento D.O.U nº 233 de 07.12.2001), que definiu sua natureza jurídica, finalidades, competência e constituição administrativa.

As áreas da borda d'água são administradas, em sua maioria, pela Prefeitura Municipal. Com a criação do IRPH em 2012, este órgão da Prefeitura passou a assumir a gestão do Parque do Flamengo, assim como da orla de Copacabana. A proposta atual é a criação de um Grupo de Trabalho que reuna essencialmente os órgãos que atuam na praia da Urca , com vistas à criação de uma infra-estrutura técnica e administrativa de forma a garantir maior eficiência em todas as ações de conservação e restauração.

Quanto à gestão do MONA do Pão de Açúcar, a Resolução SMAC 518/2012 criou o Conselho Consultivo do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e Urca, com representantes das três esferas do Governo e ampla participação da sociedade civil organizada. A operação do Caminho Aéreo do Pão de Açúcar é realizada por concessão feita pela Prefeitura, assim como a Marina da Glória, o Restaurante Rio's no Parque do Flamengo e os quiosques situados ao longo dos parques e das praias. O Museu de Arte Moderna e o Museu Carmem Miranda têm concessões de domínio útil.

As fortalezas da entrada da baía são administradas pelo Exército Brasileiro. Do lado oeste, a fortaleza de São João, erguida no mesmo local em que a cidade foi fundada em 1565, inclui o Forte São José; do lado leste, encontram-se articuladas entre si a Fortaleza de Santa Cruz e os Fortes do Pico, Imbuí e São Luiz, que tiveram importante atuação na defesa da entrada da Baía de Guanabara.

4.2. PROTEÇÃO EXISTENTE

Medidas de proteção da paisagem cultural do Rio de Janeiro têm sido adotadas desde o século XIX, quando se iniciou a desapropriação de terras que continham os cursos d'água utilizados para o abastecimento da cidade e seus mananciais (Lei No. 1.114 de 27 de setembro de 1860) e a criação das Florestas da Tijuca e Paineiras (Decisão No. 577, Portaria de 11 de dezembro de 1861) da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em continuidade às ações de proteção, em 1866 foi efetuada a desapropriação dos sítios das áreas situadas nas Florestas da Tijuca e Paineiras.

Atualmente, no Brasil, a política nacional de proteção e preservação dos bens patrimoniais é assegurada pela Constituição da República em duas frentes: no capítulo da Cultura e no do Meio Ambiente. O da Cultura estabelece que "constituem o patrimônio cultural brasileiro, os bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira ". O do Meio Ambiente trata da conservação da natureza sob o ponto de vista biológico, assumindo a responsabilidade legal e administrativa pela preservação e restauração de processos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético, bem como pelas unidades de conservação.

Assim sendo, a preservação da pluralidade cultural brasileira e da diversidade biológica complementam-se, principalmente numa cidade como o Rio de Janeiro, onde a apropriação pelo homem de um ambiente natural rico e diversificado, com suas formações geológicas e geomorfológicas típicas, resultou numa paisagem cultural excepcional.

A cidade do Rio de Janeiro destaca-se no cenário nacional por possuir um dos maiores elencos de áreas protegidas do país, em termos culturais e ambientais, tal a importância e o significado de nossa paisagem cultural. E certamente o Sítio Rio Patrimônio

Mundial concentra seus elementos mais representativos, destacando-se os protegidos por órgãos do patrimônio ou do meio ambiente.

Cabe ressaltar que ciente do seu papel e de sua responsabilidade na preservação do patrimônio paisagístico, o IPHAN organizou, juntamente com a Fundação Mariano Procópio e a Fundação Casa de Rui Barbosa, o I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, em 2010. Dele resultou a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, que estabeleceu critérios, definições e diretrizes para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos. Como bem define a Carta, "os jardins históricos são um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e na salvaguarda do espírito do lugar. Preservá-los não se trata apenas de cuidar de um legado do passado, mas de criar condições para novos bens que irão enriquecer a herança do futuro".

- **Tombamentos e Portarias de proteção cultural**

O movimento em prol da cultura nacional que apoiou o Ministro Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde ao longo dos anos 1930, resultou na criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em janeiro de 1937. No mesmo ano o Decreto-Lei 25 instituiu o ato do tombamento como medida de proteção ao patrimônio histórico e artístco nacional.

Fundamentado nos conceitos preservacionistas internacionais da época, escrito pela vanguarda intelectual, o Decreto-Lei 25 manteve-se ao longo deste período de mais de 75 anos, como um documento íntegro, consistente e atual, completo no que diz respeito aos diversos aspectos do patrimônio cultural brasileiro. Continua sendo o documento máximo em que o órgão federal de tutela do patrimônio cultural (atual IPHAN) se apóia, servindo de modelo a outras instituições de base cultural. Em seu parágrafo segundo, equipara os bens de natureza material aos monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importam conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. Posteriomente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, por meio da Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009, definindo como Paisagem Cultural Brasileira "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores".

No Rio de Janeiro, o órgão estadual foi criado em 1965 como Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, DPHA; o atual INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, autarquia da Secretaria de Estado de Cultura, assim como o órgão municipal de proteção cultural, criado desde 1984, tiveram importante participação na candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial. No municício, em 05 de julho de 2012, através do Decreto nº 35879, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro criou o IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, em função da declaração da cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial na categoria de Paisagem Cultural e do crescente reconhecimento da relevância do patrimônio para o desenvolvimento da cidade. Este novo órgão veio acrescentar à antiga Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, as atribuições ligadas à gestão do sítio reconhecido pela Unesco, assim como novas ações de expansão, potencialização e consolidação do patrimônio nas diversas áreas da cidade.

Os tombamentos federais referentes aos elementos do Sítio Rio Patrimônio Mundial são os seguintes:

- Parque Nacional da Tijuca, conforme processo 76-T-65, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 27.04.1967;
- Penhasco do Corcovado, conforme processo 869-T-73, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 08.08.1973;
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conforme processo 101-T-38, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 30.06.1938;
- Conjunto Paisagístico do Parque Lage, conforme processo 537-T-57, inscrito no Livro Histórico em 14.06.1957;
- Parque do Flamengo, conforme processo 748-T-64, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 28.07.1965;
- Morro Cara de Cão, da Babilônia, da Urca, Pão de Açúcar, Dois Irmãos, Pedra da Gávea, conforme processo 869-T-73, inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 08.08.1973;
- Fortaleza de São João, conforme processos 101-T-38 e 155-T-38, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 24.05.1938;
- Fortaleza de Santa Cruz, conforme processo 207-T-39, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 04.10.1939.

Na Zona de Amortecimento, existe um grande número de bens tombados. Relacionamos apenas os de porte significativo, coerentes com a escala em estudo:

- Palácio das Laranjeiras e seu jardim, conforme processo 1.075-T-82, inscrito no Livro de Belas Artes em 24.05.1983;
- Parque Guinle, conforme processo 1.110-T-84, inscrito no Livro de Belas Artes em 16.04.1986;
- Palácio do Catete e seu jardim, conforme processos 101-T-38 e 153-T-38, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 06.04.1938;
- Palácio Guanabara e seu jardim, conforme processo 101-T-38, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 06.04.1938;
- Passeio Público, conforme processos 099-T-38, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 30.06.1938.

O IPHAN, considerando a importância de se garantir a visibilidade do patrimônio e atendendo ao que já estava estabelecido no Artigo 18 do Decreto-Lei 25, tem definido algumas das áreas de entorno de bens tombados através de portarias específicas, que procuram garantir sua proteção. Algumas dessas portarias federais incluem elementos do Sítio e seu entorno:

- Jardim Botanico, Gavea e Lagoa
  Poratria nº 104/2000 – estabelece parâmetros para que as novas construções não venham a interferir na moldura de que se revestem os bens culturais, nas áreas submetidas à especial proteção do Poder Público Federal;
- Botafogo
  Portaria nº 29 de 15.08.1980 - fixar condições para que as construções nas Ruas Sorocaba e das Palmeiras, imediações dos monumentos tombados, que não lhes perturbe a visibilidade e ambiência;
- Gloria, Catete e Centro
  Portaria nº 08 de 29.01.1980 - estabelece parâmetros para as novas construções visando a proteçao da visibilidade e ambiência monumentos tombados. Skyline da Gloria;
- Morros do Pão de Açúcar, Urca, Babilônia e Cara de Cão
  Portaria nº 420, de 22.12.2010 - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno;
- Joatinga, Itanhangá, São Conrado e Alto da BoaVista

Portaria nº 420, de 22.12.2010 - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

As áreas tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro contidas no Sítio Rio Patrimônio Mundial constam na listagem abaixo:

- Forte de Copacabana e pontas de Copacabana e do Arpoador, de acordo com a Resolução SEC 47 de 02.09.1991, publicada no Diário Oficial de 04.09.1991;
- Conjunto urbano paisagístico nas praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, conforme Edital publicado no Diário Oficial de 25.01.1991;
- Parque Henrique Lage, conforme Decreto "E" nº 788 de 15.07.1965.

Na Zona de Amortecimento, também existe um grande número de bens estaduais tombados. Assim como no levantamento anterior, relacionamos apenas os de porte significativo:

- Morro Dois Irmãos, conforme Edital publicado no Diário Oficial de 22.09.1994;
- Parque Estadual da Chacrinha, conforme Edital publicado no Diário Oficial de 30.12.2002;
- Parque da Gávea, conforme Decreto "E" nº 927 de 29.11.1965; Hotel Copacabana Palace, conforme Resolução SEC nº 16 de 19.03.1986, publicada no Diário Oficial RJ de 24.03.1986;
- Jardins de Roberto Burle Marx na Praça Senador Salgado Filho, conforme Edital publicado no Diário Oficial RJ de 20.12.1990;
- Estação de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont, conforme Edital publicado no Diário Oficial RJ de 09.12.1998;
- Conjunto Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário, conforme Resolução nº 026 de 31.08.1990, publicada no Diário Oficial RJ de 12.09.1990.

As áreas mais significativas tombadas pelo Município do Rio de Janeiro contidas no Sítio Rio Patrimônio Mundial são as seguintes:

- Parque do Flamengo, conforme Lei nº 2287 de 04.01.1995;
- Calçadão de Copacabana e Parque do Flamengo juntamente com outras obras paisagísticas de Burle Marx, conforme Decreto nº 30.936 de 04.08.2009, que tombou provisoriamente 84 obras paisagísticas de Burle Marx;

- Forte Duque de Caxias (Leme), conforme Decreto 6.933 de 08.09.1987;
- Pedra do Arpoador, conforme Lei 1.433 de 03.09.1989;
- Espelho d'água da enseada de Botafogo, conforme Decreto 7.444 de 01.03.1988;
- Conjunto de amendoeiras e jardins da Praça Paris e Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conforme Decreto 13.898 de 16.05.1995 ;
- Morros do Pão de Açúcar, da Urca, Cara de Cão e Babilônia, incluindo a estação inicial da Companhia Bondinho Pão de Açúcar, conforme Decreto 26.578 de 01.6.2006;
- Cristo Redentor, conforme Decreto 9.156 de 30.01.1990.

Na Zona de Amortecimento existe grande número de bens municipais tombados, entre eles:

- Espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas conforme Decreto 9.396 de 13 de junho 1990;
- Conjunto Arquitetônico da Cinelândia, conforme Lei 1.467 de 30.11.1989;
- Palácio da Cidade, conforme Decreto 9.904 de 12.12.1990;
- Palácio São Joaquim, conforme Decreto 25.693 de 23.08.2005;
- Escola de Música da UFRJ, conforme Lei 18.09.2007;
- Conjunto Edificado do Hipódromo da Gávea e demais dependências do Jockey Club Brasileiro, conforme Decreto 14898 de 20.06.1996.

Entre as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados localizadas na zona de amortecimento dos sítios declarados como Paisagem Cultural ou em suas imediações destacam-se:

Urca
Decreto nº 7.451 de 03/03/1988 – Determina o Tombamento Definitivo dos bens culturais que menciona e delimita sua Área de Entorno (Cassino da Urca).
Decreto nº 16.783 de 29/06/1998 - Altera o anexo II do Dec. nº 7.451/1988.

Lido
Decreto nº 11.448 de 07/10/1992 - Estabelece condições especiais de Proteção Ambiental e de Ocupação do Solo para a área conhecida como Lido e adjacências, em Copacabana, V RA, e dá outras providências.
Decreto nº 14.676 de 29/03/1996 – Revoga o parágrafo único do Art. 2º do decreto 11448/1992

Bairro Peixoto
Lei nº 1.390 de 12/05/1989 - Cria Área de Proteção Ambiental do Bairro Peixoto, em Copacabana, V RA, e dá outras providências.
Decreto nº 9.226 de 13/03/1990 – Regulamenta a lei 1390/1989, e dá outras providências

Jardim Botânico
Decreto nº 20939 de 24/12/2001 –Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do bairro do Jardim Botânico – VI RA, Determina o Tombamento dos bens que menciona e dá outras providências.- Republicado no D.O RIO de 27/03/2003, por incorreção

Área de Entorno do Hipódromo da Gávea
Decreto nº 14.898 de 20/06/1996 - Determina o Tombamento Definitivo dos bens culturais que menciona, Cria sua Área de Entorno e estabelece critérios para sua proteção (Conjunto edificado onde funciona o Hipódromo da Gávea).

Lagoa Rodrigo de Freitas
Decreto nº 9.396 de 13/06/1990 - Determina o Tombamento Definitivo do bem cultural que menciona, Cria Área de Proteção do Entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, e dá outras providências.
Decreto nº 21191 de 26/03/2002 –D.O RIO de 09/10/2002 - Altera o Art. 3º e o Anexo II do Decreto 9396/1990.

Santa Teresa
Lei nº 495 de 09/01/1984 - Transforma o bairro de Santa Teresa em Área de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 5.050 de 23/04/1985 - Regulamenta a Lei Nº 495 de 09/01/84, altera o Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto 322 de 03/03/1976, e dá outras providências.

Cosme Velho e parte de Laranjeiras
Lei nº 1.784 de 29/10/1991 - Declara Áreas de Proteção Ambiental o Bairro do Cosme Velho e parte do Bairro de Laranjeiras - VI RA e dá outras providências.
Resolução SMC nº 27 de 04/11/1997 - Estabelece critérios de conservação para obras de reforma, modificação, recaracterização ou qualquer intervenção física nos passeios, jardins e edificações dos trechos das ruas General Glicério, General Cristóvão Barcelos e Professor Ortiz Monteiro incluídos na Lei nº 1.784/1991.

Laranjeiras
Decreto nº 17028 de 25/9/1998 - Cria Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) no bairro de Laranjeiras e dá outras providências (Rua das Laranjeiras e Rua Ribeiro de Almeida).
Decreto nº 20.611 de 10/10/2001 –Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) no bairro de Laranjeiras – IV R.A e estabelece critérios para sua proteção.
Decreto nº 13.051 de 29/06/1994 - Determina o Tombamento do bem arquitetônico que menciona e Cria sua Área de Entorno (Casas Casadas).

Catete
Decreto nº 24121 de 15/04/2004 - Regulamenta o inciso III do art. 3º da lei 1679 de 1991 – APA São José
Decreto 25693 de 23 agosto de 2005 – Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural do Bairro do Catete e parte da Glória

Botafogo
Decreto nº 22221 de 04/11/2002 - Cria a APAC do bairro de Botafogo, Determina o tombamento provisório dos bens que menciona e dá outras providências
Decreto nº 22643 de 10/02/2003 – Acrescenta os anexos III e IV, dá nova redação aos artigos 4º e 5º e retifica os anexos I e II do Decreto 22221/2002

Humaitá
Decreto n.º 26268 de 20/03/2006 – D.O. RIO de 21/03/2006 – Cria Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) no bairro de Humaitá – IV R.A. e dá outras providências.

Decreto nº 4.665 de 27/08/1984 - Estabelece condições especiais de proteção ambiental p/ o trecho da Rua Alfredo Chaves, entre Icatu e seu final, situada na IV RA
Lei nº 730 de 04/09/1985 - Cria Zona de Preservação Cultural e paisagística da Rua Alfredo Chaves.

Alto da Boa Vista - APARU
Decreto nº 11.301 de 21-8-1992 - D.O. RIO de 24-8-1992 - Cria a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Alto da Boa Vista, compreendendo o bairro do Alto da Boa Vista, parte do Parque Nacional da Tijuca e contando zona de reserva florestal, constituída pelas áreas situadas acima de cota 100m (cem metros).
Decreto nº 11.461 de 08-10-1992 - D.O. RIO de 09-10-1992 - Acrescenta parágrafo único e Anexos I e II ao Decreto nº 11.301 de 21-8-1992
Decreto nº 12.242 de 30-8-1993 - D.O. RIO de 31-8-1993 - Modifica os artigos 4º e 5º do Decreto nº 11.301 de 21-8-92
Decreto nº 18685 de15-06-2000 – D.O RIO de 16-06-2000 – Prorroga o prazo constante do art. 4º do decreto 11301/1992

Corredor Cultural
Lei nº 506 de 17/01/1984 – Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o Tombamento de bens imóveis na Área de Entorno, e dá outras providências
Lei nº 1139 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural e de sua Área de Entorno, e dá outras providências.

Arcos da Lapa
Lei n.º 3188 de 19/03/2001 – Institui Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) dos Arcos da Lapa.

Ipanema
Decreto nº 23161 de 21/07/2003 - Reconhece o Sítio Cultural de Ipanema, cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Ipanema, tomba bens que menciona e dá outras providências.

- **Unidades de Conservação da Natureza**

O SNUC – Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza – foi criado pela Lei 9.985/2000 com base nas diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação brasileiras, cujos principais objetivos são a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional.

Entende-se como Unidade de Conservação "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". A lei estabelece categorias diferenciadas de proteção, disntinguindo unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

Entre as Unidades de Conservação Federais destaca-se o Parque Nacional da Tijuca, com sua respectiva área de amortecimento, criado pelo Decreto Federal nº 50.923 de 06.07.1961, revisto pelo Decreto nº 60.183 de 08.02.1967, em sua denominação e limites.

As unidades de conservação municipais incluídas integral ou parcialmente na propriedade do Sítio são as seguintes:

- Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, criado pelo Decreto Municipal 26.578, com 91,50 ha;
- Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, criado pelo Decreto 37.231, de 05.06.2013, com 159,83 ha;
- APA da Orla Marítima, criada pela Lei 1.272, de 06.06.1988 , com 215,49 ha;
- APA das Pontas de Copacabana e Arpoador, criada pela Lei 2.087, de 04.01.1994, com 24,79 ha

A Zona de Amortecimento inclui diversas Unidades de Conservaçãoda Natureza estabelecidas em âmbito municipal, assim como parques urbanos administrados pela Prefeitura:

- APARU do Alto da Boa Vista, criada em 21.08.1992, com 3.210,88 ha;
- Parque Natural Municipal da Cidade, criado em 03.07.2008, com 46,78 ha;
- Parque Natural Municipal da Fonte da Saudade, criado em 14.11.200, com 2,22 ha;

- Parque Natural Municipal da Catacumba, criado em 19.01.1979, com 29,74 ha;
- Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior, criado em 14.11.200, com 6,39 ha;
- Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos, criado em 31.12.1992, com 30,54 ha;
- Parque Natural Municipal (PNM) Paisagem Carioca, criado em 05.06.2013, com 159,83 ha;
- APA Paisagem Carioca, criada em 05.08.2013, com 204 ha;
- APA de São José, criada em 01.10.1991, com 108,99 ha;
- APA do Morro da Saudade, criada em 28.09.1992, com 59,46 ha;
- APA dos Morros da Babilônia e São João, criada em 05.06.1996, com 122,66 ha;
- APA do Morro da Viúva, criada em 12.12.1997, com 16,53 ha;
- APA do Morro dos Cabritos, criada em 28.09.1992, com 135,46 ha;
- APA de Sacopã, criada em 26.10.1986, com 94,75 ha.

Algumas áreas naturais protegidas dentro do Sítio e na zona de amortecimento se sobrepõem, de tal forma que cerca de 85% de sua área possui instrumento legal protetivo.

- **Proteção da paisagem através da Legislação Urbanística**

Às proteções baseadas nas legislações de patrimônio e de meio ambiente soma-se a legislação urbanística que no Rio de Janeiro foi fundamental para a conservação dos sítios declarados como Paisagem Cultural e de parte significativa da sua Zona de Amortecimento.

Ao longo do século XX, quando se iniciou a verticalização das edificações urbanas, um dos principais instrumentos urbanísticos controladores do processo era o gabarito de até 12 pavimentos, fixado de acordo com as características de cada bairro, ou sub-bairro. Somente em 1967 o gabarito da cidade foi liberado, viabilizando a construção de prédios isolados de maior altura, respeitando-se o volume construído de um edifício que se situasse no mesmo terreno.

Ao longo do século XX, o processo de verticalização das edificações urbanas se intensificou gradativamente em diversas áreas da cidade. A partir de 1967 a verticalização ganhou impulso, viabilizando a construção de edifícios de maior altura. Esta modificação da legislação urbanística levou a grandes mudanças que podem ser percebidas na paisagem de certos bairros: Copacabana, com sua "parede" formada por edifícios de 12 pavimentos (mais de 30 m de altura) junto ao mar, e outros edifícios, de grande altura nas Praias do Flamengo e de Botafogo, Copacabana, Ipanema e Leblon.

- **Proteção das florestas**

Nos anos 1970 surgiram os primeiros instrumentos urbanísticos com preocupação de controle da ocupação das encostas, com foco na proteção das florestas. O Decreto E 3800 de 1970 definiu as Zonas Especiais, ratificadas posteriormente pelo Decreto 322 de 1976, onde a ZE1 correspondia à zona de reserva florestal e a ZE10 às áreas ocupadas por favelas. Estabelecia-se pela primeira vez na legislação urbanística da cidade, um limite para a ocupação das encostas, ficando definida a cota 60 (60 metros acima do nível do mar) para o Pão de Açúcar, Urca e Telégrafo e a cota 100 para os demais morros da cidade. Três anos mais tarde o decreto E 6168 de 15 de maio de 1973, proibiu a abertura de logradouros de iniciativa particular acima de 60 metros em relação ao nível do mar. Ficaram permitidos apenas desmembramentos de terrenos com testadas para logradouro público reconhecido em lotes com dimensões permitidas pela legislação vigente.

A percepção da paisagem urbana que temos hoje, confirma a importância dessa restrição, que é fundamental para a manutenção da cobertura vegetal de nossos morros, serras e maciços

- **Implementação da proteção**

Os dois principais documentos da política urbana no município do Rio de Janeiro são a Lei Orgânica do Município (de 05.04.1990) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111 de

01.02.2011). Os dois documentos incorporaram todas as leis e diretrizes federais relativas à proteção e preservação cultural e ambiental no município, assim como todos os tombamentos e Unidades de Conservação definidos até à data de sua publicação.

O Plano Diretor, seguindo um modelo mundial de desenvolvimento sustentável, adota os temas da cultura, do meio ambiente e da paisagem intrínsecamente correlacionados ao ordenamento urbanístico. Baseia-se em princípios em que a valorização da paisagem tem papel fundamental, ao definir que a política urbana do município será formulada e implementada com base no princípio da valorização, proteção e uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico no processo de desenvolvimento da Cidade. Ao afirmar sua posição de vanguarda na valorização de nossa paisagem, define ainda que a política urbana do município tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana mediante diversas diretrizes, entre as quais se destaca "...o condicionamento da ocupação urbana à proteção dos maciços e morros, das florestas, da orla marítima e dos corpos hídricos, dos marcos referenciais da cidade, da paisagem, das áreas agrícolas e da identidade cultural dos bairros".

- Princípios do Plano Diretor

Entre seus princípios, no que se refere à preservação da paisagem, destacam-se no Art. 2º:
- "A ocupação urbana é condicionada à preservação dos maciços e morros, das florestas e demais áreas com cobertura vegetal, da orla marítima e sua vegetação de restinga, dos corpos hídricos, complexos lagunares e suas faixas marginais, dos manguezais, dos marcos referenciais e da paisagem da cidade";
- "Entende-se por paisagem a interação entre o ambiente natural e a cultura, expressa na configuração espacial resultante da relação entre os elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humanas";
- "A paisagem da cidade do Rio de Janeiro representa o mais valioso bem da cidade, responsável por sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda";
- "Integram o patrimônio paisagístico da cidade, tanto as paisagens com atributos especiais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares".

Em seu Art. 14 – Da Ocupação do Solo, define que " o uso e a ocupação do solo das áreas ocupadas ou comprometidas com a ocupação serão reguladas pela limitação das densidades, da intensidade de construção e das atividades econômicas, em função da

capacidade da infraestrutura, da rede de transportes e acessibilidade da proteção ao meio ambiente natural, da memória urbana, do direito de fruição à paisagem natural da cidade e da qualidade da ambiência urbana".

Este princípio será de fundamental importância para o controle da ocupação na Zona de Amortecimento.

- Instrumentos da política urbana

Entre os diversos instrumentos da política urbana, destacam-se três relacionados diretamente à proteção da paisagem:

- Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), que abrangem o território de domínio público ou privado que apresenta conjunto edificado de relevante interesse cultural, cuja ocupação e renovação devem ser compatíveis com a proteção e a conservação de sua ambiência e suas características sócioespaciais identificadas como relevantes para a memória da cidade e para a manutenção da diversidade da ocupação urbana constituída ao longo do tempo;
- Sítios de Relevante Interesse Paisagístico e Ambiental, que englobam as "áreas, de domínio público ou privado que, por seus atributos naturais, paisagísticos, históricos e culturais, constituam-se em referência para a paisagem da cidade, sujeitas a regime de proteção específico e a intervenções de recuperação ambientel, para efeitos de proteção e manutenção de suas carcterísticas";
- ...as Paisagens Culturais, que correspondem à "...porção do território onde a cultura humana imprimiu marcas significativas no ambiente natural, propiciando o aparecimento de obras combinadas de cultura e natureza, que conferem à paisagem identidade e valores singulares". Elas podem estar inseridas ou se sobrepor às Unidades de Conservação da Natureza ou outras áreas de preservação já institucionalizadas. Nestas duas categorias, enquadram-se todos os elementos do Sítio candidato a Patrimônio Mundial.

- Política municipal da paisagem

A política da paisagem, inovadora em relação aos planos anteriores, é definida nos Artigos 166 a 170, em seu conceito, objetivos e ações estruturantes.

"É de responsabilidade conjunta dos órgãos vinculados ao sistema de planejamento e gestão, no que se refere à proteção da paisagem:

I. Identificar os elementos relevantes que constituem a paisagem;

II. Garantir ao cidadão o direito de usufruir a paisagem;

III. Assegurar a harmonização entre os diversos elementos que a compõem;

IV. Criar medidas de preservação da paisagem no ordenamento do território e nas políticas setoriais que possam evitar impactos diretos ou indiretos;

V. Garantir a melhoria da qualidade ambiental do espaço público;

VI. Fomentar a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano."

"São ações estruturantes relativas à proteção da paisagem:

I. Planejar e executar ações de conservação, monitoramento e manurenção dos traços significativos ou característicos da paisagem;

II. Elaborar legislação específica que trate da paisagem urbana, incluindo normas e programas para as distintas áreas da cidade, considerando a diversisdade da paisagem da cidade;

III. Impedir a intrusão, no espaço urbano, de formas construtivas que obliterem elementos significativos da paisagem natural e construída;

IV. Estabelecer processos de negociação para mediar os diferentes interesses e valores dos grupos sociais que vivenciam e interagem na confoguração da paisagem;

V. Estabelecer procedimentos para a participação da sociedade e de representantes de entidades, instituições e órgãos públicos das diferentes instâncias de governo, interessados na definição e implementação das políticas de proteção da paisagem;

VI. Disciplinar o uso do espaço público pelos setores público e privado, em caráter excepcional, segundo parâmetros legais expressamente discriminados na Lei de Uso e Ocupação do Solo;

VII. Estabelecer, nas leis de parcelamento da terra, de uso e ocupação do solo e nos planos regionais e de estruturação urbana, ou em legislação específica, parâmetros e padrões mais adequados de comunicação institucional, informativa ou indicativa, considerando as características físicas, paisagísticas e ambientais da cidade, publicidade exterior e de mobiliário urbano;

VIII. Criar mecanismos eficazes de fiscalização sobre as diversas intervenções na paisagem urbana;

IX. Realizar ações permanentes de educação ambiental, através da promoção de campanhas de esclarecimento público para a proteção e a valorização da paisagem urbana."

"Entende-se por paisagem a configuração visual da cidade e seus compnentes, resutante da interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais. A paisagem do Rio de Janeiro representa o mais valioso ativo da cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda."

"A política municipal da paisagem terá os seguintes objetivos:

I. proporcionar ao cidadão o direito de usufruir a paisagem;

II. promover a qualidade ambiental do espaço público;

III. possibilitar ao cidadão a identificação,leitura e compreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, públicos e privados;

IV. assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem;

V. ordenar e qualificar o espaço público; e

VI. fortalecer uma identidade urbana, promovendo a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano."

"São diretrizes gerais da política da paisagem:

I. implementar os instrumentos técnicos, institucionais e legais da gestão da paisagem;

II. promover o ordenamento dos componentes públicos e privados da paisagem, assegurando o equilíbrio visual entre os diversos elementos que a constituem;

III. favorecer a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano;

IV. promover a participação da comunidade na identificação, valorização, preservação e conservação dos elementos significativos da paisagem;

V. proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos;

VI. conscientizar a população a respeito da valorização da paisagem como fator de melhoria da qualidade de vida, por meio de programas de educação ambiental e cultural."

Destaca-se ainda no Plano Diretor a Subseção VII, relativa as àreas Verdes e Espaços Livres, que estabelece como ações estruturantes relativas ao tema, a elaboração de diagnóstico urbano ambiental das diversas regiões do município, visando a criação, implantação e incremento de praças e parques urbanos para atenuar os efeitos do adensamento da malha urbana e a elaboração e implantação de Plano Diretor de Arborização, visando o planejamento e manejo adequado do arboreto urbano, entre outras ações.

– Política do patrimônio cultural

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável define uma política do patrimônio cultural mais precisa em seus objetivos, diretrizes e ações estruturantes. Assim, a paisagem como parte integrante deste patrimônio, também desempenha papel mais relevante.

Entre seus objetivos, destaca-se: "Identificar, proteger e conservar a ambiência dos conjuntos urbanos, a paisagem natural e construída e as relações sociais e econômicas inerentes, de relevante interesse cultural."

– Aplicação dos princípios do Plano Diretor nas APACs

Como aplicação das diretrizes do Plano Diretor no que se refere à paisagem, o decreto 34.982 (de 16 de dezembro de 2011) dispõe sobre o licenciamento de atividades na APAC do Leblon. Embora o bairro em questão esteja fora da zona de amortecimento do sítio, este decreto é importante, uma vez que se trata de novo modelo que deverá ser adequado para a gestão de outras APACs. Nele fica obrigada a análise prévia pelo órgão de tutela municipal do patrimônio cultural – IRPH, dos projetos relativos a licenciamento, mundança de uso e mudança de perfil de atividade econômica, inclusive a concessão de alvarás de qualquer natureza, para todas as atividades exercidas em unidades imobiliárias com testada para o logradouro público. Deverá ser observado também o impacto do perfil de atividade econômica na qualidade de ambiência cultural. Tal decreto visa principalmente incluir a noção de ambiência cultural na proteção da paisagem, indo além do meramente visual ou morfológico. Assim, a ambiência do bairro e as práticas econômicas e culturais passam também a ser objeto de tutela por parte do Estado.

O mesmo decreto cria também um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar um Plano de Gestão das APACs, definindo suas diretrizes.

Em 2012, foram instituídos ainda os seguintes instrumentos para fomentar a recuperação dos conjuntos edificados em áreas protegidas:

- Decreto 35646, de 16/05/2012, criou o Edital de Ocupação Criativa dos imóveis próprios municipais (Piloto Centro) dentro dos limites de APACs (tombados, preservados e tutelados) e há previsão de extensão do mesmo para todas as demais APACs.
- Dec. 35648, de 16/05/2012, instituiu a arrecadação de imóveis abandonados em áreas protegidas por seus atributos culturais com cessão de uso por dez anos (tombados, preservados e tutelados).

4.3. PLANOS DE MANEJO EXISTENTES

Os planos de manejo dos componentes do Sítio Rio Patrimônio Mundial, de fundamental importância para sua gestão, em sua maioria já estão elaborados e em pleno funcionamento, ou estão em fase de preparação.

4.3.1. Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca

O Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca foi atualizado em 2008 pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio e aprovado pela Portaria ICMBio nº40 de 25/06/2008. Este documento é um instrumento de gestão, que a partir da elaboração do diagnóstico, consiste na promoção do zoneamento e planejamento da Unidade de Conservação. O Plano de Manejo foi elaborado utilizando-se a metodologia de planejamento por programas temáticos (programa de proteção, pesquisa, uso público, integração externa, operacionalização) e por áreas estratégicas; estabelece diretrizes, ações e normas que devem ser executadas. A proteção, o tempo e as ações de manejo devem proporcionar um aumento da Zona Primitiva, constituida pelas áreas consideradas em recuperação que se transformam em áreas de vegetação densa e significativo porte arbóreo.

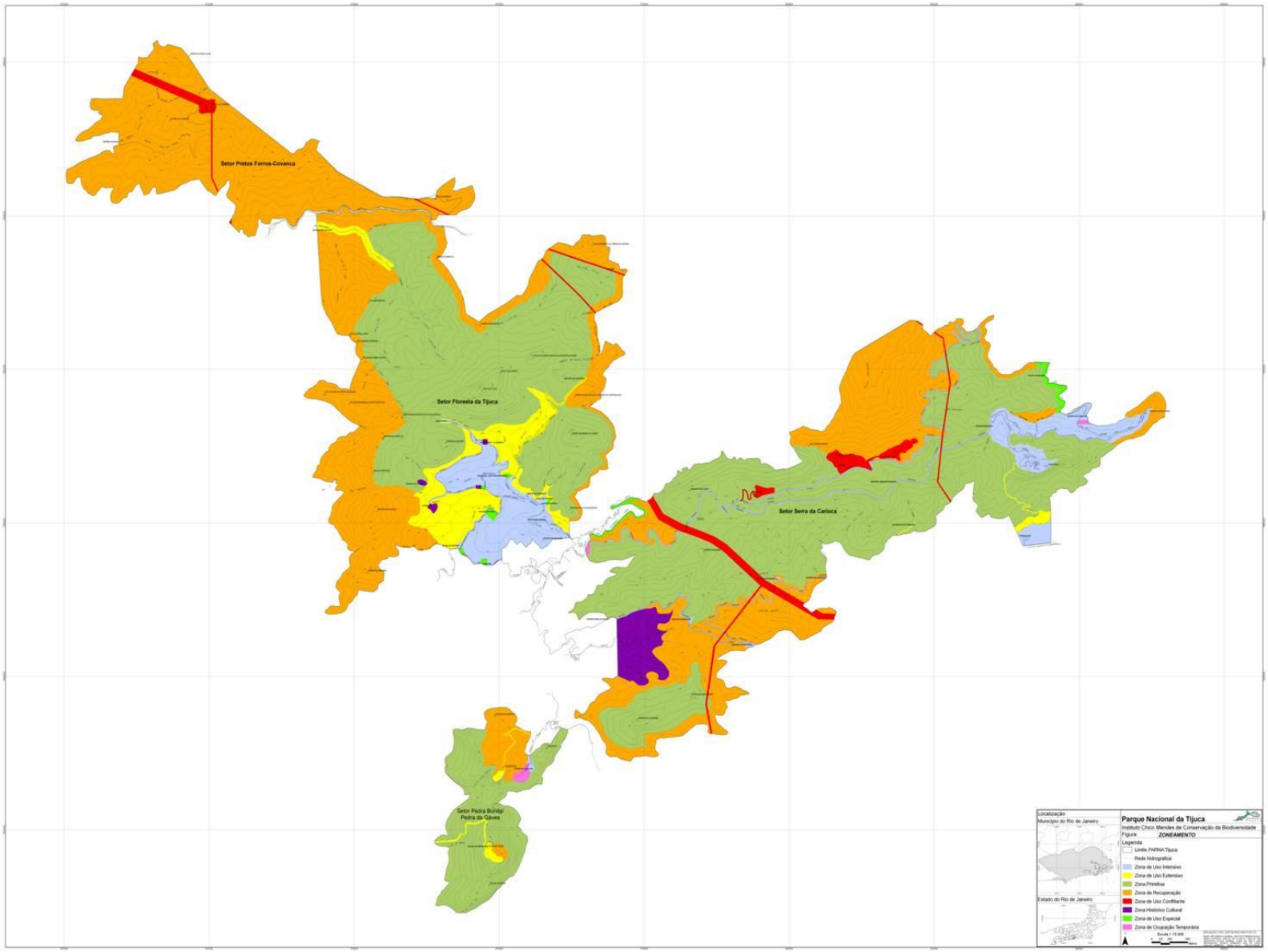
O Plano de Manejo estabelece o zoneamento do Parque a partir do diagnóstico; teve como base cartográfica o mapa definido pelo perímetro delimitado no Decreto da Presidência da República de 03.06.2004. Todas as atividades e ações são propostas de acordo com o zoneamento estabelecido, nele registrado:

• Zona Primitiva - onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Pelas características do Parque Nacional da Tijuca esta é a zona que abrange as áreas mais conservadas, sendo portanto,a zona de uso mais restritivo "para assegurar a coexistência harmoniosa dos diferentes elementos que compõem a paisagem";

• Zona de Uso Extensivo - constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo;

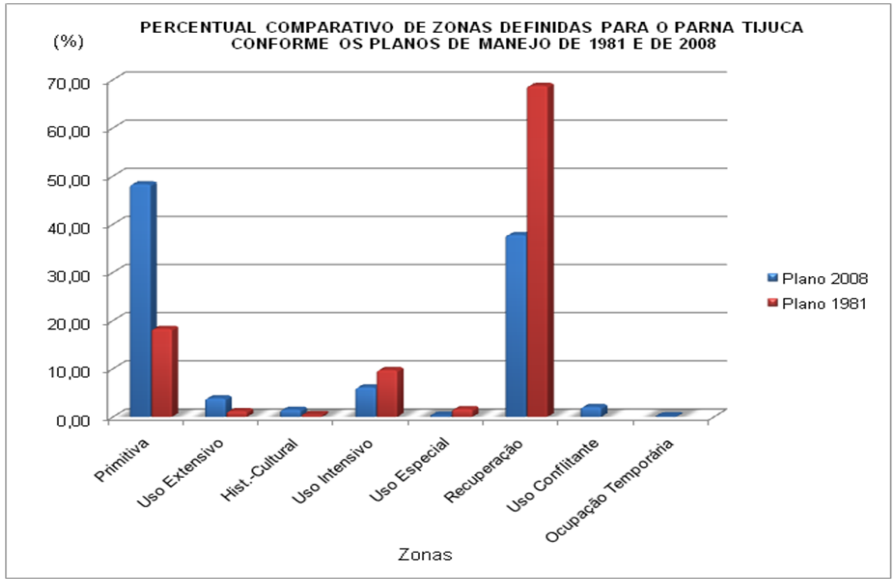
• Zona de Uso Intensivo - constituída por áreas naturais ou alterada pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter dentre outras edificações, centro de visitantes, lanchonetes, restaurantes, sanitários e outras facilidades e serviços voltados ao uso público;

• Zona Histórico-cultural - engloba sítios de relevância histórica abertos à visitação pública "para promover a qualidade do meio ambiente nos espaços públicos";
• Zona de Recuperação - contém áreas consideravelmente antropizadas. É uma zona provisória, pois, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes da Unidade de Conservação.
• Zona de Uso Especial - contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, sede, oficinas, centro de operações e outros. Devem ser escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com o caráter natural da Unidade de Conservação, devendo localizar-se, sempre que possível, na sua periferia;
• Zona de Uso Conflitante - constituída por espaços localizados dentro da Unidade de Conservação cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens;
• Zona de Ocupação Temporária - áreas dentro da Unidade de Conservação onde ocorrem concentrações humanas residentes e suas respectivas áreas de uso. É uma zona provisória: uma vez relocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes.



fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca

O quadro comparativo das zonas estabelecidas pelos planos de manejo de 1981 e de 2008 revela o esforço empreendido pela administração do Parque, na proteção e conservação das diversas zonas, o que levou à sua requalificação, fazendo com que houvesse uma melhora significativa na qualidade da mata e no seu adensamento.



Fonte: Plano de Manejo

A zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca foi rigorosamente definida a partir de critérios da não existência de ocupações irregulares e a presença de cobertura vegetal significativa.

As diretrizes para a gestão da zona de amortecimento são:

• estimular a criação de RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural);

• não autorizar qualquer atividade ou intervenção que implique na supressão de vegetação nativa, a partir do estágio secundário inicial de desenvolvimento sucessional;

• manter a classificação da vegetação primária ou a secundária, em qualquer estágio de regeneração, mesmo em caso de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada;

• não autorizar a implantação de empreendimentos que impliquem na supressão de vegetação de porte arbóreo, mesmo que não nativa, exceto no caso de residência uni-familiar, conforme análise técnica;
• vedar a urbanização de áreas na zona de amortecimento.

O Parque Nacional da Tijuca aguarda o reconhecimento de sua zona de amortecimento por parte da administração municipal e sua declaração de proteção legal.

4.3.2. Plano de Manejo do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca

O Plano de Manejo do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca (MONA) foi elaborado com recursos provenientes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro e aprovado pela Resolução SMAC nº 543 de 03.10.2013. O respectivo Plano foi elaborado seguindo a metodologia estabelecida pelo Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Manejo publicado pelo INEA, em 2010.

Ressalta-se que não existia Plano de Manejo anterior para o MONA, sendo esta a Fase 1, que corresponde à implementação básica..

A partir do diagnóstico da unidade de conservação, que foi realizado com base nas informações disponíveis sobre a área, sobretudo dos resultados das pesquisas já realizadas, além de levantamentos de campo, foram estabelecidos os objetivos específicos de manejo e seu zoneamento, definindo normas e diferentes graus de restrição de uso para cada zona.

O mapa abaixo apresenta o zoneamento estabelecido para o MONA

Zoneamento do MONA dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca
Trilha Morro da Urca
Trilha Morro da Urca
Pista Claudio Coutinho
LEGENDA
Área de Visitação
Zona de Recuperação
Zona de Conservação
Bondinho

ZONA DE CONSERVAÇÃO - É aquela destinada à conservação dos ecossistemas, com potencial para recuperação ou regeneração futura, admitindo uso indireto. O objetivo geral do manejo é preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, promover a conscientização ambiental e formas primitivas de recreação.

Objetivos Específicos:

- Favorecer a pesquisa científica em ambientes mais protegidos;
  - Preservar amostras das diferentes tipologias vegetais do Monumento Natural;
  - Proteger significativa porção de espécies do maciço, incluindo espécies rupícolas endêmicas da região;
  - Propiciar a visitação de forma primitiva, buscando a conciliação entre uso público e preservação.

ÁREA DE VISITAÇÃO - É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter infraestruturas de suporte à visitação com equipamentos compatíveis à implementação da UC. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o ambiente.

Objetivos Específicos:

- Propiciar atividades de uso público (conscientização ambiental, interpretação e recreação) com baixa intensidade de impacto, disponibilizando infraestrutura e outras facilidades;

- Propiciar opções de lazer e aprendizado para os visitantes em geral, oferecendo estruturas de apoio à visitação que garantam o acesso aos atrativos localizados nos Morros do Pão de Açúcar e da Urca;

- Estimular o desenvolvimento de atividades de lazer de caráter educativo que explore a composição da paisagem ao longo do Monumento;

- Permitir a visitação no Morro da Urca com infraestrutura necessária de apoio e controle;
- Permitir a diversidade de atividades de uso público em áreas mais alteradas, com presença de bares, restaurantes e estações de teleféricos;
- Proporcionar atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental;
- Proporcionar aos visitantes contato com a natureza, por meio de atividades, como caminhadas em trilhas e contemplação.

ÁREA DE RECUPERAÇÃO - é aquela que está em processo de recuperação. Uma vez recuperada, será incorporada novamente a uma das zonas da UC. As espécies exóticas introduzidas devem ser progressivamente removidas e a recuperação poderá ser natural ou induzida. O objetivo geral de manejo nessas áreas é deter a degradação ambiental e garantir a evolução natural.

Objetivos Específicos:

- Garantir a recuperação de áreas degradadas ou colonizadas por espécies vegetais invasoras;
- Evitar maiores danos, à biota, originados nas Áreas de Visitação, servindo como uma área de transição entre essas áreas e a Zona de Conservação;
- Garantir a recuperação de áreas erodidas por atividades antrópicas.

A Zona de Conservação representa 83,8 % da UC (76,7 hectares). A Área de Visitação, prevista como de uso mais intensivo, soma apenas 5,9 % (5,4 hectares) e a Área de Recuperação soma 10,3 % da área total (9,4 hectares), conforme resumido na tabela a seguir apresentada.

Tabela 1. Zoneamento com as respectivas áreas e proporção em relação à área total da UC.

Zona	Área (ha)	Proporção da UC
Zona de Conservação	**76,7**	**83,8 %**
Área de Recuperação	**9,4**	**10,3 %**
Área Visitação	**5,4**	**5,9 %**
TOTAL	**91,5**	**100,0 %**

Fonte: Plano de Manejo do MONA (Elaborado por Detzel Consulting, 2012)

Com base nos dispositivos da Lei do SNUC e do Decreto nº 4.340/2002, a Zona de Amortecimento (ZA) do MONA está sujeita às seguintes normas gerais:

- A visitação aos atrativos na ZA deverá observar princípios de mínimo impacto;
- Não são permitidas atividades de terraplanagem, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota, sem autorização dos órgãos competentes e com a anuência da SMAC, o qual deverá analisar a pertinência da realização dos estudos necessários;
- A disposição de resíduos e/ou efluentes de qualquer natureza deverá seguir as normas legais, estabelecidas para os casos específicos, e as normas do plano de manejo;
- Fica proibida a disposição de resíduos químicos e nucleares no interior da ZA. No caso dos gerados dentro da ZA, é necessário projeto específico para a disposição adequada e cumprimento da legislação vigente;
- Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado na ZA, deverá ser licenciado pelos órgãos competentes e atender às normas sanitárias e de proteção dos recursos naturais, bem como as deste plano de manejo;
- As edificações que vierem a ser construídas na ZA não poderão interferir na qualidade paisagística do MONA;

- A modificação ou implantação de instalações, equipamentos ou mobiliário urbano, bem como quaisquer interferências paisagísticas ou urbanísticas planejadas para a Praça General Tibúrcio e Praia Vermelha deverão ser autorizadas pela administração do MONA;

- Eventos públicos programados para a região do MONA, ou que poderão causar impacto na UC (como na Enseada de Botafogo) deverão receber a anuência da administração da UC;

- As atividades turísticas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais, paisagísticos, histórico-culturais e urbanísticos na região do MONA;

- A fiscalização das atividades de apoio à visitação, turismo e lazer (estacionamento, operação de taxi, vans e ônibus fretados para turismo, comércio ambulante, etc.) na ZA, deverá ser intensificada nos finais de semana, feriados prolongados e altas temporadas.

- A fiscalização da pesca esportiva e caça submarina deverá ser intensificada nos finais de semana, feriados prolongados e altas temporadas;

- A fiscalização da pesca de espécies controladas (sardinha verdadeira e camarão) no entorno marítimo deverá ser intensificada nos períodos de defeso e sobre aquelas cujos tamanhos mínimos de captura encontram-se regulamentados, em ação conjunta com o IBAMA, INEA e outras instituições;

4.3.3. Plano Diretor do Jardim Botânico

O Plano Diretor do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, elaborado logo após sua criação em 2001, tem norteado todas as ações desenvolvidas. Recentemente sofreu processo de reajuste para adequação a novas propostas técnicas. O Jardim Botânico busca implantar um modelo de gestão estratégica, desenvolvido em parceria com a empresa de consultoria Intelligere e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

A área total do Jardim Botânico é considerada de 138,34 ha, calculada sobre a base cartográfica anexada abaixo, que registra sua inserção no bairro do Jardim Botânico, as ocupações nele existentes e as de seu entorno.

O Plano Diretor atualizado em 2009 está dividido em três grupos principais de informação. O primeiro apresenta os princípios adotados e as diretrizes gerais, objetivando a integração dos sistemas urbanos de mobilidade e acessibilidade; a preservação dos aspectos históricos, culturais e ambientais; a integração cultural e melhoramento da visitação pública.

No segundo grupo estão as estratégias principais que destacam o local e a integração urbana do Jardim Botânico à cidade, como também as iniciativas que fortalecem o seu caráter de referencia sócio-cultural. O território do Jardim Botânico é visto a partir da sua singularidade, tomando em conta os prédios utilizados pelas unidades de pesquisa e manutenção, como também pelas agências e entidades mantidas por subvenções especiais, alojamentos e outros usos urbanos. Segundo essa perspectiva, este tão protegido patrimônio pode ser compreendido de um ponto de vista multidimensional buscando conciliar os interesses de preservação da vitalidade do Jardim Botânico no contexto social e urbano.

O terceiro grupo conclui o documento com proposições gerais, indicando um resumo das ações implementadas (2002-2009), os projetos em andamento e planejados, uma descrição de projetos especiais e planos adicionais, incluindo a gestão eficiente de energia e saneamento ambiental e a integrada de resíduos sólidos, para garantia da sustentabilidade do patrimônio.

Novo Jardim Botânico do Rio de Janeiro

4.3.4. Plano Diretor do Parque do Flamengo

O Parque do Flamengo foi projetado nos anos 1960 por equipe ligada ao então Governo do Estado da Guanabara, coordenada pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy e por Maria Carlota de Macedo Soares, na qual teve participação essencial o paisagista Roberto Burle Marx. Sua proposta era compatibilizar os novos eixos do sistema viário da cidade, que ligavam o centro à zona sul, formados sobre o aterro ao longo da Baía de Guanabara, com a criação de uma grande área de lazer para a população da cidade.

O Parque é protegido pelo IPHAN em sua totalidade desde 1965 e pelo município desde 1995, estando assim sob tuteta destas duas instâncias do governo. Com a criação do IRPH em 2012, este órgão da Prefeitura passou a assumir a gestão do Parque do Flamengo, mantendo interface com os órgãos municipais e demais agentes atuantes em sua área de tutela legal, visando garantir as ações necessárias para seu planejamento, conservação, preservação e monitoramento. Porém, o Parque do Flamengo ainda carece de uma institucionalização mais rigorosa, principalmente sua constituição como parque urbano e delimitação.

O programa inicial do Parque previa diversos equipamentos que viriam se somar aos que o integram, porém com muitos não foram executados à época, o projeto resultou incompleto e não adequado às demandas atuais. Muitos conflitos de uso e ocupação ainda persistem entre a população usuária, a administração municipal e os órgãos de tutela.

No momento atual, o IRPH se propõe à contratação do Plano Diretor do Parque do Flamengo, que terá entre seus objetivos:

- Identificar, através de levantamento e diagnóstico das condições físicas, ambientais e dos marcos sócio-culturais do Parque, seus usos, as características paisagísticas e espaciais, os problemas críticos e as potencialidades;
- Definir diretrizes para a regulamentação do uso do espaço e dos equipamentos do Parque, a serem posteriormente submetidas ao executivo municipal e ao poder legislativo;
- Estabelecer as ações de manutenção, restauração e conservação prioritárias.

O Plano Diretor contribuirá com os órgãos públicos diretamente envolvidos na gestão e preservação do Parque do Flamengo (IPHAN, SECONSERVA, SUBPREFEITURA, SEOP), para o estabelecimento de um modelo de gestão, com força de estatuto

legal, que materializará uma administração mais eficiente, econômica e sustentável ao longo do tempo. Entre as ações realizadas até agora destacam-se, além da elaboração do Termo de Referência para fins de licitação, a análise comparativa de modelos de gestão de outros parques urbanos no Brasil e no mundo.

Uma das questões polêmicas do Parque do Flamengo, é a ocupação da Marina da Glória, totalmente incluída dentro de sua área e pela poligonal de tombamento. Em 2013 foi criada a Comissão Especial da Marina da Gloria (Decreto 37354 de 02.07.2013), que envolve órgãos da Prefeitura (IRPH e SUBPPP) além do IPHAN, tendo como objetivos:

- definir para a Marina da Gloria parâmetros edilícios e paisagísticos que respeitem as limitações estabelecidas pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural e pela legislação em vigor;
- definir parâmetros de uso e ocupação da Marina da Gloria, que dêem viabilidade ao empreendimento e atendam a sua função náutica.

4.3.5. Plano de Ordenamento e Revitalização da Orla Marítima de Copacabana

Visando a recuperação e revitalização da orla de Copacabana, o IRPH tem como responsabilidade desenvolver ações de coordenadação e gestão dentro das seguintes diretrizes:

- Recuperação de todos os elementos constantes do plano original de Burle Marx, em especial os mosaicos em pedra portuguesa com técnicas de conservação compatíveis com a qualidade internacional;
- Reordenamento do uso dos espaços públicos de forma a não bloquear e descaracterizar os elementos tombados;
- Remoção de elementos descaracterizadores do projeto original como equipamentos urbanos, toldos, grades de ferro, etc;
- Revitalização dos usos dos espaços públicos com incentivos a práticas sociais e culturais adequadas ao espaço tombado

Os agentes parceiros do IRPH são, além dos órgãos de tutela IPHAN e INEPAC, os seguintes órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: SECONSERVA, SUBPREFEITURA, SMU, SEOP, SMAC, FPJ.

As ações prioritárias desenvolvidas ao longo dos últimos meses foram:

- Ordenamento dos equipamentos urbanos (quiosques, ombrelones, barracas de praia, etc) existentes na Orla de Copacabana;

- Ordenamento e requalificação dos postos de salvamento;
- Organização da feira noturna de Copacabana de modo a ordenar seu espaço físico, as instalações e a mobilidade;
- Reorganização dos equipamentos instalados nos postes de iluminação pública.

4.3.6. Plano de Revitalização e uso turístico-cultural das Fortificações Históricas na Entrada da Baía de Guanabara

O Plano para revitalizar e promover o turismo e o uso cultural das fortificações históricas na entrada da Baía de Guanabara foi preparado pelo Exército Brasileiro – Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, sob a supervisão do IPHAN. Dele consta a criação de quatro programas:

- Programa de Preservação Patrimonial

Prevê a restauração das fortificaçãos, incluindo não só as edificações como também, quando possível, a armaria, obras de arte, arquivos documentais e cartográficos, e outros elementos que compõem seu acervo histórico.

- Programa Histórico Cultural

Tem como objetivo desenvolver pesquisas nas áreas do conhecimento que permitam reunir informações sobre as fortificações enquanto espaços culturais e de memória, abordando: suas origens; seu emprego no sistema de defesa da Baía da Guanabara; fatos históricos nos quais tenham tido papel relevante; as razões históricas que determinaram suas construções; os estilos arquitetônicos adotados nessas construções; as alterações sofridas (na forma organização) ao longo da história; as origem dos armamentos, seu calibre, época em que estiveram em funcionamento e as razões da desativação desses armamentos e das próprias fortificações enquanto "bastiões de defesa da Baía de Guanabara". Para tanto, serão desenvolvidas ações de pesquisa nas áreas da História, Museologia, Arqueologia; Arquitetura e Educação Patrimonial.

- Programa de Uso Turístico e Social

Destina-se a proporcionar a infraestrutura necessária à inclusão das principais fortificações da Baía de Guanabara nos roteiros turísticos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, mesclando deslocamentos rodoviários com marítimos. Incluirá ações para o desenvolvimento de infraestrutura turística nas fortificações em parceria com empresas dos setores de transporte (náutico e terrestre, teleférico), alimentação (restaurantes), eventos artísticos e outros.

- Programa de Educação Ambiental

Visa criar atrativos para que novas parcerias com interesses comuns possam ser estabelecidas. Desenvolverá e implantará uma sistemática de educação e preservação ambiental, valorizando ações direcionadas para a conscientização e conservação do meio ambiente e para o aprimoramento da qualidade de vida existente nas áreas do entorno das fortificações. Incluirá ações de preparação de infraestrutura para atividades de lazer e de caráter científico, visando a preservação e a educação ambiental.

4.3.7. Programa de Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa Rodrigo de Freitas

A Lagoa Rodrigo de Freitas desempenha importante papel na paisagem da Zona de Amortecimento, portanto o monitoramento realizado pela SMAC – Secretaria de Meio Ambiente é de grande interesse para a gestão do Sítio.

Reiniciado em 2011, o monitoramento é realizado de forma contínua através de sonda multiparamétrica instalada no ponto central e de forma pontual, duas vezes por semana, com coletas em seis pontos distribuídos nos 3 trechos determinados pelo Decreto Municipal 18.415/2000 para uso em atividades esportivas e de lazer. Além da água da Lagoa, são avaliadas as águas dos rios e canais pertencentes à sub-bacia, através de coletas semanais em um ponto de cada corpo hídrico e canal.

Os parâmetros de avaliação estão ligados à proteção das comunidades aquáticas (Oxigênio Dissolvido, Temperatura, Salinidade, Turbidez, pH, Clorofila *a*) e a recreação e pesca amadora permitidas (Coliformes Totais e Escherichia *coli*). Também é realizada a identificação e quantificação do fitoplâncton.

O monitoramento da lagoa conta com uma estação meteorológica que informa a cada 30 minutos os dados locais.

Os resultados são divulgados através de boletins informativos, disponibilizados no Centro de Operações Rio e no portal da Prefeitura (www.rio.rj.gov.br/smac). Também são hasteadas bandeiras indicativas da qualidade da água da LRF em mastros fixados junto a painel de divulgação, nos parques dos Patins e do Cantagalo, às margens da Lagoa.

4.3.8. Programa de Despoluição da Baía de Guanabara

Embora apenas a embocadura da Baía de Guanabara esteja dentro do Sítio Rio Patrimônio Mundial, as condições físicas e ambientais da Baia devem ser consideradas como objeto de estudo pela equipe de gestão do Sítio pelas consequências que trazem para a área. Por ser um ecossitema complexo em toda a sua extensão, que envolve vários municípios no seu entorno, as ações de despoluição vêm sendo desenvolvidas ao longo de algumas décadas, sem terem sido bem sucedidas. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG – consistiu em obras de saneamento básico que foram empreendidos por cerca de 20 anos no Estado do Rio de Janeiro, para tentar reduzir os níveis de poluição da Baía. O programa incluia também a melhoria dos sistemas de abastecimento de água, na coleta de lixo,o controle de inundações, o mapeamento digital da região e diversos projetos ambientais. Em 1994, o projeto teve recursos de US$ 793 milhões de dólares, US$ 350 milhões de dólares do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, US$ 237 milhões de dólares da agência japonesa JBIC - Japan Bank for International Cooperation - e US$ 206 milhões de dólares provenientes do governo estadual. O acordo foi assinado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e o BID em 9 de Março de 1994, com prazo de cinco anos. Porém o prazo foi estendido, devido à complexidade do programa, com recursos provenientes de projetos independentes de órgãos estaduais e municipais. A Estação de Tratamento Alegria (ETE Alegria), inaugurada em janeiro de 2009, foi um grande passo rumo à melhoria da qualidade das águas despejadas na Baía. Entretanto, o Programa passou por diversas dificuldades de implantação e não alcançou todas as metas pretendidas quando de sua criação nos anos 1990.

Recentemente, visando cobrir esse passivo de décadas, foi criado o Plano Guanabara Limpa que reúne 12 iniciativas do Governo do Estado para a recuperação ambiental da Baía de Guanabara – tendo como carro-chefe o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM). A meta de sanear 80% da Baía de Guanabara até 2016 faz parte dos compromissos olímpicos assumidos pelo Governo do Estado com o Comitê Olímpico Internacional (COI) para a realização das Olimpíadas do Rio. Os projetos incluídos no Plano são os seguintes:

- Programa de Despoluição da Baía de Guanabara

Em continuidade ao programa anterior, desde 2007 foram aplicados pelo Governo do Estado, com recursos próprios, cerca de R$ 100 milhões por ano em obras – a cargo da Cedae – para a conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário que haviam sido deixadas inacabadas. Além disso, o atual governo se credenciou, em 2011, a outro financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em março de 2012, foi assinado contrato para o financiamento de um novo programa de saneamento – o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).

- Programa de Saneamento dos municípios do entorno da Baía de Guanabara (PSAM)

Coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM) prevê a aplicação, até 2016, de R$ 1,3 bilhão em obras de esgotamento sanitário e em projetos de saneamento nos 15 municípios do entorno da Baía. O PSAM é a principal iniciativa de saneamento do Plano Guanabara Limpa, sendo apoiado e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concedeu empréstimo ao Governo do Estado de US$ 452 milhões. A contrapartida do governo são R$ 330 milhões do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam).

Cerca de 80% desses recursos serão destinados à realização de projetos e obras para instalação de sistemas receptores e de tratamento de esgotos, que contribuirão para reduzir o lançamento da carga orgânica de origem doméstica vertida para a Baía.
Além da execução das obras, as ações do PSAM envolvem investimentos nas instituições do Governo do Estado para melhorar a qualidade dos serviços prestados e no apoio às prefeituras para que promovam políticas públicas de saneamento em 15 municípios do entorno da Baía de Guanabara: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São João de Meriti, São Gonçalo e Tanguá.

- Ampliação dos Sistemas de Tratamento de Esgoto

Além das ações de tratamento de esgoto previstas no PSAM, o Projeto de Ampliação do Sistema Alegria – a cargo da Cedae e da Secretaria de Estado de Obras (Seobras) – é o maior investimento do Governo do Estado para aumentar os sistemas de tratamento do esgoto despejado na Baía.

O Projeto de Ampliação do Sistema Alegria inclui a construção de novos troncos coletores de esgoto e a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Alegria, no bairro do Caju, na Zona Portuária do Rio.

Outras três importantes obras que contribuirão para melhorar as águas da Baía de Guanabara, também a cargo da Cedae, são a reconstrução das ETEs Pavuna e Sarapuí, a modernização do sistema de tratamento de esgoto da Ilha de Paquetá e a ampliação e melhorias operacionais da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de São Gonçalo. Com a conclusão das obras, previstas para julho de 2014, a ETE de São Gonçalo passará a tratar 675 litros de esgoto por segundo, beneficiando 280 mil habitantes. Além da recuperação da ETE de São Gonçalo, este município terá seu sistema de esgotamento sanitário ampliado pela SEA, com a construção da Estação de Tratamento de Esgoto de Alcântara, com capacidade para tratar 800 litros de esgoto por segundo. Cerca de 220 mil pessoas serão beneficiadas.

- Programa Lixo Zero

A meta do Governo do Estado é erradicar, até 2014, todos os lixões dos municípios fluminenses, que passarão a descartar seus resíduos sólidos em aterros sanitários ou em centrais de tratamento de resíduos (CTRs), alguns com projetos de aproveitamento energético – ou seja, transformando em energia o gás metano produzido pela decomposição do lixo. Com relação aos 15 municípios do entorno da Baía de Guanabara, esta meta foi alcançada em 2012.

- Programa de Revitalização do Canal do Fundão

Em 2012, a SEA concluiu uma de suas obras de recuperação ambiental do Estado do Rio de Janeiro: a revitalização do Canal do Fundão – localizado entre a Ilha do Fundão e o continente, ao longo da Linha Vermelha. No processo de dragagem do Canal do Fundão, os trechos contaminados com metais pesados passaram por processo de separação de areia. Os sedimentos restantes foram então dispostos em cápsulas de geotêxtil. Com a dragagem do canal e ações de replantio em suas margens, a indústria naval na região foi impulsionada, com a criação de empregos, e pássaros voltaram a fazer pouso na região.

- **Termo de Ajustamento de Conduta da Refinaria de Duque de Caxias**

Nas margens da Baía de Guanabara localiza-se a maior refinaria de petróleo da Petrobras, a Reduc, no município de Duque de Caxias. Em 2011 a empresa assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a investir R$ 1 bilhão em ações ambientais e de melhorias da área operacional da refinaria. As ações previstas no TAC da Reduc não só melhorarão a qualidade do ar da região – em especial do Município de Duque de Caxias – como contribuirão para o avanço do saneamento e da melhoria da qualidade das águas da Baía de Guanabara. Como parte do TAC da Reduc, a SEA está finalizando a Unidade de Tratamento de Resíduos – UTR – do Rio Irajá, que tratará 12% da carga poluente hídrica que chega às águas da baía.

- Unidades de Tratamento de Rios

Em complementação aos investimentos em saneamento básico previstos no Plano Guanabara Limpa, o Governo do Estado executa o Programa de Implantação de Unidades de Tratamento de Rio (UTRs), que prevê a construção de cinco unidades na foz de quatro rios e de um canal que mais contribuem para o lançamento de poluentes de esgoto nas águas da Baía de Guanabara.

- Projeto Iguaçu e Projeto Imboaçu

Coordenado pelo INEA e incluído no Plano de Acelação do Crescimento do Governo Federal – PAC, o Projeto Iguaçu tem como principal objetivo o controle de inundações e a recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, que deságuam na Baía de Guanabara. As ações em curso têm resultado em grandes melhorias nas condições de habitabilidade e de infraestrutura urbana nas áreas atingidas por enchentes nessa região da Baixada Fluminense e na parte oeste da Baía de Guanabara, beneficiando cerca de 2,5 milhões de moradores.

Em 2012 também foi lançado o projeto de recuperação ambiental da Bacia do Rio Imboaçu, em São Gonçalo. As intervenções nos rios mais importantes do município – o Imboaçu e o Alcântara – seguem o padrão adotado no Projeto Iguaçu, abrangendo não só a prevenção de cheias, com dragagem e urbanização do entorno dos rios, mas também a relocação de moradores que vivem em áreas com risco de inundação.

- Programa Sena Limpa

Lançado em 2012, o Programa Sena Limpa, do Governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Prefeitura, vai despoluir seis das principais praias do Rio até 2014. Em diferentes etapas, vêm sendo executadas obras de recuperação ambiental das praias de São Conrado, Leblon, Ipanema, Leme e Urca, na Zona Sul, e da Bica, na Ilha do Governador. Duas dessas praias – Urca e Bica – ficam dentro da Baía de Guanabara. A cargo da Cedae, as intervenções na Praia da Urca abrangem a reforma de estação elevatória de esgotos, troca de linha de recalque e reforma da rede coletora. A intervenção na Urca abrange também a Praia Vermelha, que dá para o alto mar, mas fica junto à entrada da Baía de Guanabara, contribuindo assim para a melhoria da qualidade das águas da Baía. Com ações como implantação de dois novos coletores de esgoto sanitário e a modernização das Estações Elevatórias da Urca e do Forte de São João, a Praia Vermelha já se encontra balneável 95% ao longo do ano.

- Reflorestamento do entorno da Baía de Guanabara

Como parte das preocupações com a manutenção do ecosistema da Baía, uma série de ações de reflorestamento das suas margens, com o replantio de manguezal, elemento fundamental para a reprodução da vida na região, tem sido levdas a cabo. No Programa de Revitalização e Recuperação Ambiental do Canal do Fundão foram plantadas mais de 500 mil mudas de plantas, com a revitalização de 40 hectares de áreas degradadas (equivalente a 40 campos oficiais de futebol), o que incluiu a recuperação de mais de 32 hectares de manguezais. Também já foram feitos o plantio de sete milhões de mudas de espécies de Mata Atlântica dentro da área e no entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

- Coleta de Lixo Flutuante

O Projeto Ecobarreiras, a cargo do INEA, compreende estruturas feitas a partir de materiais reciclados, como garrafas PET, instaladas próximas à foz de rios e canais com a finalidade de reter resíduos sólidos; o chamado lixo flutuante. Das 14 ecobarreiras instaladas até agora, 11 encontram-se em rios e canais que deságuam na Baía de Guanabara, integrando portanto, o Plano Guanabara Limpa. Com isso, é contida parte do lixo flutuante que acabaria nas águas da Baía.

Para reforçar o trabalho de coleta, serão contratadas dez embarcações que irão recolher o lixo flutuante nas águas da Baía, dando-lhe destinação correta em ecopontos. O material que não puder ser reciclado será levado para o aterro sanitário mais próximo. A previsão é que sejam instalados sete ecopontos para receber os resíduos recolhidos por essas embarcações.

- Recuperação do canal de São Lourenço

A SEA e o Ministério da Pesca e Aquicultura deram início, em novembro de 2012, à retirada de 52 carcaças de embarcações que foram abandonadas ou estão submersas no Canal de São Lourenço, na Baía de Guanabara. Após a retirada, serão dragados 100 mil m3 de material assoreado. Com a retirada das carcaças e a dragagem, o canal se tornará navegável novamente, possibilitando assim a reabertura do Centro Integrado de Pesca Artesanal (Cipar), em Niterói.

4.4. CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO PÚBLICA NO SÍTIO

No Sítio Rio Patrimônio Mundial, tanto a infraestrutura quanto o turismo ajudam a assegurar um uso mais respeitoso dos parques, da orla e das praias, e a apreciação da paisagem como fatores chaves para educação ambiental e social, como também de lazer.

A Floresta da Tijuca , com sua magnífica vegetação que pode ser observada através das pistas pavimentadas ou pelas trilhas, complementada por cascatas e fontes, fruto de um paisagismo de inspiração romântica, contém fortes atrações para a população carioca e para turistas. Segundo os dados do ICMBio/MMA, de todos os parques do país, o Parque Nacional da Tijuca recebe o maior número de visitantes: cerca de 2 milhões por ano.

Na entrada da Baía de Guanabara, as fortalezas, além de sua excepcional arquitetura, fornecem excelentes pontos de vista para se apreciar a cidade. Esses fortes refletem as diversas fases da historia da cidade, o que pode ser apreendido nas visitas guiadas. Todos os espaços possuem controle de visitantes e de ingressos vendidos. No ano de 2010, os fortes e o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (no Parque do Flamengo), receberam ao todo 769.284 visitantes:

- Forte Copacabana: 671.672
- Forte do Leme: 40.000
- Monumento aos Mortos: 18.000
- Fortaleza de São João: 5.000
- Fortes de Niterói: 34.612

Os dois principais cartões postais da cidade – Pão de Açúcar e Corcovado – são emblemáticos do esplendor da paisagem. No primeiro ano de implantação do novo sistema de acesso e cobrança, o Corcovado recebeu um total de 1.204.728 visitantes, entre abril de 2008 e abril de 2009. No mesmo período, o Parque Nacional da Tijuca contabilizou 1.415.916. Esses números vêm aumentando consideravelmente e em 2011 828.608 visitaram o Corcovado por trem e, somando-se o acesso rodoviário, chegou-se a um total de 1.900.000 pessoas/ano. Já com relação ao Pão de Açúcar, a Companhia Caminho Áreo do Pão de Açucar, que administra o teleférico até o alto do morro registrou em média 123.075 visitas por mês no ano de 2013, com pico em feriados e nos períodos de férias, o que correspondeu a uma visitação anual de 1.476.898 pessoas.

O arboreto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro é uma das áreas públicas mais frequentadas para o lazer na cidade. Tem recebido, em média, 600.000 pessoas por ano, com previsão de alcançar 1 milhão em 2014**.** Seus visitantes podem entrar em contato com suas coleções de plantas, algumas das quais estão agrupadas, como o Bromeliário, o Orquidário, o Canteiro de Plantas Medicinais, o Jardim Sensorial, a Estufa das Insetívoras e o Cactário. Para fortalecer o conhecimento público sobre biodiversidade e a importância de sua conservação, o Jardim Botânico oferece diversas atividades e cursos de educação ambiental, bem como cursos de extensão em ilustração botânica, cumprindo sua missão e atendendo às recomendações das convenções das quais o Brasil é signatário (como de Diversidade Biológica, Metas de Aichi e outras).O Jardim Botânico é reconhecido nacional e internacionalmente como importante centro de pesquisa em botânica tropical, possuindo seis modernos laboratórios, diversas coleções e um quadro de 50 doutores pesquisadores, com crescente e relevante produção científica.

O Parque do Flamengo é um parque urbano que recebe grande visitação, tanto pelos que nele caminham e usufruem de sua magnífica vista para a Baía de Guanabara, como pelos que utilizam seus espaços para pic-nic, esporte ou lazer na praia ai formada. Segundo informações da RIOTUR, o Parque do Flamengo recebeu 300 mil visitantes em 2012. Anexo ao Parque, o Museu de Arte Moderna também é alvo de grande visitação.

A Praia de Copacabana é, ao longo do ano, uma das mais frequentadas por banhistas, incluindo não só a população residente como grande número de turistas devido à oferta hoteleira ai existente. Diversos eventos acontecem ao longo do ano nos espaços públicos do bairro, como concertos e campeonatos esportivos. Algumas das modalidades esportivas previstas para as olimpíados de 2016 terão lugar na arena provisória montada na areia da praia, replicando experiências anteriores bem sucedidas. Ponto alto da agenda cultural é o Reveillon, estimado ser a maior festividade ao ar livre do planeta, com fantástico espetáculo de fogos de artifícios, complementado por shows de bandas locais e internacionais. Segundo informações da RIOTUR, em 2012 a Orla de Copacabana recebeu cerca de 2,3 milhões de visitantes.

4.5 – RECURSOS ENVOLVIDOS

Os dois elementos do sítio subordinados ao Ministério do Meio Ambiente – Parque Nacional da Tijuca e Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – formulam os seus orçamentos baseados em recursos que recebem do Governo Federal, de instituições nacionais e internacionais de fomento a pesquisa e patrocínios privados. Os recursos para a gestão do Parque Nacional

da Tijuca são oriundos do Orçamento definido pela União para o MMA . Do montante da receita arrecadada por meio do ingresso, somente cerca de um terço retorna ao Parque.

Recursos financeiros do Governo Municipal como também de contratos de arrendamento, são utilizados para manutenção das áreas sob gestão municipal: a Orla de Copacabana, Parque do Flamengo, Pão de Açúcar e seu sistema teleférico.

Os fortes históricos situados à entrada da Baía de Guanabara, incluindo os Fortes Duque de Caxias e o de Copacabana, são mantidos pelo Exército Brasileiro, e por outros fundos privativos de taxa de entrada ou aluguel para eventos.

5. PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO

O Plano de Gestão tem por objetivo planejar o gerenciamento global do Sítio e sua Zona de Amortecimento para garantir a conservação e a proteção dos valores identificados, desenvolver estudos científicos, assegurar a transmissão pedagógica, a difusão nacional e internacional, sua conexão com os outros bens e valores, seu desenvolvimento sustentável, assim como o desenvolvimento da educação patrimonial e ambiental, e do turismo sustentável por meio da capacitação, comunicação e do marketing.

Busca-se a sustentabilidade da paisagem cultural do Sítio *Rio, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*, pela integração de seus gestores nos vários níveis de governo federal, estadual e municipal, que correspondem aos representantes das instituições responsáveis pela administração de cada um de seus elementos, pelo planejamento e execução de suas ações e pelo cumprimento da legislação. Paralelamente, a compatibilização das ações e projetos propostos, a partir da integração dos gestores, responderá pela sustentabilidade cultural e ambiental do Sítio. Ao fomentar a participação e integração de diferentes agentes que atuam no sítio e a discussão com a população e diferentes setores da sociedade, o plano de gestão pretende ser um instrumento do exercício da cidadania e da democracia a partir do patrimônio cultural, da paisagem e sua preservação.

A meta principal do Plano de Gestão é a integração dos planos, projetos, ações e agentes dentro de um processo de preservação sustentável, garantindo o desenvolvimento territorial e sócio-econômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado. Ele define as medidas de planejamento e fomento das ações de conservação para a gestão compartilhada, considerando os aspectos estratégicos normativos e operacionais necessários à sua consecução, assim como promove o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos e sua aplicação comum.

Ao mesmo tempo, há que se promover a mobilização da sociedade às iniciativas públicas ou privadas promovidas no Sítio, principalmente nas áreas de patrimônio, educação e turismo.

5.1. ATRIBUTOS QUE GARANTEM O VALOR UNIVERSAL DO SÍTIO

As informações e análises contidas nos diversos capítulos que até então constiuiram o Plano de Gestão, nos permitiram identificar os atributos que garantem o Valor Universal do Sítio, especificando suas características. Foi o reconhecimento destes atributos por parte dos avaliadores da candidatura, que confirmou o título dado ao Rio de Janeiro de Patrimônio Mundial. Sua manutenção é portanto fundamental. Eles embasam as diretrizes específicas para os programas de intervenção, assim como para o monitoramento da gestão.

ELEMENTO	ATRIBUTO	CARACTERÍSTICA
Paisagem e Recursos Naturais	Relação cidade – montanha – mar	A cidade cresceu entre o mar, a montanha e a floresta, formando uma paisagem original e única
	Equilíbrio entre elementos naturais e construídos	Presença marcante dos elementos naturais na área urbana. Além de constituir um sítio de extrema beleza cênica, garante qualidade sócio-ambiental diferenciada, com destaque para a diversidade de opções de recreação e lazer
	Valores simbólicos e imagens associadas	As paisagens cariocas são divulgadas para o mundo através de suas características ímpares representadas pelos marcos naturais
	Expansão urbana com controle	Legislação urbanística atual e ambiental da cidade do Rio de janeiro adota princípios que valorizam a paisagem

Parque Nacional Tijuca	Preservação ambiental / qualidade ambiental	Único Parque Nacional totalmente situado em área urbana, é resultado de uma ação conservacionista do sec XIX de reflorestamento e regeneração da mata dizimada com o plantio do café como consequência, assegura a presença da natureza no coração da cidade, criando uma interface entre a natureza, a cidade e o homem, garantindo melhores condições ambientais para a cidade e qualidade de vida para o carioca
	Biodiversidade	A massa florestal existente no PNT e nas áreas adjacentes, desempenha importante papel redutor da poluição urbana e de amenizador do clima da cidade, além de ser fundamental para a contenção das encostas do maciço da Tijuca. O PNT apresenta uma rica biodiversidade, com 1619 espécies vegetais (sendo 433 ameaçadas de extinção) e 328 espécies animais, dentre anfíbios, aves e mamíferos (sendo 16 ameaçadas de extinção).
	Uso público e social	O Parque, além de oferecer ao carioca e ao grande número de turistas que o frequentam, importantes áreas de lazer, localiza-se no Morro do Corcovado o maior atrativo turístico do Brasil - O Cristo Redentor
	Vulnerabilidade às pressões urbanas externas	Localizado no centro de uma metrópole, apresenta mais de 48 comunidades no entorno que fazem pressão permanente para ocupação da área protegida. O uso público intenso das áreas do PNT também contribui para torná-lo mais vulnerável
	Proteção cultural	O PNT, além de seu valor ambiental e paisagístico, caracteriza-se também por uma grande

		representatividade histórico-cultural, com edificações que datam do século XVIII e XIX, além dos 120 sítios arqueológicos localizados dentro de seus limites. A proteção cultural foi firmada com o tombamento pelo IPHAN em 27.04.1967, do Parque Nacional da Tijuca e florestas de proteção acima das cotas 80 e 100 metros
	Educação ambiental	O PNT destaca-se por ações de educação ambiental que consistem de integração externa, capacitação, visitas escolares, eventos educativos e promoção cultural.
	Proteção ambiental	Unidade de Conservação de proteção integral, criada a nível federal em 06.07.1961; sob gestão do ICMBio/ MMA, conta desde 07.08.2002 com um atuante Comitê Gestor; possui atualmente 3.973,19 ha
Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Preservação da flora brasileira	As coleções de plantas do JBRJ, distribuidas por canteiros. Jardins temáticos e estufas, com condições diferenciadas para proporcionar ambientes adequados às plantas, possui importância histórica, cultural, científica, paisagística e conservacionista. Já há muitos anos os jardins botânicos passaram a ser reconhecidos, por entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, como instituições especialmente relevantes para a preservação da flora nativa, através da modalidade de conservação ex-situ. Tais coleções devem ser mantidas em sua totalidade, conservando sua integridade.
	Configuração espacial do arboreto	As aleias principais do arboreto denotam sua forma original, com características geométricas, escala neoclássica, e estilo paisagístico tipicamente francês, onde predominam espécies vegetais dispostas em fileiras

		homogêneas, entre as quais se destacam as palmeiras centenárias que conferem espacialidade ao local e constituem um marco do JBRJ e da cidade; nos espaços entre as aleias principais, com o tempo, alterações foram feitas, inaugurando-se caminhos tortuosos entremeados por canteiros irregulares, com plantas dispostas em arranjos heterogêneos.
	Pesquisa científica	Nos seus 205 anos de existência, o JBRJ caracterizou-se como um importante polo nacional de produção e difusão de pesquisa científica e informação botânica e ambiental, destacando-se, entre outros, a aclimatação e melhoria de plantas úteis; o plantio de talhões para estudos de essências florestais nativas e não nativas; estudos florísticos e taxonômicos; desenvolvimento de técnicas de reflorestamento (p.ex. participação nas ações de reflorestamento das matas da Tijuca); estudos ecológicos, de sequenciamento de DNA e outros.
	Bolsão verde e corredor ecológico	O arboreto onde se encontram as plantas cultivadas (coleção científica viva) é ladeado por importante remanescente florestal de Mata Atlântica. Este conjunto está diretamente conectado à Floresta da Tijuca, compondo com esta e com outras UCs do município do Rio de Janeiro, um importante corredor verde. Situado em uma das pontas deste bolsão verde, dentro da área de influência da bacia hidrográfica do Rio dos Macacos, o arboreto do JBRJ possui grande importância para preservação da biodiversidade do estado e configura-se como área privilegiada para a observação de fauna e flora.

	Importância histórica	Instalado em 1808 por D. João VI, todo o JBRJ representa um marco importante da cidade do Rio de Janeiro, contando ainda em seu interior com elementos de valores histórico, cultural, arqueológico, botânico, científico, paisagístico e ambiental.
	Uso público e social	Importante ponto de visitação e lazer de cariocas e turistas (terceiro mais apreciado pelos cariocas), constitui significativa área verde da cidade e de contato de seus habitante com a natureza e com o conhecimento em botânica. Apresenta também elementos culturais importantes, como o Museu do Meio Ambiente, teatros, salas de exposições e biblioteca
	Proteção cultural	Toda a área do JBRJ, incluindo as edificações históricas, chafarizes, monumentos e paisagem, estão protegidas de descaracterização por diversos tombamentos (o último, pelo IPHAN, em 1973), tendo em vista sua importância histórica, cultural, arqueológica, paisagística e ambiental.
	Programa de pós-graduação em botânica da Escola Nacional de Botânica Tropical	Objetiva formar pessoal para compor quadros em órgãos públicos e privados, voltados para o ensino, pesquisa e políticas públicas, com vistas ao conhecimento e conservação da diversidade vegetal.
Parque do Flamengo	Paisagem intencionalmente desenhada	O Parque integra paisagismo, arquitetura e urbanismo modernistas, compatibilizando espaços abertos com elementos construídos; traçado orgânico que reflete as curvas e reentrâncias do nosso litoral, fazendo a transição entre a área urbana e a paisagem externa da Baia de Guanabara, em perfeita harmonia com a cena carioca
	Conceitos paisagísticos adotados no projeto	O projeto paisagístico do Parque consistiu basicamente

		na formação de grupos homogêneos de vegetação harmonicamente distribuídos, em que Burle Marx soube conciliar seu talento artístico com um alto conhecimento das espécies vegetais utilizadas; seu resultado confirmou o reconhecimento internacional do paisagista
	Vulnerabilidade às interferências indesejadas sobre o paisagismo	a obra do Parque do Flamengo evidencia as conquistas de um grande experimento em cultivo de plantas em adversas condições climáticas s (ventos, maresia) e edáficas (solo constituído de aterro, entulho, lama salgada e com alta salinidade)
	Conceito de iluminação adotado	Iluminação adotada no Parque caracteriza-se por sua distribuição difusa e homogênea que permite compatibilizar as atribuições do Parque, com suas faixas de trânsito de alta velocidade, seus equipamentos esportivos e seus espaços de recreação e lazer
	Equipamentos urbanos / mobiliário	Os equipamentos e o mobiliário do Parque foram até então preservados pela qualidade do design original e por terem sido incluídos no tombamento
	Infraestrutura / urbanização	A infraestrutura e a urbanização têm sido modernizadas, mantendo os princípios que orientaram a implantação do Parque
	Uso público e social	O Parque do Flamengo, desde sua inauguração, tornou-se um dos mais frequentados espaços de lazer da população da cidade; além de sua praia, destacam-se pelo intenso uso, os espaços de recreação e as áreas esportivas
	Proteção cultural	Antes mesmo de ser inaugurado, o Parque teve sua proteção cultural garantida pelo Iphan, com o ato do tombamento em 28.07.1965, para garantir sua

		preservação; a proteção do Município do Rio de Janeiro é de 04.01.1995, que estendeu a área de tombamento até o final dos jardins da praia de Botafogo de autoria também de Burle Marx
Monumento Natural do Pão de Açúcar	Preservação dos elementos naturais	Unidade de Conservação de proteção integral, o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e Urca foi declarado pelo município, como Monumento Natural em 01.06.2006 com área de 91,5 ha. Sua criação foi motivada pelas características e atributos naturais, geomorfológicos e ecológicos que apresenta com inúmeras espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção.
	Uso público	O Monumento Natural constitui-se em um dos principais pontos turísticos da cidade em função do acesso proporcionado pelo bondinho aos Morros da Urca e Pão de Açúcar. São ainda áreas de visitação intensiva a Pista Cláudio Coutinho e a trilha do Morro da Urca.
	Pesquisa científica	A UC é objeto de pesquisas científicas que permitem a ampliação do conhecimento do MONA e a incorporação dos resultados obtidos em ações de manejo desta área protegida
	Significação histórica e cultural	O Pão de Açúcar tem sua imagem associada às representações da cidade do Rio de Janeiro desde os primeiros tempos da colonização. Os Morros do Pão de Açúcar e da Urca foram objeto de tombamento em 1973 pelo Iphan, incluindo a estação inicial do bondinho da Companhia Caminho Aéreo Pão

		de Açúcar.
	Participação social	As ações de voluntários no MONA é significativa, os quais participam principalmente de ações de plantio. Destaca-se também a atuação histórica de ONG's para a proteção do patrimônio natural, como a Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro – FEMERJ e o Grupo de Ação Ecológica – GAE
Orla de Copacabana	Paisagem intencionalmente desenhada	O projeto da praia de Copacabana, de autoria de Roberto Burle Marx, consiste de desenho de painéis de pedra portuguesa de grande valor artístico e simbólico, reconhecido internacionalmente; é considerado como o maior exemplo de obra de arte aplicada existente no mundo
	Preservação dos elementos paisagísticos	Os elementos vegetais e o mobiliário constantes do projeto complementam-no em sua unicidade, mantendo seu excepcional valor universal, o que justifica sua preservação
	Significação histórica e cultural	O padrão do mosaico de pedra portuguesa identifica internacionalmente a cidade do Rio de Janeiro como modelo de cidade balneário nos trópicos, garantindo seu significado
	Proteção cultural	A orla de Copacabana e seu entorno contam com a seguintes proteções da legislação cultural: tombamento pelo Inepac em 25.01.1991 do Conjunto Urbano-Paisagístico na praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon; tombamento pelo Inepac em 06.09.1990 do

		Forte de Copacabana e Pontas de Copacabana e do Arpoador por seu relevante valor histórico, cultural e paisagístico; tombamento pelo município da Pedra do Arpoador em 13.09.1989, por seu interesse paisagístico, ambiental e ecológico
	Proteção ambiental	A orla de Copacabana e seu entorno contam com a seguintes proteções da legislação ambiental: incluída na APA municipal da Orla Marítima das Praias de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra da Tijuca, assim declarada em 06.06.1988; adjacente à APA das Pontas de Copacabana e Arpoador e seus entornos, criada em 04.01.1994 para proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes; adjacente à APA constituida pelo conjunto natural do Morro do Leme, do Morro do Urubu, Pedra do Anel e Ilha de Cotunduba, criada em 12.11.1990 para preservar a paisagem, a Mata Atlântica, a fauna e a flora ali existentes
Fortes históricos	Forma e concepção	Os projetos dos engenheiros militares para os fortes históricos preservam a arquitetura militar da época, respondendo esplendidamente como elementos de estratégia da defesa
	Inserção na paisagem	Todos os fortes da Baia de Guanabara, pela qualidade de sua arquitetura e por suas dimensões, acham-se perfeitamente integrados à paisagem local
	Uso público e social	O Exército Brasileiro propõe a inclusão das principais fortificações e espaços culturais a elas associados, nos roteiros turísticos da cidade, dentro dos parâmetros atuais de sustentabilidade e de preservação da memória

		social e cultural
	Importância histórica	Os fortes constituem testemunhos da forma como o sítio foi sendo agenciado para a defesa da cidade e como os pontos rochosos foram sendo apropriados para essa função. Representam também testemunhos de importantes acontecimentos da história do Brasil e da evolução das técnicas e tecnologias militares e a forma como estas foram adequadas ao sítio da cidade.
	Proteção cultural	Juntamente com o Forte de São José (o terceiro forte mais antigo do país), a fortaleza de São Joãofoi tombada pelo Iphan em 24.05.1938; a fortaleza de Santa Cruz foi tombada em 04.10.1939; a proteção de ambas se justificou por seu valor histórico e arquitetônico

5.2. SISTEMA DE GESTÃO ATUAL

A área em série que constitui o Sítio Rio Patrimônio Mundial é formada por quatro componentes; a gestão atual destas áreas encontra-se a cargo das instituições descritas no quadro a seguir.

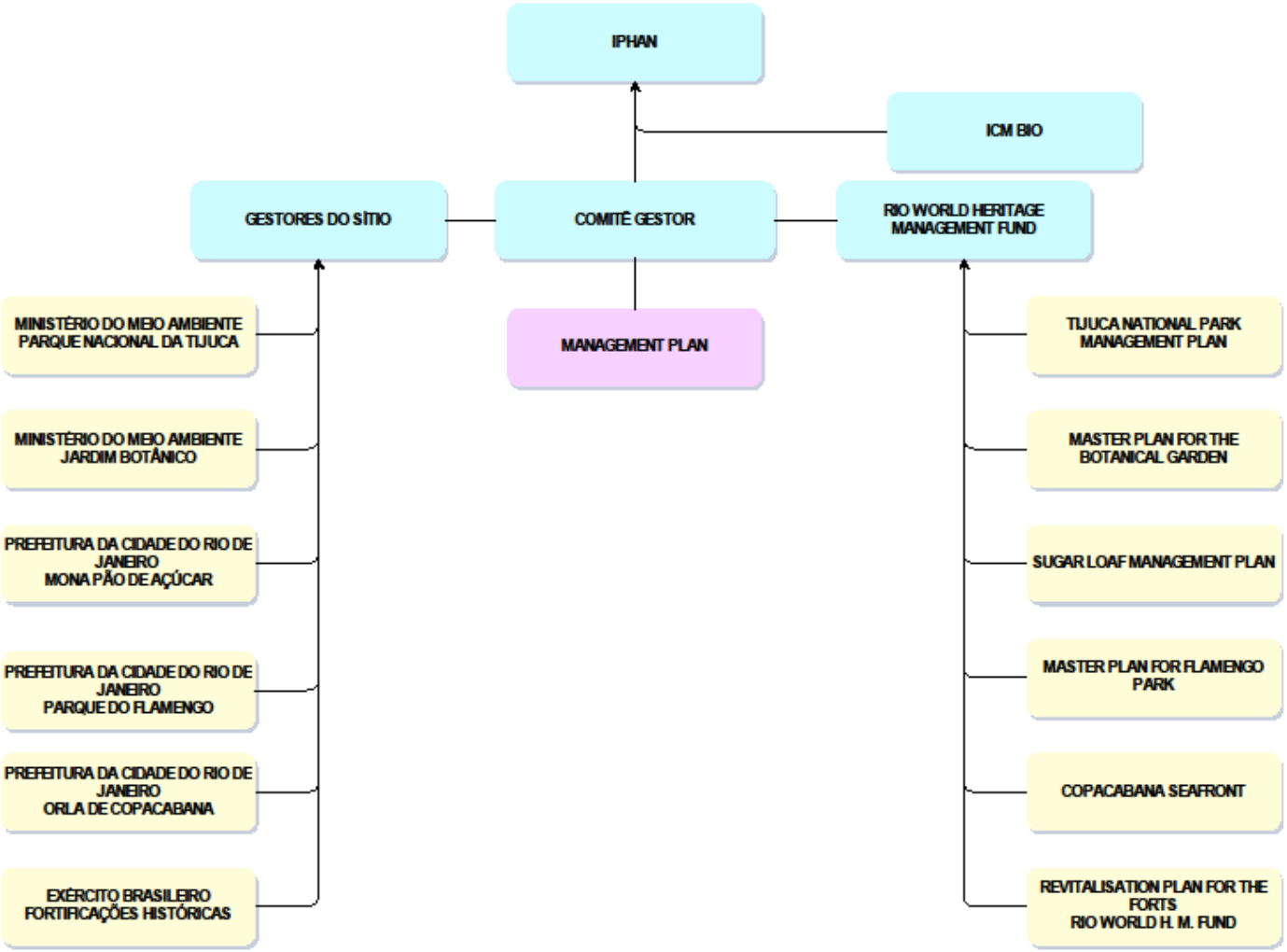
COMPONENTE Nº	TITULO DO COMPONENTE E SUBCOMPONENTE	DESCRIÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO
1	Floresta da Tijuca, Prettos Forros e Covanca	Engloba os setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca	Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Direção do Parque Nacional da Tijuca

2	Pedra Bonita e Pedra da Gávea	Engloba o setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca	Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Direção do Parque Nacional da Tijuca
3	Serra da Carioca	Engloba o setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca	Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Direção do Parque Nacional da Tijuca
	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Engloba a área delimitada do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério da Ciência e Tecnologia – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
4	Entrada da Baia de Guanabara e suas bordas d'água desenhadas		
	Parque do Flamengo e adjacências	Engloba a área delimitada na proteção federal do Parque do Flamengo, do Outeiro da Glória e do Passeio Público e suas áreas de entorno	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – IRPH, Fundação Parques e Jardins e Administração Regional
	Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da urca	Engloba a área delimitada na proteção federal e municipal do MONA do Pão de Açúcar e da Urca e seu entorno	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Praia de Copacabana e seus pontões do Leme e Arpoador	Engloba a área delimitada no tombamento municipal da Praia de Copacabana e dos tombamentos federais do pontão do Leme e Arpoador	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – ,
	Fortes Históricos da entrada da baía de Guanabara	Engloba a área delimitada na proteção federal dos fortes históricos e suas áreas de entorno	Ministério da Defesa / Exército Brasileiro /Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

5.3. SISTEMA DE GESTÃO PROPOSTO

A estrutura de gestão compartilhada proposta para o Síto Rio Patrimônio Mundial está demonstrada no organograma a seguir. Tem como órgão coordenador o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura do Brasil, cuja função de estado é proteger, fiscalizar e acompanhar a gestão dos sítios histórico-culturais brasileiros protegidos por lei federal. Como grande parte da área do Sítio é tombada pelo IPHAN e está sob sua proteção legal, fica justificada sua atribuição de coordenar a gestão do Sítio.

Apresenta-se a seguir, a proposta de estrutura de gestão do Sítio Rio Patrimônio Mundial


IPHAN
ICM BIO
GESTORES DO SÍTIO
COMITÊ GESTOR
RIO WORLD HERITAGE MANAGEMENT FUND
MANAGEMENT PLAN
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE PARQUE NACIONAL DA TIJUCA
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE JARDIM BOTÂNICO
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO MONA PÃO DE AÇÚCAR
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARQUE DO FLAMENGO
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ORLA DE COPACABANA
EXÉRCITO BRASILEIRO FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS
TIJUCA NATIONAL PARK MANAGEMENT PLAN
MASTER PLAN FOR THE BOTANICAL GARDEN
SUGAR LOAF MANAGEMENT PLAN
MASTER PLAN FOR FLAMENGO PARK
COPACABANA SEAFRONT
REVITALISATION PLAN FOR THE FORTS RIO WORLD H. M. FUND

5.4. COMITÊ GESTOR

Atendendo ao compromisso firmado no documento de candidatura, foi criado através de uma Portaria do IPHAN, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 16, no dia 30 de dezembro de 2011, o Comitê Gestor do Sítio delimitado como Patrimônio Mundial: Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar (ver anexo 1).

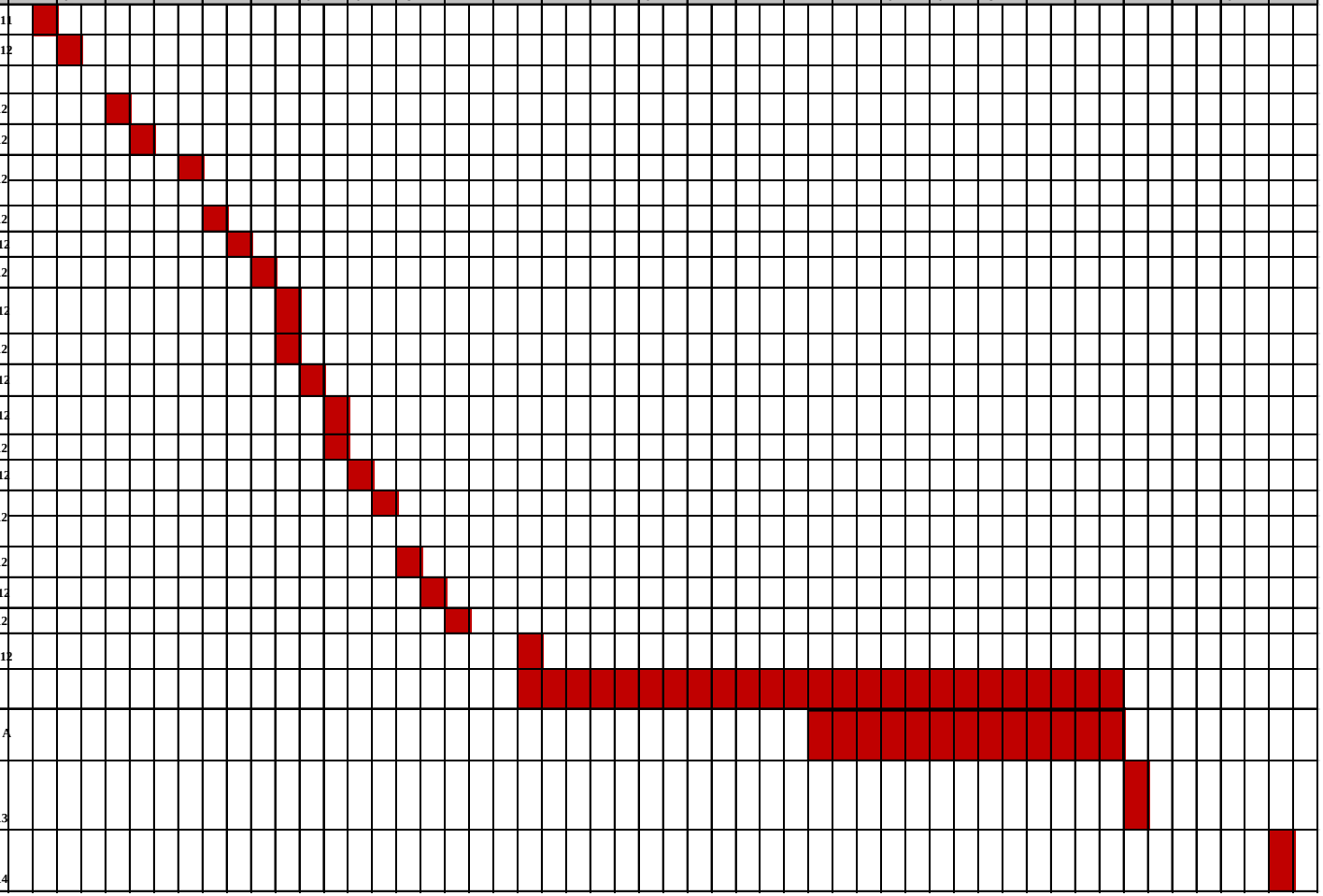
A reunião de inauguração do Comitê ocorreu em 10/01/2012, por iniciativa da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro, que assumiu a coordenação dos trabalhos. Iniciou-se com a leitura dos objetivos a serem alcançados, conforme termos da Portaria que a instituiu: a compatibilização da delimitação das áreas de proteção definidas nos diferentes níveis de governo com a área definida na candidatura a Patrimônio Mundial; o detalhamento da estrutura de gestão compartilhada da área proposta na candidatura, definindo a atribuição de cada ente gestor; o detalhamento do plano de gestão compartilhado da área proposta na candidatura, a partir da compatibilização dos instrumentos de gestão já definidos por lei para cada componente e subcomponentes que compõem o sítio, conforme descrito no marco lógico pactuado durante a candidatura. Foi ainda esclarecido que o Comitê tem como meta a ser alcançada, a finalização do detalhamento do Plano de Gestão do Sítio. Foi estabelecida a regularidade das reuniões do Comitê como quinzenal.

O Comitê Gestor atendeu a uma programação temática, que discutiu para cada setor do Sítio e para a Zona de Amortecimento, questões básicas como a preservação dos atributos de valor universal, os fatores de risco, a gestão, a manutenção da integridade/autencidade de seus elementos, seu estado de conservação, entre outros.

Foi no âmbito desse Comitê Gestor que o Plano de Gestão ora apresentado foi discutido, pactuado e elaborado. O cronograma de suas atividades está detalhado no quadro a seguir.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR – 2011/2014

ATIVIDADE	ENTIDADE RESPONSÁVEL	DAT
Publicação da Portaria instituíndo o Comitê Gestor	IPHAN	30/12/2011
Reunião Inaugural do Comitê Gestor		10/01/2012
APRESENTAÇÕES TEMÁTICAS / PLANOS SETORIAI		
Monumento Natural do Pão de Açúcar	SMAC/PCRJ	07/02/2012
Parque do Flamengo	SECONSERVA/PCRJ e SUBPC/SPC/PCRJ	28/02/2012
Fortes Históricos (Limites e documentação)	DPHCEx	20/03/2012
Jardim Botânico	IPJB/RJ	03/04/2012
VISITA AO	JB e IPHAN	17/04/2012
Parque Nacional da Tijuca	PNT/ICMBio/MMA e SECONSERVA/PCRJ	02/05/2012
Orla: Copacabana, Leme, Urca e Niterói	INEPAC SECONSERVA/PCRJ e SUBPC/SPC/PCRJ	15/05/2012
Lagoa Rodrigo de Freitas	SECONSERVA/PCRJ e SUBPC/SPC/PCRJ	29/05/2012
Mesa redonda - Rio patrimônio Mundial na Rio +20	IPHAN/RJ, no Palácio Gustavo Capanema	12/06/2012
Entrega Versão Preliminar do Plano de Gestão do Sítio	GRUPO DE TRABALHO	15/06/2012
Gestão das águas	SMAC/PCRJ	26/06/2012
Vales da Área de Entorno	SUBPC/SPC/PCRJ e SMU/PCRJ	10/07/2012
Mosaico de áreas protegidas (Meio ambiente + Corredores Culturais)	SMAC/PCRJ e SUBPC/SPC/PCRJ	24/07/2012
Parque do Flamengo	SECONSERVA/PCRJ e SUBPC/SPC/PCRJ	07/08/2012
Jardins Históricos	SMAC/PCRJ e SUBPC/SPC/PCRJ	21/08/2012
Patrimônio Imaterial	SUBPC/SPC/PCRJ	04/09/2012
Validação do Plano de Gestão Preliminar pelo Comitê Gestor	COMITÊ GESTOR E COMITÊ INSTITUCIONAL	18/10/2012
DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE GESTÃO	GRUPO DE TRABALHO RUPO DE TRABALHO +	DE OUT/12 A OUT /13
DETALHAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DA PAISAGE	COMITÊ GESTOR	DE ABRIL /13 A OUT/13
Validação final do Plano de Gestão e assinatura do documento de pactuação entre as instituições envolvidas	C COMITÊ GESTOR E INSTITUCIONAL	out/13
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO AO CENTRO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL		fev/14



5.5. DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO SÍTIO

A partir das diretrizes gerais de preservação e valorização do Sítio, estabelecidas no dossiê da candidatura contando com a intensa participação dos entes gestores da área que compunham o Comitê Técnico, diretrizes específicas por componente do Sítio, foram definidas pelos gestores em reuniões do Comitê Gestor convocadas com esta finalidade ao longo de 2012 e 2013. Essas diretrizes, juntamente com os atributos dos componentes do Sítio, embasaram os programas de intervenção, apresentados neste capítulo.

Entre as diretrizes gerais, destacam-se:

- Salvaguardar e preservar os atributos de valor universal identificados nos componentes e setores do Sítio;
- Garantir a integridade da paisagem do Sítio *Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar;*
- Garantir a manutenção de sua biodiversidade;
- Apoiar a implantação dos planos já desenvolvidos para seus componentes - Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, Plano Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Plano de Manejo do Monumento Natural dos Morros Pão de Açúcar e Urca e Plano de Revitalização e Uso Turístico-cultural das Fortificações Históricas na Entrada da Baía de Guanabara;
- Incentivar a elaboração de Planos Diretores para os elementos do Sítio sob gestão municipal, que são: Parque do Flamengo e orla de Copacabana;
- Regulamentar as áreas urbanizadas da Zona de Amortecimento, tendo como parâmetros os novos conceitos de paisagem inseridos no Plano Diretor, com um caráter diferenciado para estas áreas tendo em vista a importância de se garantir a integridade e identidade dos elementos do Sítio e a sustentabilidade da gestão.

Entre as diretrizes específicas, relacionam-se:

A. Relativas à preservação dos recursos naturais da cidade:

- Preservar e manter os recursos naturais e os elementos do meio físico: relevos, hidrografia, vegetação (natural e implantada);
- Preservar a paisagem: pontos de vista, elementos cênicos, fundos cênicos, marcos históricos naturais, áreas de emergência visual;

- Preservar e ampliar o sistema urbano de espaços livres: unidades de conservação, parques urbanos, praças, arborização urbana, corredores verdes que interligam a malha de vegetação urbana;
- Preservar os elementos naturais com valor marcante na paisagem: árvore ornamental, relevos ícones (Pão de Açúcar, Corcovado), etc;
- Aperfeiçoar os critérios de proteção e fiscalização das áreas já legalmente protegidas;
- Aplicar novos métodos de controle urbanístico e ambiental para os espaços verdes e os espaços livres da cidade.

B. Relativas ao Parque Nacional da Tijuca

- Promover a recuperação florestal das áreas do PNT alteradas por intervenções humanas ou naturais;
- Controlar os processos erosivos que estiverem comprometendo a integridade dos ambientes do PNT;
- Monitorar a evolução da recuperação da cobertura vegetal, com base em mapeamento do PNT e seu entorno;
- Incentivar e apoiar instituições de pesquisa e universidades na realização de estudos prioritários para o PNT;
- Identificar espécies prioritárias e de especial interesse para a cnservação da flora do PNT;
- Inventariar as espécies da fauna do PNT com interesse para a conservação, destacando as espécies raras, endêmicas e ameaçadas (em níveis internacional, nacional, regional ou local);
- Atualizar o inventário da avifauna do Parque, procurando gravar as manifestações sonoras e realizar registros fotográficos das espécies;
- Identificar ações específicas de manejo para eliminação de espécies exóticas e indesejáveis no PNT;
- Monitorar as populações de espécies florísticas e faunísticas prioritárias para a conservação no PNT;
- Dar continuidade e atualizar a documentação fotográfica dos bens culturais, objetivando registrar através de imagens, os processos de intervenção/restauração e o estado de conservação, completando seu diagnóstico;
- Empreender ações junto ao poder público e à iniciativa privada para obtenção de recursos financeiros para restauração dos bens culturais;

- Executar a reforma dos bens edificados responsáveis pela infraestrutura do PNT e a qualificação de outros a serem utilizados para o serviço de apoio à visitação;
- Garantir a manutenção periódica dos bens edificados, da pavimentação das estradas, sistemas de drenagem e sinalização;
- Promover treinamento e capacitação de condutores de visitantes, guias de turismo e agentes do ecoturismo no PNT;
- Implantar serviços de apoio à visitação por meio de concessões, visando à melhoria na gestão e ordenamento das atividades de uso público;
- Consolidar e manter o Programa de Voluntariado para estimular a participação da sociedade nas diversas ações de gestão e manejo do PNT;
- Capacitar grupos específicos que atuam no PNT tais como agentes ambientais, guardas municipais, voluntários, estagiários, monitores ambientais, condutores de visitantes e guias de turismo, para uma abordagem educativa no desempenho de suas funções;
- Atender às instituições de ensino, às comunidades e outros segmentos sociais do entorno, por meio de visitas guiadas e outras atividades educativas;
- Elaborar e implantar o programa de comunicação no PNT, contemplando os diversos meios de divulgação e informação;
- Elaborar e produzir folheteria específica voltada para os atrativos naturais e turísticos do PNT, para distribuição em locais estratégicos da cidade, como hotéis e outros pontos turísticos, e ainda para instituições que fomentem o processo de divulgação;
- Rever e implantar o projeto de sinalização para o PNT, prevendo todas as modalidades tais como, indicativa, interpretativa, informativa e educativa;
- Planejar a acessibilidade nas áreas internas do PNT, respeitando a capacidade de suporte definida para seus setores;
- Efetuar a regularização fundiária do PNT;
- Estudar a possibilidade de estender a delimitação do PNT, visando a proteção de seu entorno;
- Zelar pela integridade dos marcos, cercas e muros instalados, por meio de vistorias periódicas e manutenção, quando necessária;

- Monitorar a ocupação das áreas limítrofes do PNT, ampliando/ reforçando as cercas daquelas em que haja risco de invasão ou onde as comunidades já estejam instaladas;
- Manter a brigada de combate a incêndios e elaborar curso para capacitação de voluntários nas ações de prevenção e combate a incêndios;
- Propiciar a qualificação de professores de ensino fundamental, médio e superior, sensibilizando-os para a introdução da temática ambiental do PNT nos conteúdos curriculares das escolas do entorno;
- Manter o sistema de controle e monitoramento com microcâmeras em áreas estratégicas do PNT e implantar o centro de operações para monitoramento;
- Manter a patrulha de fiscalização volante e distribuir os funcionários contratados para o serviço de vigilância desarmada para atuarem no monitoramento e apoio à fiscalização nas áreas de uso público;
- Instalar e operacionalizar as guaritas de vigilância/fiscalização nos limites de cada setor do PNT.

C. Relativas ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro

- Incrementar os programas de resgate e conservação de espécimes da flora, com ênfase nas espécies raras ou ameaçadas de extinção da Mata Atlântica;
- Investir em técnicas e estruturas modernas para receber, multiplicar e alocar as espécies vegetais;
- Investir na melhoria do efetivo da guarda patrimonial do JBRJ;
- Implementar o programa de monitores ambientais, que ficarão distribuídos pelo arboreto auxiliando na sua proteção e dos demais bens tombados, seja pela transmissão de conceitos de educação ambiental e de preservação da natureza, seja pelo auxílio para o melhor conhecimento de nossas espécies e para melhorar a qualidade da visitação ao arboreto;
- Produzir um novo instrumento que assegure a preservação dos vários patrimônios ali encontrados – histórico, cultural, arqueológico, botânico, científico, paisagístico e ambiental.

D. Relativas ao Parque do Flamengo

- Instituir a gestão do Parque do Flamengo com autonomia para gerenciamento e manejo de recursos financeiros;
- Institucionalizar o Parque do Flamengo como parque urbano municipal, delimitando-o;
- Apoiar a fiscalização integrada dos órgãos de proteção federal e municipal, no que se refere à ocupação e ao uso do espaço público;
- Elaborar o Plano Diretor para o Parque do Flamengo, regulamentando o uso e a ocupação do espaço e dos equipamento do Parque, estabelecendo diretrizes de manutanção, restauração e conservação prioritárias e de gestão compartilhada entre os órgãos municipais, estaduais e federal responsáveis por sua conservação e proteção;
- Rever os termos de concessão de uso da Marina da Glória, objetivando sua total integração ao Parque, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor;
- Rever todos os termos de cessão de uso aos equipamentos do Parque, regularizando as contrapartidas e as formas de pagamento em benefício de sua gestão;
- Promover a reposição e/ou inserção de espécimes arbóreos ou palmáceas perdidas ao longo do tempo ou que apresentem um deficiente estado fitossanitário, a partir de cuidadoso levantamento do estado de conservação da vegetação, compatibilizando-o com o projeto original de paisagismo para o Parque;
- Promover e manter rotineiramente todos os tratos sanitários necessários à vegetação existente no Parque, com destaque para o tratamento fito-sanitário dos espécimes vegetais cuja avaliação indicar sua necessidade;
- Avaliar a necessidade de restauração do mobiliário e dos equipamentos implantados no Parque, distinguindo os originais e os executados ao longo do tempo;
- Avaliar sugestão de inclusão dos novos equipamentos propostos, considerando as diretrizes do Plano Diretor e sua ambiência no Parque;
- Avaliar condições de uso dos banheiros existentes e propor suas reformas, dentro dos princípios do Plano Diretor;
- Avaliar as condições de acessibilidade oferecidas pelo Parque – calçadas, rampas, passagens subterrâneas, passarelas, estacionamentos, adequando-as às atuais exigências da legislação brasileira;

- Avaliar seu estado de conservação, revendo-os de acordo com os princípios e diretrizes a serem definidas no Plano Diretor do Parque;
- Elaborar projeto de sinalização integral para o Parque, incluindo placas de sinalização educativa, de acordo com as diretrizes a serem definidas no Plano Diretor;
- Rever a posição das antenas localizadas nos postes altos;
- Avaliar a localização e características dos postes baixos implantados para atender a finalidades específicas;
- Manter o funcionamento da Estação de Tratamento do Rio Carioca em todos os seus estágios;
- Recuperar o seu deck de desemboque;
- Modernizar as subestações da Rioluz;
- Avaliar o sistema de drenagem do Parque, revendo-o onde necessário;
- Reforçar a segurança do Parque, incluindo a rede para instalação de sistema de câmaras.

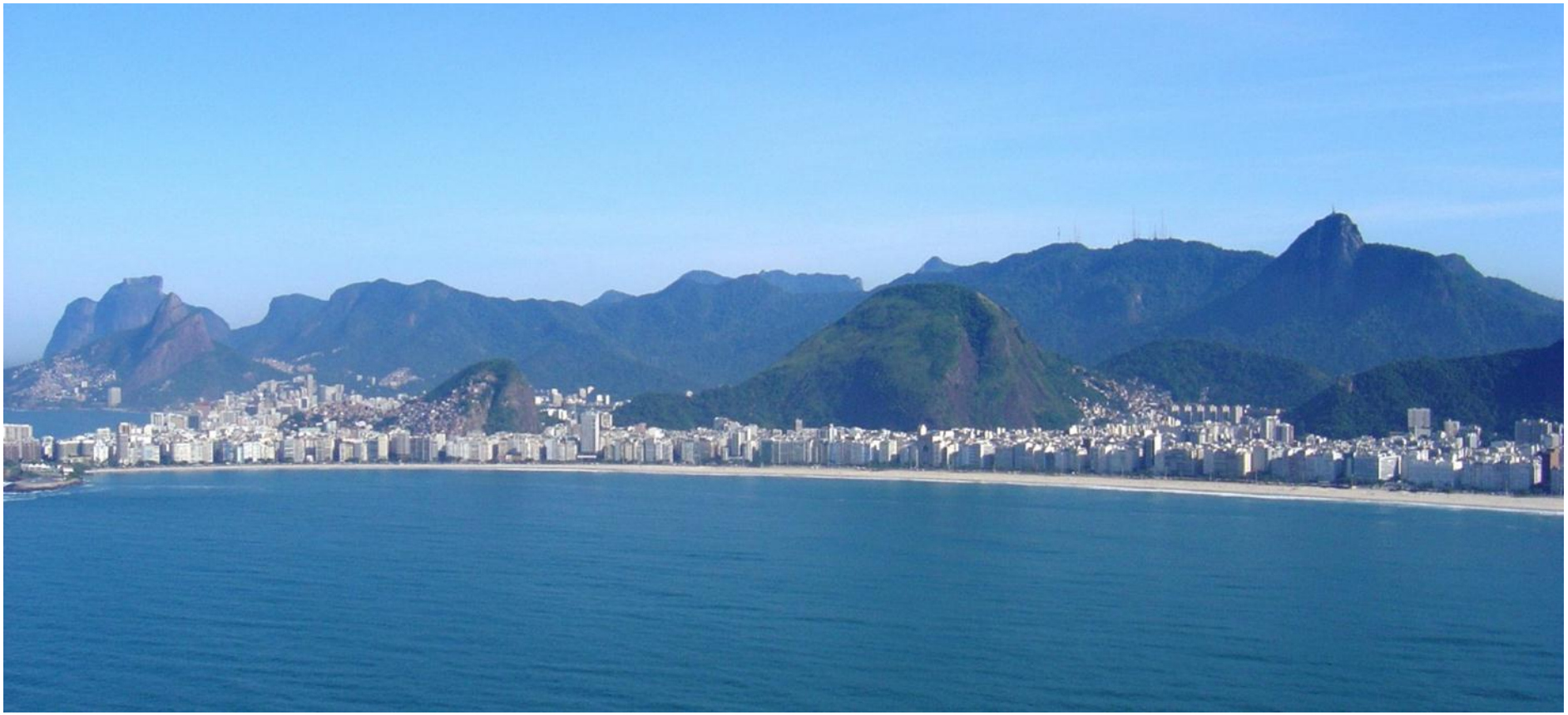
E. Relativas ao Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca

- Conservar, proteger e recuperar o ecossistema de Mata Atlântica existente, promovendo a conscientização ambiental e formas primitivas de recreação;
- Propiciar a realização de atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental;
- Promover a recuperação de áreas colonizadas por espécies vegetais invasoras;
- Realizar a recuperação de áreas erodidas por ações naturais ou por atividades antrópicas;
- Implantar ponto de recepção de visitantes do MONA no Morro da Urca;
- Mitigar os impactos das operações turísticas relacionados à visitação nos morros do Pão de Açúcar e da Urca;
- Promover a recuperação e estruturação da trilha do Morro da Urca;
- Desenvolver e implementar um programa de Educação Ambiental por grupos específicos de usuários, em especial para os pescadores e frequentadores da trilha do Morro da Urca;
- Manter e ampliar a sinalização sobre o patrimônio histórico e natural ao longo das áreas de uso público;

- Criar Câmara Técnica-Científica de Pesquisa permanente junto ao Conselho Consultivo, para implantar e acompanhar o Programa de Pesquisa do MONA;
- Divulgar as principais demandas de pesquisa junto às universidades e instituições de interesse;
- Incentivar a realização de pesquisas de longo prazo, visando o monitoramento de parâmetros ambientais do MONA;
- Incentivar o estabelecimento de parceria entre escaladores e pesquisadores, para viabilizar pesquisa da vegetação rupícula e monitoramento de fauna em áreas remotas;
- Transferir os resultados das pesquisas efetuadas no MONA para o Centro de Educação Ambiental da SMAC, de forma que sejam desenvolvidas estratégias de divulgação e que sejam utilizadas nas atividades de educação e interpretação ambiental da UC;
- Divulgar a importância histórico-cultural local no centro de recepção de visitantes no Morro da Urca, através das atividades de educação ambiental;
- Fomentar a realização de atividades voluntárias no MONA para a preservação dos recursos naturais através de ações educativas e de manutenção das áreas de uso público.

F. Relativas às fortificações históricas da Baía da Guanabara

- Desenvolver ações de integração das fortificações ao contexto histórico da formação da cidade como espaço urbano;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas tendo as fortificações como objeto;
- Identificar e catalogar o meio biótico existente nas fortificações históricas para servir de base às pesquisas e às intervenções de conservação e restauro;
- Apoiar a implantação de infraestrutura marítima para a consolidação de um circuito mar-terra para as fortificações históricas;
- Incentivar a iniciativa privada para a exploração de linhas regulares de transporte turístico marítimo na Baía da Guanabara;
- Promover o diálogo com instituições do Terceiro Setor que conduzam projetos e atividades relacionadas às fortificações históricas.



5.6. PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO NO SÍTIO

Os planos diretores ou de manejo dos elementos do Sítio Rio Patrimônio Mundial preveem em geral, grande número de projetos e ações que constituem programas inerentes ao órgão de gestão e muitas vezes, pensados inicialmente sem a proposta integradora da interpretação do Sítio como paisagem cultural. Para serem incluídos neste Plano de Gestão, foram selecionados os planos, projetos e ações que se referem intrinsecamente à preservação da paisagem cultural, visando incrementar uma gestão não compartimentada da área inscrita como paisagem cultural. Acredita-se que tais projetos e ações, pensados desde sua concepção, de forma integrada entre os gestores dos diferentes elementos do Sítio, fomentarão conceitos e propostas que resultarão em políticas públicas conjuntas e orquestradas.

Optou-se também por incentivar que as ações desenvolvidas observem sempre as diferentes escalas da paisagem:

- a macro escala da cidade (ex.: as grandes linhas de visuais; os impactos sobre a cidade, etc);
- a meso escala do bairro e do segmento urbano (ex.: as intervenções urbanísticas em bairro; os projetos em parques e grandes áreas, etc);
- a micro escala do local (ex.: a interferência da cor sobre o entorno, as carracteísticas do mobiliário urbano, os impactos sobre a paisagem sonora e olfativa, etc)

E ainda, os atributos de valor universal apresentados no quadro do item 5.1, juntamente com as diretrizes de gestão relacionadas no item 5.5, serviram como critério básico para a seleção dos programas e projetos integrados que constam dos Programas de Intervenção, que foram classificados de acordo com os temas relacionados à conservação e preservação da paisagem cultural, atendendo a todos os setores do Sítio e à Zona de Amortecimento. São eles:

- Programa de Conservação do Patrimônio Cultural (Natural e Cultural);
- Programa de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial;
- Programa de Infraestrutura;

- Programa de Educação Patrimonial;
- Programa de Capacitação;
- Programa de Promoção do Turismo Sustentável;
- Programa Institucional e de Fomento e Financiamento.

5.6.1. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O Programa de Conservação do Patrimônio visa promover atividades de conservação do patrimônio de maneira integrada, sem a tradicional e já obsoleta divisão entre patrimônio natural e cultural. A abordagem a partir da paisagem cultural cria a necessidade de que bens, antes tratados de maneira separada, passem a ser geridos de forma integrada. Assim, entre as principais diretrizes do programa, estão:

- pensar de maneira integrada as ações para aqueles bens que antes eram tratados separadamente como patrimônio natural ou patrimônio cultural;
- promover ações de monitoramento e conservação da paisagem cultural;
- incentivar que todas as ações constituídas sejam pensadas também a partir do foco da paisagem cultural em suas três escalas.

Relacionam-se a seguir, os principais projetos e ações propostos, por componente do Sítio:

A. No Parque Nacional da Tijuca

- **Recuperação da Infra-estrutura operacional e dos monumentos históricos do PNT – Valor Estimado: R$ 850.000,00 (**médio prazo)
  Obras de reforma na sede administrativa do Parque, conhecida como "barracão", mantendo as características atuais e adaptando o interior do imóvel para abrigar o núcleo de operacionalização da UC (fiscalização, monitoramento, voluntariado, transporte, brigada de incêndios). Adaptação das edificações anexas para comportar alojamento, depósitos, vestiários, oficina de manutenção, refeitório e garagem.

- **Recuperação das bicas, fontes, capela e demais monumentos históricos** existentes no PNT, conforme orientação do Iphan. **Valor Estimado: R$ 400.000,00** (longo prazo)

- **Reflorestamento das zonas de recuperação do PNT e das áreas de entorno degradadas – Valor Estimado: R$ 100.000,00**
  O projeto visa a recuperação dos ecossistemas naturais. Trata-se de um projeto onde o objetivo especifico é a recomposição da fisionomia original da floresta, por meio do replantio de espécies nativas e o controle de espécies exóticas. A disseminação de espécies nativas ocorre principalmente por meio da dispersão de sementes, proporcionada pela reintrodução de cutias e o desenvolvimento dessa população no ambiente natural. O controle de espécies exóticas, principalmente a jaqueira, é feito com o mapeamento das áreas de maior concentração desta espécie, onde há dominância no ambiente e retração no desenvolvimento das espécies nativas. Em seguida a retirada gradativa dos indivíduos por meio da metodologia de anelamento.

- **Ações sistemáticas de prevenção a incêndios – Valor Estimado: R$ 100.000,00**
  Ações promovidas durante seis meses do ano, a partir do inicio de período seco, por uma brigada composta de 12 homens contratados para o combate a incêndios causados pela queda de balões ou pelo fogo intencional; é um programa já consagrado dentro da instituição

- **Controle das trilhas do PNT**, por monitoramento via satélite, através de um acordo de cooperação entre o PNT e a PUC Rio, como medida de proteção aos recursos naturais da UC;

- **Estratégias de Controle e Proteção dos Recursos Naturais do PNT – Valor estimado:** obras **R$ 10.000.000,00 +** mão de obra **R$ 2.5000.000,00** (contratado)

Ações de contenção de encostas, recomposição de drenos e recuperação de áreas que sofreram com deslizamentos estão em andamento, contemplados pelo Projeto de Recuperação do PNT, que está sendo executado pela GEORIO e prevê ainda a construção de cinco guaritas, em áreas limites do Parque. A instalação destas guaritas com vigilância 24 horas, vai proporcionar um maior controle das áreas e por consequência prover uma maior proteção à Floresta.

- **Ações permanentes de fiscalização contra invasões nas bordas do Parque**

- **Efetivação da regularização fundiária do PNT – Valor estimado: R$ 5.000.000,00**
  Dentre as estratégias de proteção da UC está a promoção da regularização fundiária, consistindo na remoção dos moradores do interior do Parque e realização da recomposição florestal nas áreas desocupadas. Atualmente existem cerca de 31 residências no interior da UC e o projeto da atual administração objetiva a realização de um cadastramento socioeconômico destes moradores e posterior remoção, por meio da inclusão nos programas habitacionais do município. **(cinco milhões)** (longo prazo)

. **B. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

- **Recuperação da Estufa Mestre Valentim**, edificação histórica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com restauração das obras de arte, atendendo ao objetivo de manter a ambiência paisagística do arboreto conservada;
- **Ampliação da área de visitação pública**, com a integração do cactário à trilha da Mata Atlântica, visando manter a integridade e a conectividade entre as áreas e os diferentes setores do Jardim Botânico;
- **Revegetação da área de Mata Atlântica**, tendo como objetivo salvaguardar as florestas em regeneração nas encostas nos topos de morro e a restauração das áreas de preservação permanente.

C. Nas Fortalezas Históricas

- **Preservação do Patrimônio Cultural das fortificações históricas**, com a restauração das edificações, da armaria, das obras de arte, dos arquivos documentais e cartográficos e de outros elementos que compõem o seu acervo histórico das seguintes fortificações:
  - Forte Duque de Caxias;
  - Forte de Copacabana;
  - Fortaleza de Santa Cruz;
  - Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial;
  - Forte da Laje ;
  - Forte São Luiz.

- **Programa Histórico- Cultural**

  Ações de pesquisa nas áreas do conhecimento que permitam reunir informações sobre as fortificações enquanto espaços culturais e de memória, abordando: suas origens; seu emprego no sistema de defesa da Baía; fatos históricos nos quais tenham tido papel relevante; as razões históricas que determinaram suas construções; os estilos arquitetônicos adotados nessas construções; as alterações sofridas (na forma organização) ao longo da história; as origem dos armamentos, seu calibre, época em que estiveram em funcionamento e as razões da desativação desses armamentos e das próprias fortificações enquanto "bastiões de defesa da Baía de Guanabara". Para tanto, serão desenvolvidas ações nas seguintes áreas:

- **História e arqueologia**: resgatar as razões da existência das fortificações; sua importância estratégica; os marcos históricos de sua evolução; o seu armamento e os fatos histórico que as marcaram; como eram originalmente usados seus edifícios e os espaços nele definidos; como viviam seus ocupantes, como eram seus uniformes, sua higiene, o abastecimento de víveres; quem eram os homens que as construíram; a participação dos indígenas e negros escravos nessas construção; quem as guarneceram; e como era o contato e a relação de suas guarnições com a população que vivia em seu entorno;

- **Museologia**: classificar, conservar e expor o acervo de valor histórico, artístico, cultural e científico existente nas fortificações, com vistas a transmitir conhecimentos e desenvolver ações culturais por intermédio desses acervos por intermédio de mostras e exposições;
- **Arquitetura:** Avaliar e planejar ações que permitam a manutenção do valor histórico das fortificações. Análisar as condições físicas do patrimônio edificado e desenvolver ações de restauração e conservação desse patrimônio, levando em conta as tecnologias a serem empregadas, além de identificar os estilos arquitetônicos em colaboração com o emprego do armamento.

D. No Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e Urca

– **Recuperação e estruturação da trilha do Morro da Urca – Valor estimado: R$ 150.000,00**

A trilha do Morro da Urca possui intensa visitação, o que demanda ações para evitar e corrigir a degradação do ambiente visitado, tais como processos erosivos e danos à vegetação. Igualmente importante é a implantação de sinalização ao longo da trilha para os usuários.

– **Manejo das espécies exóticas, com controle das espécies invasoras – Valor estimado: R$ 800.000,00**

A recuperação da vegetação nativa no MONA deve ser realizada através do plantio de espécies autóctones associada à remoção gradativa de espécies exóticas invasoras, que impedem a regeneração natural ou induzida para o incremento da biodiversidade local.

– **Melhorias dos equipamentos e da sinalização da pista Cláudio Coutinho – Valor estimado: R$ 850.000,00**

A revitalização da Pista Cláudio Coutinho e entorno deverá ser realizada através de intervenções físicas visando oferecer maior segurança e conforto aos usuários e turistas, como também para proporcionar melhorias na gestão do Monumento Natural.. Busca-se desta forma, a valorização do espaço através de intervenções do poder público em consonância com o Plano de Manejo do MONA.

São objetivos específicos deste projeto:

- Recuperar as estruturas físicas destinadas à visitação pública na Pista Cláudio Coutinho;
- Aumentar a segurança do público usuário e dos turistas através da recuperação e implantação de infraestrutura de apoio;
- Recuperar o acesso de serviço entre a praia Vermelha e a Pista Cláudio Coutinho;
- Realizar obras geotécnicas para a contenção de encosta.

– **Disciplinamento da atividade de pesca – Valor estimado: R$ 300.000,00 por ano**

Os freqüentadores do Monumento Natural, em especial os que se destinam a prática da pesca, devem ser orientados quanto as regras de uso da unidade de conservação e as restrições quanto a atividade de pesca. Para tanto, um amplo programa educativo, de controle e monitoramento deve ser implementado para prevenir e coibir atividades danosas.

– **Manejo e monitoramento dos impactos da visitação – Valor estimado: R$ 150.000,00 por ano**

A garantida de uso público qualificado na unidade de conservação pressupõe a realização permanente de monitoramento da visitação e ações corretivas ou de manejo visando salvaguardar os recursos naturais e proporcionar experiência positiva ao visitante. Tais ações devem ser implementadas por equipe multidisciplinar com experiência na gestão de espaços naturais protegidos.

– **Implantação das edificações e demais estruturas de apoio à visitação e à administração da UC – Valor estimado: R$ 250.000,00**

A execução das atividades necessárias ao controle, monitoramento e gestão do MONA demandam a permanência constante de equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC no local, contudo a ausência de estrutura física mínima inviabiliza a manutenção de quadro de funcionários nesta unidade de conservação, como também dificulta a tomada de decisões em ações de emergência, como no caso de ocorrência de incêndios.

Propõe-se a implantação de pequenas estruturas de baixo impacto na paisagem que possam abrigar a equipe de gestão do MONA, em especial o técnico-gestor e a Guarda Municipal do Grupamento de Defesa Ambiental - GDA. Estas estruturas deverão estar localizadas em pontos estratégicos para o controle de acesso.

– **Ordenamento das áreas de estacionamento, do comércio informal, pontos de táxi e ônibus de turismo em área estratégica externa na Praça General Tibúrcio – Valor estimado: recursos provenientes de cada órgão da Prefeitura envolvido no ordenamento.**

O bondinho do Pão de Açúcar é importante atrativo turístico não só do Monumento Natural, como da própria cidade. O ordenamento do acesso a este ponto turístico é fundamental para aumentar a qualificação do turismo na cidade, evitando também o uso desordenado de espaços públicos, como da Praça General Tibúrcio e seu entorno.
Para atingir o ordenamento proposto deverá haver convergência de ações entre diferentes órgãos da Prefeitura, em especial a Secretaria Municipal de Transportes, através da CET-RIO, Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP, Guarda Municipal, Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR, Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, a própria SMAC, dentre outros.

E. No Parque do Flamengo

Restauração dos elementos arquitetônicos e paisagísticos do Parque do Flamengo, incluindo:

- Tratamento fitossanitário da vegetação;
- Plantio de novas mudas a partir do projeto paisagístico original de Burle Marx;
- Manutenção da pavimentação;
- Manutenção de equipamentos;
- Restauração e atualização da iluminação;
- Restauração de monumentos e Chafarizes;

F. Na Orla de Copacabana

Ordemento dos equipamentos urbanos existentes na Orla de Copacabana**:**

- Implantação de novos quiosques. Situação em janeiro de 2014: 46 quiosques implantados, 8 em obras e 10 a implantar.
- Reforma dos Postos de Salvamento. Situação em janeiro de 2014: 3 reformados, 2 a reformar.
- Ordenamento da Feira Noturna de Copacabana. Objetivos: Melhorar a organização da feira para melhorar o fluxo, as instalações e a estética; adequar o número de unidades de acordo com o espaço disponível. Estatus atual: em andamento.
- Ordenamento e requalificação das coberturas dos restaurantes da Avenida Atlântica. Estatus atual: em andamento;
- Mapeamento do Posteamento com intevenções visando otimizar o uso dos postes e melhor sua apresentação.

5.6.2. PROGRAMA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A cidade do Rio de Janeiro possui inúmeras manifestações culturais que denotam, por um lado, a pluralidade cultural presente na formação do Brasil e de outro, a condição *sine qua non* que a cidade abriga como receptáculo inegável dessa riqueza em suas mais variadas vertentes: arte colonial, clássica, popular, contemporânea. Essa diversidade de práticas integra a paisagem cultural da cidade e com ela se relaciona de maneira intrínseca. As práticas culturais associadas à paisagem conferem vitalidade à cidade e corroboram no caráter excepcional da paisagem cultural do Rio de Janeiro.

No que diz respeito ao Patrimônio Imaterial, a cidade abriga dentre os Patrimônios Culturais Imateriais – PCIs, já reconhecidos como patrimônio ao nível federal no Brasil, a "Capoeira" ("Ofício de Mestres de Capoeira" e "Roda de Capoeira"), "Matrizes do Samba do Rio de Janeiro - samba de terreiro, samba de partido alto e samba enredo", o "Jongo/Caxambu no Sudeste" e o "Ofício das Baianas de

Acarajé". No tocante a esses bens culturais, ações de apoio aos grupos tradicionais são desenvolvidas com a participação efetiva dos detentores, definindo prioridades, garantindo a visibilidade e a valorização de seus saberes tradicionais, o que denominamos Ações de Salvaguarda.

Para além, manifestações culturais que ainda reivindicam reconhecimento oficial pululam e apontam a vivacidade da cidade no que diz respeito ao amplo cenário cultural, tais como, as Folias de Reis do Rio de Janeiro, a Feira Nordestina no Pavilhão de São Cristóvão, a Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega - SAARA, as Religiões de Matriz Africana – Candomblé e Umbanda; o Choro: expressão musical brasileira, os Blocos Tradicionais de Rua, algumas já inventariadas e assim, salvaguardadas como a Festa da Nossa Senhora da Conceição do Morro da Conceição, além de questões quilombolas como a Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, localizada na região portuária do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro também tem se beneficiado de inúmeros projetos de apoio aos grupos tradicionais, seja através do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, edital anualmente publicado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN que garante apoios aos grupos tradicionais e suas ações, como é o caso do Centro Cultural Cartola – Centro de Referência das Matrizes do Samba Carioca e do Grupo Capoeira Cidadã, ambos com sede nesse município, seja através de ações específicas da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. O reconhecimento da presença africana na cidade, citado acima, se traduz na força criativa das comunidades tradicionais de matriz africana que se espraiam por toda aurbe, envolvendo-a numa rede encantadora de cores e sons. Dessa forma, os avanços na área do Patrimônio Imaterial apontam para o reconhecimento de que a Cidade é plural, transcultural, mas marcada por manifestações que expressam aspectos particulares da diversidade sociocultural brasileira. Tais práticas, embora imateriais, estão ancoradas em territórios próprios e definem parte da característica da paisagem cultural carioca. Nesse sentido, a proteção a essas práticas necessita ser pensada em relação à proteção da paisagem cultural como um todo complexo e dinâmico.

Além dessas ações de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial carioca, destaca-se o prêmio dado pelo Comitê Científico da Rota do Escravo – Unesco, colocando uma placa no Cais do Valongo, no que se denominou "Diáspora Africana", destacando aquele local como um dos principais pontos de chegada de africanos escravizados no mundo.

O Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN trabalha no Estado do Rio de Janeiro com os seguintes objetivos:

- identificar, registrar e salvaguardar o patrimônio cultural de natureza imaterial contribuindo com o processo de valorização da diversidade cultural carioca e a valorização desse patrimônio;
- garantir a inclusão dos detentores dos saberes tradicionais, na elaboração e execução das ações de salvaguarda definidas no debate da criação de políticas públicas de valorização dos bens culturais no Estado do Rio

Sua integração ao Plano de Manejo do Sítio Rio Patrimônio Mundial através do Programa de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial tem como principais diretrizes:

- promover a identificação de maneira democrática do patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro;
- identificar as relações entre o patrimônio imaterial e a paisagem cultural carioca;
- incentivar a aproximação entre o poder público e os praticantes e responsáveis pelo patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro.

As ações daí decorrentes visam a construção de uma noção de patrimônio integrada e não estanque e principalmente, construída com o praticante de maneira democrática e que possa servir como um instrumento da prática da cidadania.

5.6.3. PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA

O Programa de Infra-estrutura tem como metas:

- incentivar ações que garantam a infra-estrutura para acesso e usofruto da paisagem cultural carioca;
- permitir a modernização da rede de saneamento, fornecimento de água e energia no Sítio Rio Patrimônio Mundial e seu entorno;

- promover a compatibilização entre a implantação de infraestrutura necessária à cidade e as exigências para conservação e proteção da paisagem cultural carioca.

Entre seus projetos e ações propostos, destacam-se:

A. No Parque Nacional da Tijuca

- Efetivação da regularização fundiária do PNT com os moradores cadastrados em processo de negociação para remanejamento;
- Melhorias com adequação das infraestruturas viária e de saneamento do PNT às necessidades e objetivos da UC.

B. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro

- Modernização das redes de infraestrutura elétrica do JBRJ, com a transformação das redes aéreas em subterrâneas;
- Modernização das redes de saneamento do JBRJ, com a renovação das ligações sanitárias das edificações existentes com as redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Ação permanente de remoção da população invasora do território do JBRJ,para fins de regularizaç
- dentro da estratégia definida com os demais entes gestores, numa perspectiva temporal, a curto, médio e longo prazo.

5.6.4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Há uma grande quantidade de atividades de educação patrimonial projetadas ou em ação, promovidas pelos diferentes agentes responsáveis pelos elementos que compõem a paisagem cultural carioca inscrita na Lista de Patrimônio Mundial. Destacamos alguns dos projetos e ações desenvolvidos na área de educação patrimonial pelos gestores do Sítio Rio Patrimônio Mundial:

- ✓ **Programas Educacionais no Parque Nacional da Tijuca**

Entre eles, destacam-se:

- Programa de Educação e Integração (Educadores Ambientais), que consiste em trabalho com educadores ambientais visando aumentar o alcance do parque na comunidade local através de visitas guiadas e recreação infantil;
- Projeto de Educação e Integração do Parque (parte do Projeto do Cristo Redentor), cujo objetivo é conscientizar a população do entorno do Parque para a importância de preservar o patrimônio cultural, histórico e ambiental do PNT; inclui um coordenador e cinco professores trabalhando nas 11 escolas locais no entorno do Parque em conjunto com o Núcleo de Educação Ambiental, ministrando oficinas com atividades divertidas e visitas guiadas.

- ✓ **Serviço de Educação Ambiental no Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

A Educação Ambiental é um processo permanente, a partir do qual as pessoas aumentam a consciência sobre seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que as torna aptas a agir - individual e coletivamente e a resolver problemas ambientais.O Serviço de Educação Ambiental do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em julho de 1992, está situado na casa de Pacheco Leão e conta com uma equipe multidisciplinar, tendo por missão promover reflexões sobre a temática ambiental e estimular mudanças de atitudes, visando a conservação da biodiversidade; para alcançar seus objetivos; o SEA capacita professores e recebe grupos diversificados para aplicar roteiros especialmente desenvolvidos no interior do arboreto. Suas ações estão organizadas nas seguintes linhas: Divulgação Científica, Formação em Educação Ambiental, Educação para Gestão Ambiental, Extensão e Pesquisa em Educação Ambiental

- ✓ **Programa de Educação Patrimonial nas Fortificações Históricas**

O programa de educação patrimonial nas fortificações tem como objetivo estabelecer o diálogo entre os agentes sociais, tendo as fortificações como elemento de intersecção na construção de um conhecimento conjunto que reúna história e memória, preservação do patrimônio e do meio ambiente e divulgação de saberes e fazeres, por meio das seguintes ações:

- Difusão de informações histórico-culturais científicas sobre as fortificações, visando criar uma referência para a construção da identidade nacional por intermédio da leitura interpretativa de sua história; arquitetura; exposições do seu acervo, que divulguem os valores que as consagraram como patrimônio cultural; e por visitas guiadas, não só para atendimento aos turistas, como também à população local, em especial às crianças e jovens em idade escolar;
- Práticas de atividades de preservação ambiental nas áreas de mata do entorno das fortificações a fim de reduzir qualquer impacto ambiental da atividade turística sobre as mesmas;
- Qualificação de pessoal para visitas guiadas e de atividades ecológicas, de caráter científico ou não, planejadas de forma a consolidar valores culturais e de preservação ambiental;
- Promoção do diálogo com instituições do Terceiro Setor visando à condução de projetos e atividades relacionadas à preservação do patrimônio edificado e do seu entorno.

✓ **Comitê de Educação da Candidatura do Rio de Janeiro da Patrimônio Mundial**

Durante a candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial foi criado o Comitê de Educação, com a participação dos seguintes órgãos e instituições:

- IPHAN, Superintendência do Estado do Rio de Janeiro;
- Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de suas Secretarias de Cultura e de Educação;
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, também através de suas Secretarias de Cultura e de Educação;
- Unesco, Rio de Janeiro e
- Fundação Roberto Marinho.

O trabalho então iniciado, tinha como objetivo geral, promover ações educativas sobre a temática do Patrimônio Cultural e Mundial a serem trabalhadas na Rede de Ensino Básico do Rio de Janeiro. Estas ações apresentam aos estudantes o processo social

que envolve o conhecimento e o reconhecimento dos patrimônios com bens coletivos, sejam locais, regionais, nacionais ou mundiais.

Como objetivos específicos, incluíam-se:

- potencializar as referências culturais como formadoras da nossa identidade;
- compreender as interrelações entre natureza e cultura que fundamentam o conceito de Paisagem Cultural;
- promover enfoques multidisciplinares que serão abordados nas ações educativas;conhecer as experiências de outras cidades que fazem parte da rede de Patrimônios Mundiais.

✓ **Projeto de extensão Rio Patrimônio: Sentidos da Paisagem Carioca**

O Projeto visa construir estratégias de educação patrimonial que incorporem a discussão da paisagem carioca como patrimônio, além de um mini curso para professores do ensino médio e fundamental. Trabalhando com fotografias tiradas pelos próprios alunos e usando uma plataforma na internet acessível a todos, um dos objetivos do projeto é construir uma rede de imagens sobre a paisagem carioca e fornecer instrumentos para a discussão da cidadania, a partir da identificação por parte dos alunos das necessidades de proteção e de intervenção na paisagem. O projeto é pensado como instrumento para ser construído e utilizado nas escolas por professores e alunos, explorando a interface entre paisagem, patrimônio e cidadania, a partir do debate sobre a paisagem carioca.

A ação tem então o objetivo de construir junto a um grupo de professores de ensino fundamental e médio um instrumento de diálogo, através do uso de imagens captadas pelos próprios alunos e transformadas em ferramentas didáticas em permanente transformação, alimentadas por alunos e professores oriundos de diferentes contextos geográficos da cidade do Rio de Janeiro. Assim, propõem-se um minicurso com os professores interessados, entendido como ponto inicial para construção de diálogo e treinamento das ações que poderão ser realizadas por eles em sala de aula de acordo com o segmento em que atuam e seu respectivo currículo.

Trata-se de uma proposta de ação desenvolvida pelo Geoppol – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território – do Departamento de Geografia da UFRJ através do Projeto de Extensão: *Rio Patrimônio – sentidos da Paisagem Carioca*, aprovado no edital PROEXT do MEC e com parceria do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito da sua Superintendência no Rio de Janeiro e do Comitê Gestor da Paisagem Cultural.

- **O Programa de Educação Patrimonial proposto no Plano de Gestão**

Ao Programa cabe:

- promover a integração entre essas diferentes ações;
- permitir que todas as escalas da paisagem sejam contempladas nas ações de educação patrimonial;Identificar as áreas e temas com maior necessidade de ações de educação;
- identificar as áreas e temas com maior necessidade de ações de educação;
- construir canais que possam dar visibilidade aos diferentes valores e sentidos atribuídos pela população à paisagem carioca e ao mesmo tempo dar possibilidade para que esses valores e sentidos possam ser reconhecidos e incorporados pelos demais programas na construção de suas ações;
- promover a integração das diferentes comunidades com a paisagem carioca e com as instituições gestoras.

5.6.5. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Diversos projetos e ações de capacitação são realizados atualmente por alguns dos gestores do Sítio Rio Patrimônio Mundial. Destacam-se:

- ✓ **Centro de Formação e Gestão em Patrimônio**

Um acordo foi estabelecido entre o IPHAN e UNESCO em 2010 para a criação de um Centro de Categoria II do Centro do Patrimônio Mundial para a formação e gestão em Patrimônio. Com isso foi criado o Centro Lúcio Costa – CLC – no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, que tem como área prioritária de atuação os países da América do Sul, os países integrantes do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e Timor Leste. O CLC tem como metas a ampliação da capacidade de gestão do patrimônio e a ampliação da cooperação regional entre os países integrantes. Em 2013 uma proposta de trabalho envolvendo os países integrantes do PALOP e o Fundo do Patrimônio Mundial Africano já foi elaborada e encontra-se em fase de aprovação.

- ✓ **Programas de Capacitação do Parque Nacional da Tijuca**

O PNT vem desenvolvendo cursos de capacitação para pessoal de apoio à gestão:

- o curso de capacitação de guias e monitores prepara-os com relação às normas do Parque e aos padrões de conduta internacionais e locais a serem seguidos;
- o Projeto Anfitriões do Cosme Velho, que corresponde à capacitação para a prática de atividade profissional auto-sustentável de jovens das comunidades do entorno, promove a conscientização ambiental e informa-os sobre as normas do Parque, zoneamento e conteúdo ambiental, como mecanismo de integração da UC com as comunidades e instituições estabelecidas.

- ✓ **Programa de Formação Profissional e Educação Ambiental no Jardim Botânico**

O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem funcionários qualificados e tem investido nos seus pesquisadores através de bolsas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior, em diferentes áreas de conhecimento. Em 2002, quando foi realizado seu último concurso público, aumentou o número de pesquisadores qualificados empregados, como também o número de áreas pesquisadas, além de contar com diversos bolsistas.

O programa de educação ambiental do Instituto é ambientado para os funcionários, inclusive os menos qualificados, capacitando-os com o conhecimento necessário para cumprir adequadamente suas tarefas no arboreto, nas demais áreas de visitação e para o atendimento ao público.

Outra capacitação importante é oferecida pelo Centro de Responsabilidade Socioambiental do Jardim Botânico, contemplando jovens de comunidades próximas e preparando-os para atividades de jardinagem, apoio administrativo, inglês e informática.

- ✓ **Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Botânica Tropical**

Reconhecido pelo MEC/CAPES (com conceito 5), o Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Botânica Tropical tem como objetivo principal formar pessoal para compor quadros em órgãos públicos e privados, voltados para o ensino, pesquisa e políticas públicas, com vistas ao conhecimento e conservação da diversidade vegetal. Alcançar tal objetivo exige atuação em diferentes áreas de conhecimento e abordagens integradoras e inovadoras aliadas à capacidade de propor metodologias e implementar processos efetivos para a conservação da biodiversidade brasileira.

O corpo docente é composto por doutores dedicados à pesquisa, ao ensino de pós-graduação e à orientação de jovens cientistas. O quadro atual é de 22 docentes, formados principalmente por pesquisadores do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. As áreas de concentração do Programa estão voltadas para o conhecimento da Diversidade Vegetal e Ecologia de Ecossistemas Neotropicais.

- **O Programa de Capacitação do Plano de Gestão**

Entre as principais atribuições do Programa de Capacitação estão:

- promover a integração entre esses diferentes projetos e ações, tornando-os alcançáveis a todos os componentes do Sítio;

- gerar mecanismo que possam capacitar técnicos e gestores para, ao mesmo tempo, atuar segundo as necessidades específicas da unidade à qual está relacionado e também segundo as necessidades gerais do Sítio;
- promover ações de capacitação sobre a noção de paisagem cultural e os desafios para a sua gestão;
- promover a troca de informações e atividades entre os profissionais que atuam nas diferentes unidades que compõem a paisagem cultural carioca.

5.6.6. PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Os projetos de promoção do turismo têm como meta, além da qualificação de atividades de uso público, a sustentabilidade econômica do bem ao qual se destinam.

São diretrizes básicas deste programa:

- desenvolver atividades integradas de visitação da paisagem carioca, permitindo ao turista compreender os valores reconhecidos e protegidos;
- promover o empoderamento da população local com relação aos recursos gerados pelo turismo de maneira sustentável.

Entre as ações propostas ou em execução, destacam-se:

A. No Parque Nacional da Tijuca

- modernização do Centro de Visitantes da Floresta, de forma compatível com o padrão internacional de turismo e com as diretrizes do Plano de Manejo do PNT;
- revitalização do acesso ao Corcovado no PNT, com reforma nas áreas de acesso aos elevadores, embarque e desembarque rodoviário e ferroviário, cafés e lojas. Modernização dos trens para aumento da capacidade de transporte de visitantes.

.

B. Nas Fortificações Históricas:

- implantação da infraestrutura turística necessária à inclusão das principais fortificações e espaços culturais da Baía de Guanabara nos roteiros turísticos do Rio de Janeiro;
- Projeto Roteiro dos Fortes, correspondendo à criação de um elenco de alternativas de circuitos de visitação turística em fortes e fortalezas da Baía de Guanabara, dentro de parâmetros atuais de sustentabilidade e de preservação da memória social e cultural

C. Promoção da Marca Rio Patrimônio, por meio de**:**

- concurso de cartaz com o tema "áreas do sítimo Patirmônio Mundial da Unesco", por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Rio Patrimonio da Humanidade.
- elaboração de aplicativo para *smartphones* para auxiliar os turistas que visitarem a cidade a levar e levar ao conhecimento da sociedade elementos que compõem os sítios através de textos, imagens, som e mapas.

5.6.7. PROGRAMA INSTITUCIONAL E DE FOMENTO E FINANCIAMENTO

Entre as metas do Programa Institucional e de Fomento e Financiamento estão:

- construção de estratégias que possam viabilizar a discussão e consenso entre as diferentes instituições envolvidas na gestão do sítio;
- promoção de debates e encontros entre os diferentes agentes que fazem parte do Plano de Gestão;
- aumento da circulação de informação sobre as ações planejadas e implementadas entre os atores da gestão em diferentes instituições;
- elaboração de relatórios e planilhas sobre as ações realizadas, seus gastos e impactos sobre o sítio;
- criação de um Fundo para gerir a receita para investimentos de conservação na área Patrimônio Mundial e sua Zona de Amortecimento;
- discusão pública sobre o uso e a aplicação dos recursos auferidos pelo Fundo;

- discussão sobre os mecanismos de captação de receita e editais para serem aplicados no Sítio e Zona de Amortecimento.

Entre as ações do Programa já iniciadas, destaca-se a elaboração da minuta e abertura de processo para regulamentar do Fundo de Conservação do Patrimônio Cultural.

O Decreto nº 35.879 de 05.07.2012, que criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, definiu que o Fundo Muicipal de Conservação do Patrimônio Cultural, previsto no Plano Diretor do Rio de Janeiro, será regido pelo IRPH com o objetivo de proporcionar recursos ao planejamento e à execução dos programas e projetos relativos à política de Patrimônio Cultural da Cidade. Estabelece que este Fundo será constituído, dentre outras receitas, com dotação orçamentária própria e previsão de contrapartidas de eventos realizados na área do Sítio recohecido pela Unesco.

6. PLANO PARA MONITORAMENTO DO SÍTIO

Atualmente, cada ente gestor tem seu próprio sistema de gestão sobre o(s) bem(ns) pelo(s) qual(is) é responsável, respondendo independentemente por seu estado de conservação e monitoramento.

A título de exemplo, os fortes históricos da Baia de Guanabara e seus respectivos espaços culturais que estão incluídos no Sítio Rio Patrimônio Mundial têm sua gestão sob a responsabilidade do Exército Brasileiro. O trabalho desenvolvido pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural vem sendo conduzido, segundo depoimentos, no sentido de incrementar a visitação turística, gerar democratização de acesso, ampliar a realização de ações educativas, gerar condições de autossustentabilidade, contribuir no desenvolvimento de conscientização ambiental e garantir a função social desse patrimônio, integrando-os à dinâmica cotidiana da cidade do Rio de Janeiro. Esse trabalho vem recebendo o apoio do IPHAN, dos órgãos congêneres das esferas estaduais e municipais, de instituições de pesquisa e organizações do Terceiro Setor, bem como o reconhecimento da população do Rio de Janeiro e da sociedade. Com a nomeação do Sítio Rio Paisagem Cultural como Patrimônio Mundial, tal esforço compartilhado resultará no incremento de investimentos para a execução dos projetos do Plano de Revitalização e Uso Turístico-Cultural dos Fortes Históricos da Baía da Guanabara, na ampliação do interesse turístico-cultural pelos espaços e na consequente intensificação dos benefícios socioculturais que tais bens já produzem.

No Parque Nacional da Tijuca, as ações de planejamento e monitoramento para o Parque e seu entorno foram agrupadas por programas temáticos conforme diretrizes nacionais do ICMBio. As ações e/ou projetos são tratados dentro de programas temáticos de proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, educação ambiental, visitação e operacionalização. O planejamento é definido para um período de cinco anos; no caso do PNT, o cronograma estabelecido vem sendo cumprido, apresentando depois de quatro anos de existência, cerca de 49%.das ações executadas em sua totalidade ou parcialmente.

6.1. SISTEMA DE MONITORAMENTO

Os programas, projetos e ações incluídos no Plano de Gestão do Sítio, visando a gestão compartilhada entre seus elementos e respectivos agentes, terão sua implantação e execução monitorada por um sistema geo-referenciado, que englobará todos os dados dos elementos do Sítio e da Zona de Amortecimento.
O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), órgão vinculado à prefeitura da cidade, assume as atividades de produção cartográfica e de estatísticas do Rio de Janeiro e um centro de referência de dados e conhecimento sobre o Rio de Janeiro, utilizado para a formulação e acompanhamento de políticas públicas, municipais ou não. O Insituto, através de seu portal na internet oferece o *Armazem de Dados*, criado em 2001. Ao todo, o Armazem oferece ao usuário 17 aplicativos de acesso livre, 157 mapas, 1074 tabelas e 285 estudos e análises. As informações são reunidadas e atualizadas a partir de diferentes fontes como as secretarias estaduais e municipais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas, a ONU – Organizações das Nações Unidas, além da publicação de trabalhos de estudantes, universitários e pesquisadores. Depois de trabalhadas, as informações são disponibilizadas no portal: **http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/**

O Instituto oferece também o *Portal Geo* (**http://portalgeo.rio.rj.gov.br/)** que fornece informações sobre o acervo cartográfico e as bases para o Geoprocessamento da cidade. Já estão disponíveis os aplicativos:

- Morei: de simples operação, que reúne as informações do censo 2000 do IBGE;
- Bairros Cariocas: apresenta um panoramo de dados sobre a cidade, seus 160 bairros e as 33 regiões administrativas. Permite uma visão geral dos seguintes temas: Território e Meio Ambiente; População, Domicílos, Saúde, Educação; Imóveis, Ocupação e Renda e tributos;
- CadLog: Aplicativo sig-web que permite identificar endereços e alguns equipamentos urbanos da cidade;
- Mosaico de Ortofotos;
- Áreas de Proteção Ambiental (SMAC)

Já estão disponíveis também mapas temáticos na escala 1:275.000 (JPG, A4), mapa do Rio de Janeiro por regiões na escala 1:50.000 (JPG, A4), mapas da cidade no formato de Áreas de Planejamwnto (JPG), plantas na escala 1:10.000 (WMF, A1), plantas na escala 1:10.000 no formato das Regiões Administrativas e Áreas de Planejamento (WMF), mapa de uso do solo na escala 1:200.000 (JPG).

Desde 1991 o IPP reúne e trata infromações sobre território, meio ambiente, população, economia, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, turismo, infraestrutura, uso do solo, transporte e habitação, compreendendo a cidade como um tudo, suas Regiões Administrativas e seus bairros.
Todas essas informações podem prover uma visão geral da cidade e específica de características dos elementos que compõem o Sitio Patrimônio Mundial, de sua Zona de Amortecimento e sua evolução ao longo do tempo. Eles devem ser reunidos aos indicadores para o Monitoramento que relacionamos abaixo para fornecer um monitoramento integral e contextualizado à cidade.

No momento atual também está em implantação um sistema de câmeras específicas e base de dados georefenciada para monitorar a área do Sítio Patrimônio Mundial, segundo o Art. 4 do Decreto Nº 35.879 de 05 de Julho de 2012. Entre as ações implementadas pelo IRPH nesse âmbito encontram-se:

- sugestão dos locais a serem implantadas as câmeras;
- definição da função das câmeras;
- localização das câmeras;
- identificação do profissional (orgão) para o monitoramento das câmeras;
- definição da metodologia de fluxo de informações até o IRPH e deste para os orgãos competentes;
- elaboração de relatórios periódicos;
- desenvolvimento de termo de referência para elaboração e implantação do sistema SIUNE de dados (sistema de monitoramento do Sitio da Unesco onde cada órgão vai ter um acesso e responsabilidade de inserir dados a respeito do Sitio e atualizar informações gerais).

6.2. INDICADORES PARA MONITORAMENTO

Serão utilizados no monitoramento, entre outros, os indicadores que serviram de base para a estruturação do Marco Lógico do Sítio durante a candidatura, assim como dados disponibilizados pelos agentes de gestão do Sítio.

6.2.1. Indicadores Gerais

Alguns destes indicadores são genéricos, podendo ser empregados para qualquer elemento que compõe o Sítio. Destacam-se entre eles:

- Paisagens culturais bem conservadas e/ou recuperadas, utilizadas com atividades ambientais, culturais, sociais e comerciais, identificadas com sinalização indicativa do seu significado histórico-cultural-ambiental para garantir o pleno conhecimento da população e dos visitantes;
- Serviços de atendimento ao público em todos os locais de visitação integrantes do Sítio Rio Paisagem Cultural, compatíveis com o padrão internacional de turismo;
- Infra-estruturas existentes nos setores integrantes do Sítio adequadas à demanda e objetivos de cada área;
- Administração das áreas fortalecida e com linhas de ação priorizadas, para possibilitar melhor desempenho de suas funções;
- Sistema de ordenamento da visitação e controle da receita de todos os setores integrantes do Sítio, estruturado;
- Bens patrimoniais integrantes do Sítio, reconhecidos e promovidos em seus valores naturais, históricos e culturais no nível local, regional, nacional e internacional;
- Intervenções de conservação do patrimônio realizadas em todas as áreas protegidas do Sítio;
- Estratégias de controle e proteção aos recursos naturais destes bens, estabelecidas;
- Ações sistemáticas de controle e prevenção a incêndios, promovidas em todas as Unidades de Conservação;
- Áreas de uso público redimensionadas, considerando a viabilidade técnica e operacional em cada área protegida e sua capacidade de suporte de carga;
- Mecanismos de integração das Unidades de Conservação constantes do Sítio com a comunidade do entorno e instituições estabelecidas, garantidos;
- Nas Unidades de Conservação: gestão ambiental, conservação, manutenção, recuperação, direção e controle ambiental adequados, para o seu funcionamento eficaz e o desfrute da população.

6.2.2. Indicadores específicos

Entre os indicadores específicos por elemento do Sítio, destacam-se os ambientais, os institucionais e os econômico-sociais:

- **Indicadores Ambientais**

– No Parque Nacional da Tijuca, ações gerenciais nas áreas de proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, visitação e educação ambiental, implementadas de acordo com o Plano de Manejo do Parque.

– No jardim Botânico do Rio de Janeiro:
  - arboreto conservado, incluindo monumentos e obras de arte, permitindo a sua visitação pelo maior número de pessoas, dentro de sua capacidade de carga;
  - valorização da visitação pública e das atividades de educação ambiental;
  - unidades de ensino e pesquisa integradas com as demais atividades que ai se desenvolvem;
  - questão fundiária associada às moradias irregulares no interior da área, encaminhada com perspectiva de equacionamento a médio prazo.

– Nas fortificações e espaços culturais do Exército na Baia de Guanabara:
  - restauração do patrimônio histórico e cultural, realizada;
  - melhores condições proporcionadas à visitação pública;
  - uso público garantido e sustentabilidade consistente, permitindo a realização de atividades culturais e sua manutenção orgânica;
  - pesquisas histórico-culturais realizadas
  - inclusão nos roteiros turísticos do Rio de Janeiro, garantida;
  - atividades de educção ambiental, com difusão de informações científicas e prestação de serviços comunitários, realizadas.

– Na orla de Copacabana:
  - elementos constantes do plano original de Burle Marx, recuperados com técnicas de conservação compatíveis com a qualidade internacional de seu desenho;
  - espaços públicos e equipamentos urbanos, reordenados de forma a não bloquear e descaracterizar os elementos tombados;

  - postos de salvamentoe quiosques modernizados.
- No Monumento Natural do Pão de Açúcar:
  - ecossistema de Mata Atlântica e seu patrimônio paisagístico conservado, protegido e recuperado;
  - espaços verdes garantidos e livres para a promoção do lazer de forma sustentável, garantindo a proteção dos bens naturais da UC.

- **Indicadores Institucionais**
- Comitê Gestor em funcionamento após janeiro de 2012, com a participação dos três níveis de governo, os gestores atuais das áreas inseridas no Sítio e a iniciativa privada, produzindo o Plano de Gestão;
- Plano de Gestão concluído em 2014;
- Competências e atribuições institucionais estabelecidas nos processos de cooperação técnica da gestão compartilhada;
- Plano Diretor do Parque do Flamengo elaborado com a participação dos entes gestores;
- Plano de Manejo do Monumento Natural do Pão de Açúcar concluído e implementado;
- Plano de Recuperação e Revitalização da Orla da Praia de Copacabana elaborado;
- Plano de Revitalização e Uso Turístico-Cultural dos Fortes Históricos da Baía da Guanabara detalhado;
- Projetos de restauração dos elementos arquitetônicos e paisagísticos do Parque do Flamengo elaborados;
- Situação fundiária do Parque Nacional da Tijuca e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em processo de regularização;
- Fundo de Gestão do Patrimônio Mundial. superavitário após cinco anos de sua criação, com repasse de recursos efetivos (doações, repasses de recursos públicos, receitas provenientes de aplicações financeiras, etc);

- **Indicadores econômico- sociais**
- Grau de conhecimento e atitude positiva da população frente ao Patrimônio Mundial;
- Incremento do fluxo de visitantes nos elementos do Sítio, tomando-se como referência a data de inscrição do Sítio na Lista do Patrimônio Mundial;

- Envolvimento das comunidades de entorno com os bens protegidos, através de parcerias estabelecidas entre a comunidade, gestores públicos e empresas;
- Auto sustentabilidade econômica e qualificação das atividades nas Unidades de Conservaçãoincluidas no Sítio.

6.2.3. Fatores de verificação

O monitoramento será realizado com base nos seguintes documentos:

- Relatório de Progresso anual de conservação e de ações de educação e promoção elaborado pelo Comitê Gestor e previsto no Plano de Gestão, baseado em registros fotográficos sequenciais;
- Listas de visitação aos centros de visitantes ou museus existentes na área inscrita;
- Instrumentos firmados de parcerias privadas;
- Balanços, balancetes e saldos do Fundo de Gestão do Patrimônio Mundial entregues.

6.3. AGENTES ENVOLVIDOS NO MONITORAMENTO

Os nomes e contatos das agencias responsáveis para o monitoramento são:

6.3.1. COMPONENTES PARTE 1, 2 E 3

- **PARQUE NACIONAL DA TIJUCA**

A gestão do PNT tem um escritório especial responsável pela gestão, localizado dentro do parque. É vinculado ao Ministério do Meio Ambiente /Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, nos seguintes endereços:

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Bloco C, 1o Subsolo, Setor Sudoeste, CEP 70.670-350, Brasília-DF
Tel.: (61) 3341-9280 e 3341-9294
website: www.icmbio.gov.br
Presidente: Roberto Ricardo Vizentin

DIREÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

Estrada da Cascatinha 850, Alto da Boa Vista Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20531-590
Telefones (55-21)2492-2252, 2492-2253 e 2401-1700
website: www.sapnt.org.br
Diretor: Ernesto Vieviros de Castro

O Parque, como também o Jardim Botânico, estão sob a proteção legal do IPHAN, e o escritório responsável pelo monitoramento é a chefia do IPHAN do Rio de Janeiro, localizado no endereço:

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN DO RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco n° 46, Centro Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20090-002 Telefones: (55 -21) 22030-3113 Fax (55-21) 2516-1075
website: www.iphan.gov.br
superintendente regional: Ivo de Matos Barreto Junior

O monitoramento de alguns aspectos é compartilhado com a Prefeitura do Rio de Janeiro – Secretaria do Meio Ambiente; é realizado pela patrulha ambiental, incluindo controle de incêndios florestais, poluição do ar, tráfico ilegal de fauna e flora, caça de animais silvestres, poluição da água, poluição da terra, retirada de vegetação, retirada de minerais, aterros irregulares, invasões irregulares de áreas de conservação e margens de amortecimento; entre outros. Os endereços da Prefeitura e a Secretaria do Meio Ambiente são:

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO
Rua Afonso Cavalcanti 455/13° andar, Cidade Nova Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20211-110 Telefones (55-21) 2273-3897/ 25032812 Fax: (55-21) 2273-9977
website: www.rio.rj.gov.br
Prefeito: Eduardo Paes

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Rua Afonso Cavalcanti 455/12° andar, Cidade Nova Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20211-110 Telefones (55-21) 2976-3183
website: www.rio.rj.gov.br/smac
Secretario: Carlos Alberto Muniz

- **JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO**

O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem sua estrutura administrativa subordinada ao Ministério do Meio Ambiente. Realiza a gestão das atividades do Jardim Botânico, contando com a supervisão da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro:

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN DO RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco n° 46, Centro
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20090-002
Telefones: (55 -21)22030-3113 Fax (55-21) 2516-1075
Site www.iphan.gov.br
Superintendente regional: Ivo de Matos Barreto Junior

INSTITUTO DE PESQUISAS DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO
Rua Jardim Botânico 1008, Jardim Botânico
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 22460-030
Telefones (55-21) 38741200 Fax (55-021-21) 38741201

Site www.jbrj.gov.br
Presidente: Samyra Crespo

6.3.2. COMPONENTE PARTE 4

- **PARQUE DE FLAMENGO**

O Parque de Flamengo está sob a gestão/monitoramento da Prefeitura – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade / Secretaria Municipal do Meio Ambiente / Fundação de Parques e Jardins .

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
Rua Gago Coutinho, 52/3º andar, Laranjeiras.
Rio de Janeiro/RJ - Brasil – CEP: 22221-070
Telefones Tel.: (55 21) 29766611 / 29766626
Site www.rio.rj.gov.br/web/irph
Presidente: Washington Fajardo

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SMAC
Rua Afonso Cavalcanti 455/12° andar, Cidade Nova
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20211-110
Telefones (55-21) 2976-3183 Site www.rio.rj.gov.br/smac
Secretário: Carlos Alberto Muniz

FUNDAÇÃO DE PARQUES E JARDINS
Rua República do Líbano, no 54, Campo de Santana, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil – CEP: 20211-110
Tel: (55-21) 2223-3228
website: www.rio.rj.gov.br/fpj/
Diretor: Mauro Alonso Duarte

O Parque de Flamengo, o Pão de Açúcar e as Fortalezas Históricas estão sob a proteção do IPHAN: o escritório responsável pelo monitoramento é a Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, localizado no endereço:
Avenida Rio Branco n° 46, Centro
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20090-002
Telefones: (55 -21) 22030-3113 Fax (55-21) 2516-1075
website: www.iphan.gov.br
Superintendente regional: Ivo de Matos Barreto Junior

- **ORLA DE COPACABANA**

A Orla de Copacabana está sob a gestão do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade e monitoramento da Prefeitura – Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMAC. O calçadão desenhado por Burle Marx está sob proteção municipal e estadual, com monitoramento do IRPH e do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural e Artístico – INEPAC:

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
Rua Gago Coutinho, 52/3º andar, Laranjeiras.
Rio de Janeiro/RJ - Brasil – CEP: 22221-070
Telefones Tel.: (55 21) 29766611 / 29766626
Site www.rio.rj.gov.br/web/irph
Presidente: Washington Fajardo

INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL – INEPAC
Rua da Ajuda nº 05, 13º andar, Centro,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP: 20.031-145
Tel: (55-21) 23331389
Diretor: Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMAC
Rua Afonso Cavalcanti 455/12° andar, Cidade Nova
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20211-110
Telefones (55-21) 2976-3183 S
ite www.rio.rj.gov.br/smac
Secretário: Carlos Alberto Muniz

- **MONUMENTO NATURAL DOS MORROS DO PÃO DE AÇÚCAR E URCA**

O Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca está sob gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, localizados nos endereços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMAC
Rua Afonso Cavalcanti 455/12° andar, Cidade Nova
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20211-110
Telefones (55-21) 2976-3183
Site http://www.rio.rj.gov.br/web/smac
Secretário: Carlos Alberto Muniz

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN DO RIO DE JANEIRO:
Avenida Rio Branco n° 46, Centro
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20090-002
Telefones: (55 -21)22030-3113 Fax (55-21) 2516-1075
Site www.iphan.gov.br
Superintendente regional: Ivo de Matos Barreto Junior

- **FORTALEZAS HISTÓRICAS DE NITERÓI E RIO DE JANEIRO**

As fortalezas históricas estão sob a proteção legal do IPHAN; o escritório responsável pelo monitoramento é a Superintendência

do IPHAN do Rio de Janeiro, localizado no endereço:

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN DO RIO DE JANEIRO:
Avenida Rio Branco n° 46, Centro
Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 20090-002
Telefones: (55 -21)22030-3113 Fax (55-21) 2516-1075
Site www.iphan.gov.br
Superintendente regional: Ivo de Matos Barreto Junior

A gestão dos Fortalezas Históricas é realizada pelo EXÉRCITO BRASILEIRO:

EXERCITO BRASILEIRO – DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
Praça Duque de Caxias, 25, 13o andar, Centro,
CEP: 20.221-260 Tel: (55-21) 2519-5094
E-mail: dacultura@gmail.com
Responsável: General de Brigada Marcia Roland Heise

6.4. RESULTADOS ESPERADOS

O Plano de Gestão Global do Sitio *Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas, entre a Montanha e o Mar* pretende, antes de mais nada, permite a coordenação de diversas ações que são realizadas por diferentes agentes que atuam na área. Se a inscrição de trechos da cidade do Rio de Janeiro como Patirmônio Mundial foi feita a partir de uma leitura renovada e inclusiva de patrimônio, seu plano de gestão também não pode deixar de sê-lo e representa um desafio para o país gestor, assim como para a Convenção. Nesse sentido, do ponto de vista de sua estrutura e atuação, o Plano de Gestão tem o desafio de orquestrar diferentes agentes inseridos numa estrutura complexa como a do federalismo brasileiro, no qual coexistem três entes federados, União, estados e municípios, com poderes relativamente autônomos e, algumas vezes, sobrepostos. Numa megalópole como o Rio, essa convergência de poderes algumas vezes pode colocar problemas para ações integradas e para o planejamento global que incidem sobre uma população multivariada e com interesses também bastante distintos.

A constituição de um Comitê Gestor como fórum para o debate e encontro entre esses diferentes gestores aparece como uma solução institucional e espaço político próprio no qual as questões, projetos, possíveis divergências, terão espaço para aparecer, serem debatidas e para que o consenso prevaleça sobre o dissenso. Do ponto de vista da participação popular, espera-se que a partir das iniciativas aqui descritas, a população possa tomar parte das decisões, não apenas sobre a atribuição de valor, mas sobre a gestão desses valores representados na paisagem. Assim, a valoração e proteção da paisagem da cidade, entendida como um todo complexo e multivocal, deve funcionar como instrumento de empoderamento da população e prática da cidadania, valoração de identidades.

A gestão integrada também deve permitir a coordenação entre ações de preservação da cultura e da natureza, ainda muitas vezes vista de maneira estanque nas estruturas governamentais. Natureza e Cultura precisam ser discutidas de forma integrada. Pensar o patrimônio num aglomerado urbano de um país emergente com uma demanda reprimida muita forte de crescimento e produção de riqueza, com uma massa populacional ascendendo a novos níveis de consumo e de desejo, ao mesmo tempo que sob forte pressão especulativa, requer ações orquestradas e pensadas em conjunto com esses atores, para que a preservação do patrimônio não seja um fardo, mas um importante elemento na construção de um desenvolvimento sustentável. Cultura e Natureza na paisagem

precisam se tornar elementos da gestão da cidade, pensadas de forma integrada, e não obstáculos ao seu desenvolvimento. Ao contrário, se apropriadas e geridas corretamente devem funcionar como um importante motor para a prática da cidadania e para o desenvolvimento sustentável.

RELAÇÃO DE SIGLAS USADAS NO DOCUMENTO

APA	Área de Proteção Ambiental
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
APARU	Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLC	Centro Lucio Costa, Ministério da Cultura
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DEPROM	Departamento de Promoção, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHCEx	Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
DPHDM	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural, Governo do Estado do Rio de Janeiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura
IPP	Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
IUCN	International Union for Conservation of Nature
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério do Meio Ambiente
MAM	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
PNT	Parque Nacional da Tijuca
RA	Região Administrativa

RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SECONSERVA	Secretaria Municipal de Conservação, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SEOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SMC	Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação da Natureza
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

BIBLIOGRAFIA

1. *A Paisagem carioca*. Catálogo da exposição realizada no Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro de 8 de agosto a 17 de setembro de 2000. Curador geral: Carlos Martins. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/ Rioarte, 2000. 244 p.il.
2. ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO / Zahar, 1988;
3. _____ (org) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1992
4. AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1975.
5. ALBERNAZ, Maria Paula & MODESTO, Cecília. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: ProEditores, 1997-1998.
6. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
7. _____*Rodrigo e seus Tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
8. ALENCAR, José de. *Sonhos d 'Ouro*. Obras completas. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959, 4 vols. V.1.
9. ALMEIDA, Roberto Schmidt de (org). *Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro. Urca (mapas e fotos)*. Rio de Janeiro: UniRio, 1998.
10. ANDRADE, Carlos Fernando de. *O Rio de Janeiro que se muda*. Rio de Janeiro: UFRJ Tese de doutorado em arquitetura e urbanismo, 2009.
11. ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

12. ARANTES, Antônio Augusto (organização). *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

13. ARGAN. Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

14. ATALA Fuad, Bandeira, Carlos Manes, F. Martins, Henrique. *Floresta da Tijuca.* Trabalho executado pelo Centro de Conservação da Natureza. Rio de Janeiro, Departamento de Recursos Naturais da Secretaria de Economia do Estado da Guanabara, 1966.

15. BANDEIRA, Carlos Manes. *Parque Nacional da Tijuca.* São Paulo: Makron Books, 1993.

16. _____ . *A História da Tijuca.* Revista Pesquisas n.º 7. FBCN. Rio de Janeiro,1981.

17. _____ . "A Recuperação do Patrimônio Histórico do Parque Nacional da Tijuca". *In: Anais da II Conferência de proteção à Natureza - Fundação Getúlio Vargas, Museu Nacional, FBCN*. Revista Pesquisas n.º 8. Rio de Janeiro,1981.

18. BANDEIRA, Manoel e ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em Prosa e Verso,* Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1965.

19. BÁRCIA Margot Ferreira. *Desvendando o Cenário Urbano: Copacabana, Pirotecnia de Signos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). *Mimeo*. 2005.

20. BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – ensaio – 1565-1965*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965;

21. BEDIAGA, Begonha. "Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860". In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1131-1157, out.-dez. 2007.

22. BELCHIOR, Elísio. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1985.

23. BELTRÃO, Maria. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense/SEEC, 1978.

24. BERGER, Paulo; Mathias, Herculano Gomes; Mello Junior, Donato. *Pinturas e Pintores do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, sem editor, 1990.

25. BERNARDES, Lysia. *Rio de Janeiro: cidade e região.* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.

26. BERNARDES, Lygia M.C. *Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro". In "Rio de Janeiro – Cidade e Região*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987 (Coleção Biblioteca Carioca);

27. BESSA, Altamiro & Mol, Sérgio (coordenação). *Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro*. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

28. BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

29. BOITO, Camilo. Os Restauradores. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

30. BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. (1833 - 1835).* Belo Horizonte. Itatiaia,1981.

31. CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira . "Uma Arquitetura para a Cidade: a obra de Affonso Eduardo Reidy". 2007. *Texto escrito com base na tese de doutorado "Affonso Eduardo Reidy. O Poeta Construtor", defendida na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, em fevereiro de 2000.*

32. CAMPELO, Glauco. "Atributo da Simplicidade". In *Arquitetura e Movimento Moderno*

33. CAMPOFIORITO, Ítalo. "O Tombamento é um Santo Remédio". In: *Revista do Brasil,* nº 1. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura/ Rioarte,1984.

34. _____, "Muda o Mundo do Patrimônio". In: *Revista do Brasil*, nº 4. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Rioarte, 1985.

35. _____, "Patrimônio Cultural: 'onde a cultura existe, dar voz a ela' ", In: *Revista do Brasil*, edição especial: Política Cultural no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Rioarte, 1986.

36. CARDOSO, Maria Francisca T. Cavalcanti. *Expansão do Espaço Urbano e Crescimento do Aglomerado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Boletim da ADESG, nº 109, março-abril de 1965;

37. CARVALHO, Rosa Ângela de. *Lazer em praias urbanas*: estudos das orlas do Leme e da Bica. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, FAU, UFRJ, 2005.

38. CASTRO, Sônia Rabello de. "Estatuto da Cidade e a Preservação do Patrimônio Cultural Federal: compatibilizando a gestão". In: Portal do INEPAC (www.inepac.rj.gov.br);

39. _____. *O Estado na Preservação de Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

40. CASTRO MAYA, Raymundo Ottoni. *A Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967.

41. CAVALCANTI, Lauro, Quando o Brasil era moderno, Guia de Arquitetura 1928-1960, Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001

42. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*: *a vida e a construção da cidade da invasão francês até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

43. CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, Museu, A *Paisagem Desenhada – o Rio de Janeiro de Pereira Passos*, Rio de Janeiro: CCBB, 1994.

44. CEZAR, Paulo Bastos. *A Casa da Gávea Pequena: residência oficial da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

45. CEZAR, Paulo Bastos, OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. *A Floresta da Tijuca e a Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,1992.

46. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século Dezessete*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965;

47. _____ *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1988.

48. CONDURU, Roberto. "Razão em forma: Affonso Eduardo Reidy e o espaço arquitetônico moderno". *In: Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Programa de pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 2005.

49. CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

50. CZAJKOWSKI, Jorge (organização) *Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro - Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e a Arte Decô . Guia da Arquitetura Moderna. Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

51. CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

52. CHUVA, Márcia (organização). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro. MinC/Iphan/Departamento de Promoção, 1995.

53. COELHO NETO, Ana Luisa. "O Geoecossistema da floresta". In: ABREU, Mauricio (org.). *Rio de Janeiro: natureza e sociedade*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

54. COSTA, Lúcio, *Depoimento de um Arquiteto Carioca*, Rio de Janeiro: Cadernos de Cultura, Ministério da Educação e Saúde, 1952.

55. CORRÊA, Doreé Camargo. *Calendário Permanente da Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: EGL Editora,1995.

56. CORRÊA, Marcos Sá (org). *Parque Nacional da Tijuca: 140 anos de reconstrução de uma floresta*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.

57. CORREIA, Armando de Magalhães. *O Sertão Carioca*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 167,1933.

58. COSTA, Valdeli Carvalho da. *Umbanda, os Seres Superiores e os Orixás/ Santos*. São Paulo: Loyola,1983.

59. CRULS, Gastão. *Aparência da Cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Rio 4 Séculos, Volume 1, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965

60. CUNHA E MENEZES, Pedro da. *O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul: iconografia do Rio de Janeiro na Austrália*. Rio de Janeiro: Andrea Jackobsson Estúdio, 2004.

61. _____. *Trilhas do Rio.* Rio de Janeiro, Salamandra, 1996.

62. CURY, Isabelle (organização). *Cartas Patrimoniais.* Brasília: MinC/Iphan, 2004.

63. DARWIN, Charles R. *Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo.* Rio de Janeiro: Sedegra,2ª edição, 2 volumes

64. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo:* Livraria Martins Editora,1954.

65. D'ELBOUX, Roseli Maria Martins ."Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo". In: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo.N. Sér. v.14. n.2. p. 193-250 jul.- dez. 2006.

66. DIAS, Mariza Guimarães. *Universo do Povo do Santo.* Centro Cultural Municipal José Bonifácio. Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro,1996.

67. DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro.* Niterói*:* EDUFF, 1997.

68. _____. "O Jardim dentro da Máquina. Breve história ambiental da Floresta da Tijuca". In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. I, n.2, 1988, p. 276-298.

69. DURAND, José Carlos. "Le Corbusier no Brasil.Negociação política e renovação arquitetônica. Contribuição à história social da arquitetura brasileira". In: *RBCS* no. 16 Ano 6 jul 1991.

70. EMBRAPA/SNLCS–IBAMA. 1992. *Identificação de Limitações Pedológicas e ambientais causadoras da degradação de área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.* Série Estudos e Contribuições 10: 101 p.

71. FARIAS, Patrícia Silveira de. *Pegando uma cor na praia.* Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, 1999.

72. FERNANDES, M.C. 1998. *Geoecologia do maciço da Tijuca-RJ: uma abordagem Geo-Hidroecológica.* Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 141p

73. FERREIRA, Adjalme Dias. *Efeitos positivos gerados pelos Parques Urbanos: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, UFF. *Mimeo.* S/d.

74. FERREIRA DA SILVA, N.M. *et alli. O Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro : um expoente da história da flora brasileira.* Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001.

75. _____ . *Vegetação das Áreas do Entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Horto Florestal e Parque Lage*. Série Estudos e Contribuições 12: 1994, 69 p.

76. FERREIRA DA SILVA, N.M. & VALENTE, M.C. *Plantas Úteis das Áreas do Entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Horto Florestal.* Série Estudos e Contribuições 16: 1999, 80p.

77. FERREZ, Gilberto. *A Muito Leal e Histórica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.* Rio, Raymundo de Castro Maya e outros, 1965;

78. _____.*Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890 – catálogo analítico*, 2 Vols., Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2000;

79. _____. *Pioneiros da Cultura do café na era da independência. Louis Francois Lecesne e seus vizinhos.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1978.

80. *Floresta da Tijuca. Inventário dos documentos doados pelo Mosteiro de São Bento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

81. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1997.

82. GARCIA, Lúcia. *Rio e Lisboa: construções de um Império*. Rio de Janeiro, Lisboa: Prefeitura do Rio e Câmara Municipal de Lisboa, 2007.

83. GAYVA, Denis. *Mapa do Parque Nacional da Tijuca.* IPLAN-RIO / FBCN. Rio de Janeiro. 1991.

84. GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro. UFRJ / Iphan, 1995.

85. GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia,1990.

86. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca. Bens Tombados. 2008*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

87. GUIMARÃES, Cêça (org) *Arquitetura e Movimento Moderno*, Rio de Janeiro: Coleção Proarq, FAU-UFRJ, 2006

88. GUIMARÃES, E.F. *et alli. Árvores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico, 1993,198 p.

89. HEYNEMANN, Cláudia B. *Floresta da Tijuca: Natureza e Civilização no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração,1995.

90. *HISTÓRIA dos BAIRROS - Tijuca*. Coleção. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

91. *HISTÓRIA dos BAIRROS - Laranjeiras*. Coleção. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

92. *HISTÓRIA dos BAIRROS - Cosme Velho*. Coleção. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

93. HOLANDA, Nestor de. *Itinerário da paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.

94. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808-2008*. Textos Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão... et alli. Rio de Janeiro: artepadilla, 2008.

95. JESUS, Gilmar Mascarenhas de. "Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, junho de 1999. Número especial sobre esportes.

96. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Setores da Evolução Fluminense – Volume 3. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

97. LEENHARDT, Jacques (org), *Nos Jardins de Burle Marx*, São Paulo: Editora Perspectiva, 2000

98. LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. Traduzido por Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

99. LEMOS, Carlos A.C. *O que é Patrimônio Histórico?* Coleção Primeiros Passos nº 51. São Paulo: Brasiliense, 2004.

100. LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e Obra do Conselheiro Mayrink*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1975.

101. LERY, Jean de. *Journal de Bord en la terre de Brésil*. Paris:Editions de Paris, 1957.

102. MACHADO, José de Paula. *Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Editora Agir,1992.

103. MACHADO, Marcello de Barros Tomé. *A modernidade no Rio de Janeiro*: construção do cenário para o turismo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

104. MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Ação Civil Pública: ambiente, consumidor, patrimônio cultural, tombamento*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

105. MANSUR, Kátia, et al. "Gnaisse Facoidal: a mais carioca das rochas". In: *Anuário do Instituto de Geociências,* 31(2), 2008, pp. 09-22.

106. MAGALHÃES. Aloísio. E Triunfo?: A Questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Pró-Memória, 1985.

107. MARQUES, Maria Fernanda Dias Almeida. *A valorização cultural de áreas urbanas*: feiras de São Cristóvão e do Rio Antigo (Rua do Lavradio). Rio de Janeiro, FAU, PROARQ, 2002.

108. MARQUETE, R. *et alli. Checklist das Espécies Ocorrentes nas Áreas do Entorno do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Pteridófitas e Angiosperma*. In: *Bradea* 37: 2001, 227-258.

109. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

110. MAYA, Raymundo Ottoni de Castro Maya. *A Floresta da Tijuca.* Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967.

111. MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "A Paisagem como fato cultural". In YAZIGI, Eduardo (org). *Turismo e Paisagem*. Sao Paulo: Contexto, 2002. Pp. 29-64.

112. MITCHELL, W.J.T. "Imperial Landscape". In: *Landscape and Power*. Editado por Mitchell. Chicago: Chicago University Press, 1994.

113. *MUSEUS CASTRO MAYA*. Rio de Janeiro: Editora Agir,1994

114. NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de D. João: A aventura da aclimatação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vende dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

115. OLIVEIRA, Ana Rosa de & BARROSO, Cláudia Maria Girão. "SOS Parque do Flamengo". In: *Portal Vitruvius*, ano 6, vol.10, maio 2006, p.162;

116. _____, *Tantas vezes Paisagem*, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007

117. OLIVEIRA, Claudia Alves de. *Meio Ambiente Cotidiano: A Qualidade de Vida na Cidade.* Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2008.

118. *OS MUSEUS CASTRO MAYA*. São Paulo: Banco Safra, 1996

119. *PLANO de MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA*. IBDF / FBCN, Rio de Janeiro,1981.

120. PESAVENTO, Fábio. "Novas perspectivas sobre o comércio de anil no Rio de Janeiro colonial: 1749-1820". In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* - Vol.1 | Nº 1 - Jan. - Jul. - 2006

121. PESSÔA, José (organização) *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2° edição, 2004.

122. PEDROSA, Mário. In *Jornal do Brasil*, 9 de janeiro de 1958

123. PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. "Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro". In: *Portal do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos,* nº 2008/101, novembro de 2008;

124. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *A defesa militar do porto e da Cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1967.

125. PORTO, Eduardo Marques. "Tijuca, Aldeia de Guaragussu- Mirim". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXIII, parte II,1911.

126. *Rio de Janeiro – Uma Cidade no Tempo.* Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC). Rio de Janeiro, 1992;

127. _____*Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro.* Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2000;

128. _____ "História Urbanística do Rio de Janeiro no Início do Século XIX". In *Revista Municipal de Engenharia*, janeiro-dezembro de 1990;

129. _____ *Planos Urbanos – Rio de Janeiro – O Século XIX*. Rio de Janeiro: IPP, 2008;

130. _____, *RIO Patrimônio Cultural*, Revista do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, Dezembro 2008

131. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SMU, CAU, *Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica, Romântica no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.

132. _____*Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.

133. _____*Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.

134. _____*Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.

135. RAMINELLI, Ronald. Vistas e paisagens: imagens do Rio de Janeiro colonial. In: *Revista de História* (USP). São Paulo, v.147, p.33-52, 2002.

136. REDONDO, Andréa Albuquerque G. "Riscos no Rio". In: *Jornal O Globo*, Editorial, 28 de novembro de 2008;

137. REIS, José de Oliveira. "História Urbanística do Rio de Janeiro – O Rio: Cidade dos Pântanos e Lagoas". In *Revista Municipal de Engenharia,* Janeiro-março de '986;

138. _____. *A Guanabara e seus governadores*. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1977.

139. _____ *O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Evolução urbanística da cidade.* Rio de Janeiro: RIOTUR, 1977.

140. RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007;

141. RIOARTE. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel.* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / IplanRIO, 1985.

142. ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. "INEPAC: Um perfil dos 25 anos de Preservação do Patrimônio Cultural no Estado do Rio de Janeiro". In: *Arquitetura Revista*, v.8. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1990.

143. RUDGE, Raul Telles. *As Sesmarias de Jacarepaguá.* São Paulo: Kosmos, 1973.

144. RUGENDAS, Johann Mortiz. *Viagem Pitoresca através do Brasil.* São Paulo: Circulo do Livro.

145. SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho. *Construindo a Memória do Futuro: Uma Análise da Fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Mimeo*. 2008.

146. SANTOS, J.R.M. 2001. *Plano de Manejo do Jardim Botânico*. Digitado,27 p.

147. SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura no Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, IAB, 1981;

148. _____. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2001

149. SANTUCCI, Jane. *Os pavilhões do Passeio Público - Theatro Casino e Casino Beira-Mar*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

150. SCHLEE, Mônica Bahia e ALBERNAZ, Maria Paula, *Proteção das Encostas pela Legislação Municipal: uma avaliação da situação atual na cidade do Rio de Janeiro*, artigo apresentado no XIII Encontro da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, maio de 2009

151. SEGAWA, Hugo. *Ao Amor do Público: Jardins no Brasil*. São Paulo. FAPESP, 1996.

152. SILVA, Luiz Carlos & RAMOS, Antonio José Lopes de. "Pão de Açúcar, Rio de Janeiro: cartão postal geológico do Brasil". In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M.L.C. (Orgs.) 2002. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) - Brasília 2002; 554pp; ilust.

153. SILVA, J. Romão. *Denominações Indígenas na Toponímia Carioca.* Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1966.

154. SILVA, Luiz Eduardo Pinheiro da. *Casas de habitação no Rio de Janeiro*: estudo de edificações nos bairros da Saúde e Gamboa, construídas entre 1875 e 1925. Tese de Mestrado, FAU, 1998.

155. SILVA TELLES, Augusto Carlos da. "O Rio de Janeiro e sua Paisagem", In *Rio de Janeiro 1862 – 1927 Álbum Fotográfico da Formação da Cidade*, Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1998.

156. SISSON, Rachel. *O Rio de Janeiro de D, João VI como etapa na formação da cidade contemporânea*. Rio de Janeiro, inédito, 2001.

157. SOARES, Maria Luíza Gomes. *Floresta Carioca: A interface urbano-tropical do Parque Nacional da Tijuca*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ . *Mimeo*. 2006

158. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *Bens Culturais e Proteção Jurídica*. Porto Alegre. Unidade Editorial, 1997.

159. SPHAN. *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Publicação nº 31

160. SPIX, J.B.e MARTIUS, Karl Frederich Von. *Viagem pelo Brasil:* 1817 / 1820. São Paulo: Melhoramentos / INL, 1976.

161. TERRA, Carlos G., *O Jardim no Século XIX, Glaziou Revisitado*, Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

162. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: *Mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

163. TOSTES, André. *Sistema de Legislação Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes / CECIP, 1994.

164. VASCONCELLOS, Silvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5ª edição revisada. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: 1979.

165. VIEIRA, Ana Cristina P, ALVES, Denise, *et alli. Meio Ambiente e Espaços Sagrados*. Curitiba: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol, 1997.

166. VIEIRA, Ana Cristina P. *Inventário do Acervo Cultural do Parque Nacional da Tijuca.* Trabalho Técnico realizado em 1998 / 99. Rio de Janeiro.

167. _____. *Lazer e Cultura na Floresta da Tijuca*. Makron Books: São Paulo, 2000

168. VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

169. WEINBERG, Bárbara; SILVA, Janie Garcia da. "O Passeio Público". In: *Revista da Cultura* UFES-Vitória, número 22. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982

170. ZAMBELLI, André; CABRAL, Carla; LODI, Cristina & AIZEN, Mário. "Da destruição à preservação: construção da paisagem da cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista do Patrimônio Cultural Carioca*, nº 01. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008;

ANEXO I – POTARIA DE CRIAÇÃO DO COMITÊ GESTOR

PORTARIA N. 464, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor do Sítio delimitado como Patrimônio Mundial: Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso V, do Anexo I, do Decreto n° 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando:
os encaminhamentos para a aprovação da candidatura do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial pela Unesco na categoria de Paisagem Cultural;
a necessidade de estabelecimento de um sistema de gestão ao sítio proposto, com base na legislação vigente e na regulação do território urbano;
a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, que busca estabelecer diálogo e articulação entre as três esferas de governo para a gestão do Patrimônio Cultural;
a extensão do sítio proposto, a complexidade de seus atributos e o desafio para seu gerenciamento compartilhado;
as reuniões ocorridas entre o Iphan e os consultores da Unesco/Icomos;
RESOLVE:

Art. 1° Instituir o Comitê Gestor do sítio delimitado como "Patrimônio Mundial: Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", com os seguintes objetivos:
I – Compatibilizar a delimitação das áreas de proteção definidas nos diferentes níveis de governo com a área definida na candidatura a Patrimônio Mundial;
II – Detalhar a estrutura de gestão compartilhada da área proposta na candidatura, definindo a atribuição de cada ente gestor;
III – Detalhar o plano de gestão compartilhado da área proposta na candidatura, a partir da compatibilização dos instrumentos de gestão já definidos por lei para cada componente e subcomponentes que compõem o sítio proposto, conforme descrito no marco lógico pactuado;

IV – Participar, de modo consultivo e colaborativo, da revisão das portarias do IPHAN para o município do Rio de Janeiro.

Art. 2° O Comitê Gestor do sítio proposto será composto pelos seguintes membros titulares e suplentes:

I – pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM

a) Coordenação-Geral de Bens Imóveis
b) Coordenação-Geral de Cidades Históricas
c) Coordenação-Geral de Patrimônio Natural

II – pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

a) Superintendente
b) Chefe da Divisão Técnica

III – pelas instituições convidadas

a) Ministério da Ciência e Tecnologia: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
b) Ministério do Meio Ambiente: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Parque Nacional da Tijuca
c) Ministério da Defesa: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
d) Ministério da Defesa: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
e) Governo do Estado do Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
f) Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design
g) Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Conservação
h) Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo
i) Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
j) Prefeitura Municipal do Niterói

Parágrafo único. O Comitê Gestor deverá, no prazo de 30 dias, definir o seu cronograma de trabalho, tendo como meta a ser alcançada a

finalização do detalhamento do plano de gestão do sítio proposto, o que deverá ocorrer até outubro de 2013.

Art. 3° O Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro coordenará as atividades do Comitê Gestor.
Art. 4° É facultado ao Comitê Gestor convidar especialistas externos para discutir assuntos específicos, sem ônus para o Instituto, assim como convocar técnicos do IPHAN, sempre que necessário.
Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente

ANEXO II – REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR

REGIMENTO INTERNO

DO COMITE GESTOR DO SÍTIO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL:RIO DE JANEIRO – Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Artigo 1º. -O Regimento Interno do Comitê Gestor Sítio do Patrimônio Mundial do Rio de Janeiro, tem como finalidade estabelecer sua organização, forma de funcionamento e competência de seus integrantes.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Artigo 3º. - É de competência do Comitê Gestor Sítio do Patrimônio Mundial do Rio de Janeiro:

I. Monitorar a efetividade das ações governamentais necessárias para a salvaguarda do Sítio do Patrimônio Mundial;
II. Propor as diretrizes para a execução das ações propostas no Plano de Gestão;
III. Apoiar a implementação, dentro do sítio inscrito, das ações prioritárias de revitalização imediata e aquelas que serão objeto de projetos previstos para implantação no prazo de cinco anos.
    a) Estes projetos deverão ser revistos e avaliados anualmente e também a cada quinquênio com vistas à sua atualização e reorientação, se necessário, sempre considerando as normas internacionais, nacionais e locais em vigor, as recomendações da UNESCO e também os resultados obtidos por grupos de trabalho que por muitos anos vêm estudando e propondo intervenções para melhorias em vários pontos do sítio.
IV. Criar, em seu âmbito do Comitê Gestor, subcomitês para as diversas abordagens do sítio, para que haja um envolvimento mais objetivo de cada membro e um Corpo Executivo de apoio às atividades administrativas da Comitê.
V. Implementar a proposta de treinamento de agentes multiplicadores para divulgação e compreensão do Sítio inscrito na lista do Patrimônio Mundial.
VI. Promover a articulação e compatibilização entre as políticas municipal, estadual e federal voltadas para a revitalização e/ou recuperação das áreas.

VII. Sugerir políticas e diretrizes de ações que contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentável do sítio.
VIII. Contribuir para a atualização da legislação incidente sobre o sítio proposto objetivando esclarecer e, consequentemente, facilitar a sua aplicação.
IX. Coordenar o sistema de monitoramento e elaborar os respectivos relatórios de 6 (seis) em 6 (seis) anos, de acordo com as diretrizes do Comitê do Patrimônio Mundial.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES INTERNAS

Artigo 4º. – O Comitê Gestor Sítio do Patrimônio Mundial do Rio de Janeiro -, fica assim organizado:

I. Corpo Executivo: composto pelo Coordenador do Comitê e um Secretário Geral.
a) Fica a cargo do Comitê a criação dos subcomitês, conforme os temas e outros que se julgarem necessários, tais como;
b) Ficam imediatamente criados os seguintes subcomitês;
II. Subcomitê de Conservação do Patrimônio Edificado: composta pelos membros com atividades afins.
III. Subcomitê de Conservação do Patrimônio Ambiental: composta pelos membros com atividades afins.
IV. Subcomitê do Patrimônio Imaterial: composta pelos membros com atividades afins.
V. Subcomitê de Desenvolvimento Turístico: composta pelos membros com atividades afins.
VI. Subcomitê de Comunicação e Promoção: composta pelos membros com atividades afins.
VII. Subcomitê de Assuntos Institucionais, Fomento e Financiamento: composta pelos membros com atividades afins.
VIII. Subcomitê de Educação: composta pelos membros com atividades afins.

Parágrafo 1°. - É de competência do Corpo Executivo além das atividades previstas para o Comitê:
a) Providenciar junto ao IPHAN/RJ instalações para o funcionamento da Comissão Permanente.
b) Acompanhar os projetos de cada subcomitê.
c) Organizar e manter um Centro dos Dados e Informações obtidas durante o desenvolvimento dos Projetos pelos subcomitês.
d) Ordenar e manter todos os documentos oriundos do funcionamento do Comitê.

Parágrafo 2°. – A todos os Subcomitês compete acompanhar os projetos que visem a salvaguarda do Sítio do Patrimônio Mundial.
a) Os subcomitês deverão coordenar e harmonizar as ações dos órgãos pertinentes aos projetos propostos.

Artigo 5°. - O Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro coordenará as atividades do Comitê Gestor. É de competência do Coordenador:

a) Dirigir as reuniões do Comitê, sejam elas ordinárias ou extraordinárias.
b) Representar o Comitê pessoalmente ou através de procurador expressamente autorizado.
c) Convidar as Entidades que compõem o Comitê e nomear novos representantes em caso de vacância, impedimentos ou ausência de membros efetivos.
d) Assinar toda a correspondência do Comitê ou delegar esta competência ao Secretário.
e) Coordenar os trabalhos de reuniões e conduzir os debates.
f) Apresentar ao Comitê relatório trimestral das atividades desta.

Artigo 6º. – O Secretário será votado na abertura dos trabalhos do Comitê para exercer o cargo pelo período de dois anos, renováveis por nova votação.

I. E de competência do Secretário:
   a) Elaborar calendário anual das reuniões ordinárias do Comitê, enviando-o a todos os componentes.
   b) Encaminhar convites aos componentes para realização das reuniões.
   c) Notificar as Entidades que compõem o Comitê quando da ausência por três reuniões consecutivas de seu representante, solicitando a sua substituição.
   d) Elaborar as atas das reuniões do Comitê.

CAPÍTULO IV - DAS REUNIÕES

Artigo 7º. - O Comitê se reunirá, ao menos, trimestralmente com possibilidade de ocorrência de reuniões extraordinárias, independentemente, para apresentarem os resultados dos trabalhos em andamento em data que será fixada, após confirmação, pelos membros e pelo Secretário.

Parágrafo Primeiro: Deverá estar presente o Coordenador ou o Secretário nessas reuniões.

Parágrafo Segundo: As reuniões acontecerão com a confirmação mínima de 10 (dez) participantes mais a presença do Coordenador ou do Secretário.

Parágrafo Terceiro - É facultado aos munícipes e entidades organizadas solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta podendo, a critério do Presidente, prestar esclarecimentos.

Parágrafo Quarto – Mediante convite poderão ser ouvidos profissionais de competência comprovada para análise dos projetos elaborados pelas subcomissões.

Capítulo V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 8º. - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos por votação dos membros do Comitê.

Artigo 9º. - Quando do afastamento de um dos membros do Comitê seu substituto será indicado pelo órgão governamental ou não governamental que fez a indicação anterior.

Artigo 10º. –O Comitê poderá, a qualquer tempo, convidar outras instituições a colaborar como membros extraordinários conforme a demanda temática em curso.

Artigo 11º. - Os Subcomitês poderão criar frentes de trabalhos específicos para melhor desempenho de suas atribuições.

PORTARIA N. , DE .....

Dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor do sítio do Patrimônio Mundial: Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso V, do Anexo I, do Decreto n° 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando:

a inscrição do sítio Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar na lista do Patrimônio Mundial pela Unesco na categoria de Paisagem Cultural;

a necessidade de estabelecimento de um sistema de gestão ao sítio proposto, com base na legislação vigente e na regulação do território urbano;

a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, que busca estabelecer diálogo e articulação entre as três esferas de governo e a sociedade civil organizada para a gestão do Patrimônio Cultural;

a extensão do sítio proposto, a complexidade de seus atributos e o desafio para seu gerenciamento compartilhado;

RESOLVE:

Art. 1° Instituir o Comitê Gestor do sítio delimitado como "Patrimônio Mundial: Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", com os seguintes objetivos:

I – Compatibilizar a delimitação das áreas de proteção definidas nos diferentes níveis de governo com a área definida na candidatura a Patrimônio Mundial;
II – Detalhar a estrutura de gestão compartilhada do sítio inscrito, definindo a atribuição de cada ente gestor;
III – Dar continuidade ao plano de gestão compatibilizando os instrumentos de gestão já definidos por lei para cada componente e subcomponentes que compõem o sítio inscrito com os que serão propostos , conforme descrito no marco;

Artigo 2º. – O Comitê Gestor Sítio do Patrimônio Mundial do Rio de Janeiro tem composição constituída por 22 (vinte e dois) membros efetivos e 22(vinte e dois) suplentes, com a seguinte composição:

I – Representantes Governamentais:

a) Representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
I - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM
II – 2 representantes da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
III - Centro Lucio Costa

b) Representantes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
I – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
II - Secretaria Municipal de Urbanismo
III – Secretaria Municipal de Turismo
IV – Secretaria Municipal de Conservação
V – 2 representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

c) Representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro
I – Secretaria de Cultura –Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
II – Secretaria do Ambiente – INEA
III – Secretaria Estadual de Educação

d) Representante do Ministério do Meio Ambiente
I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Parque Nacional da Tijuca
II – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

e) Ministério da Defesa
I - Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
II- Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II – Representantes não Governamentais, mediante convite:

a) Representante do ICOMOS do Brasil
b) Representante da Fundação Roberto Marinho
c) Representante da UNESCO/Brasil – Rio de Janeiro
d) Representante da ABAP - Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, Núcleo Rio de Janeiro
e) Representante do Instituto de Pesquisas em Infraestrutura Verde e Ecologia Urbana – INVERDE.

III – O mandato de cada membro será de 2(dois) anos, podendo ser ampliado ou reduzido o numero de participantes.

Art. 3° O Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro coordenará as atividades do Comitê Gestor.

Art. 4° É facultado ao Comitê Gestor convidar especialistas externos para discutir assuntos específicos, sem ônus para o Instituto, assim como convocar técnicos do IPHAN, sempre que necessário.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jurema Machado
Presidente

ORGANOGRAMA

COMITÊ RIO PATRIMONIO MUNDIAL	IPHAN	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL - DEPAM
		CENTRO LUCIO COSTA
		SUPERINTENDENTE DO IPHAN-RJ
		2 COORDENAÇÃO TÉCNICA DO IPHAN-RJ
	GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
		INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO CULTURAL - INEPAC
		SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
		2 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
		SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
		SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
		SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
		SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA
	PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	PARQUE NACIONAL DA TIJUCA - ICMBIO
		INSTITUTO DE PESQUISAS DO JARDIM BOTÂNICO DO RJ
	MINISTÉRIO DA DEFESA	DIRETORIA DO PATR. HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO.
		DIRETORIA DO PATR. HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA
	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	ICOMOS BRASIL
		UNESCO BRASIL
		FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
		ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS PAISAGISTAS/ABAP
		INSTITUTO DE PESQUISA EM INFRAESTRUTURA INVERDE

ANEXO III – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS

Componente 4

FORTALEZA DE SANTA CRUZ – NITERÓI/RJ
Decreto nº 77.890, de 22 de Junho de 1976

Autoriza o registro, em nome da União Federal, dos imóveis que menciona, situados no Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, item I, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.282, de 9 de dezembro de 1975,

DECRETA: Art. 1º. Fica autorizado o registro em nome da União Federal, do imóvel constituído por terreno e benfeitorias, ocupados pelas instalações da 1º Bateria do 1º Grupo de Artilharia da Costa Motorizado e do Presídio do Exército, nos locais denominados Forte do Imbuí, Forte Rio Branco e Fortaleza de Santa Cruz, situados em Jurujuba, na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, ocupado nos últimos vinte anos, sem interrupção nem oposição, pelo Ministério do Exército, que assim se descreve e confronta: o ponto 1 foi situado em frente ao abrigo da Guarda, no lado esquerdo da estrada que vai da Fortaleza de Santa Cruz a Niterói, ao lado da pedra limite sul da pequena praia situada próxima ao Morro do Macaco. Partindo do ponto 1, com rumo magnético 89º02'NE, medindo-se 22,00m, encontra-se o ponto 2, situado no lado direito da mesma estrada; do ponto 2, com rumo magnético 89º02'NE, medindo-se 295,60m, encontra-se o ponto 3; do ponto 3, com rumo magnético 61º47'SE, medindo-se 156,10m, encontra-se o ponto 4, do ponto 4, com rumo magnético 01:49'SE, medindo-se 27,40m, encontra-se o ponto 5; do ponto 5, com rumo magnético 42º05'SE, medindo 639,20m, encontra-se o ponto 6; do ponto 6, com rumo magnético 50º22'SW, medindo-se 36,60m, encontra-se o ponto 7; os pontos 6 e 7 estão situados no lado esquerdo da estrada que vai do Forte Rio Branco para Jurujuba e Niterói; do ponto 7, com rumo magnético 33º57'SE, medindo-se 108,60m, encontra-se o ponto 8; do ponto 8, com rumo magnético 47º24'SE, medindo-se 52,80m, encontra-se o ponto 9; do ponto 9, com rumo magnético 36º49'SE, medindo-se 180,00m, encontra-se o ponto 10; do ponto 10, com rumo magnético 35º28'SE, medindo-se 245,40m, encontra-se o ponto 11; com rumo magnético 60º24'SE, medindo-se 871,10m, encontra-se o ponto 12, que coincide com o marco trigonométrico denominado "Viração"; do ponto 12, com rumo magnético 81º00'SE, medindo-se 120,80m, encontra-se o ponto 13, materializado no terreno por marco do ponto: do ponto 13, com rumo magnético 27º02'SE, medindo-se 202,20m, encontra-se o ponto14; do ponto 14, com rumo magnético 47º41'SE, medindo-se 64,60m, encontra-se o ponto 15; do ponto 15, com rumo magnético 28º27'SE, medindo-se 180,60m, encontra-se o ponto 16; do ponto 16, com rumo magnético 22º24'SE, medindo-se 115,40m, encontra-se o ponto 17; do ponto 17, com rumo magnético 09º36'SE, medindo-se 196,30m, encontra-se o ponto 18; do ponto 18, com rumo magnético 15º45'SE, medindo-se 15,40m, encontra-se o ponto 19, situado na Casa da Guarda da Lagoa, do lado esquerdo da estrada que vai do Forte Imbuí para Piratiniga; do ponto 19, com rumo

magnético 03º00 SE, medindo-se 153,90m, encontra-se o ponto 20, materializado no terreno por marco; os alinhamentos compreendidos entre os pontos 1 e 20 confrontam com outros terrenos da União, fora da ocupação do Ministério do Exército; o ponto 20, com rumo magnético 06º46'SW, medindo-se 151,30m encontra-se o ponto 21; do ponto 21, com rumo magnético 05º28'SW, medindo-se 51,30m, encontra-se o ponto 22; do ponto 22, com rumo magnético 27º11'SE, medindo-se 10,80m, encontra-se o ponto 23; do ponto

23, com rumo magnético 01:50'SW, medindo-se 15,70m, encontra-se o ponto 24, materializado no terreno por marco, situado na beira d'água do Oceano Atlântico; os alinhamentos compreendidos entre os pontos 20 e 24 confrontam com terrenos de Antonio Plínio Alvim, ou sucessores; do ponto 24, ao longo da linha das águas do Oceano Atlântico inicialmente na direção geral W, o limite do Próprio Nacional atinge e contorna a ponta de terra que contém o Forte Imbuí, segue na direção geral N ao longo da Praia do Imbuí, até atingir a Ponta da Tabahiba, a qual contorna, continua para a direção geral N ao longo da Praia de Fora inflete para W até atingir e contornar a ponta da Fortaleza de Santa Cruz; adentrando a baía de Guanabara, continua na direção geral NE, contorna a saia do Morro do Macaco, tudo ao longo da linha das águas, até atingir o ponto 1, início desta descrição e demarcação, fechando um perímetro de forma irregular, contendo superfície de 3.146.862.00m2, de acordo com a planta e os documentos que acompanham a Exposição de Motivos nº 70, de 27 de abril de 1976, do Ministério do Exército.

Art. 2º. O imóvel referido no artigo 1º pertence à circunscrição judiciária do 2º Ofício do Registro Geral de Imóveis na Cidade de Niterói, RJ.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

ERNESTO GEISEL

Sylvio Frota

Mário Henrique Simonsen

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 23/06/1976

Publicação:

* Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/6/1976, Página 8729 (Publicação Original)

* Coleção de Leis do Brasil - 1976, Página 505 Vol. 4 (Publicação Original)

FORTALEZA DE SÃO JOÃO – URCA

Decreto nº 77.180, de 17 de Fevereiro de 1976

Autoriza o registro, em nome da União Federal, do imóvel que menciona, situado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, item I, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, modificada pela Lei nº 6.282, de 9 de dezembro de 1975,

DECRETA: Art. 1º. Fica autorizado o registro, em nome da União Federal, do imóvel (terreno e benfeitorias) denominado fortaleza de São João, situado no bairro da Urca , na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, ocupado nos últimos vinte anos, sem interrupção nem oposição, por unidades do Ministério do Exército, tendo o terreno a área de 411.297,96 m² (quatrocentos e onze mil, duzentos e noventa e sete metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados) e as seguintes confrontações: ao Norte o Morro Cara de Cão e a Baia de Guanabara, a Oeste a fralda do Morro da Urca, a Leste o Oceano Atlântico e ao Sul o Morro Pão de Açúcar, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 0768-24.346, de 1975.

Art. 2º. O imóvel a que se refere o artigo 1º pertence à circunscrição judiciária do Registro de Imóveis do 3º Ofício do Município e Comarca do Rio de Janeiro. Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

ERNESTO GEISEL

Sylvio Frota

Mário Henrique Simonsen

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 18/02/1975

Publicação:

* Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/2/1975, Página 2455 (Publicação Original)

DECRETO N.º 26578 DE 1º DE JUNHO DE 2006

Declara o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e Urca como Monumento Natural e dá outras providências.

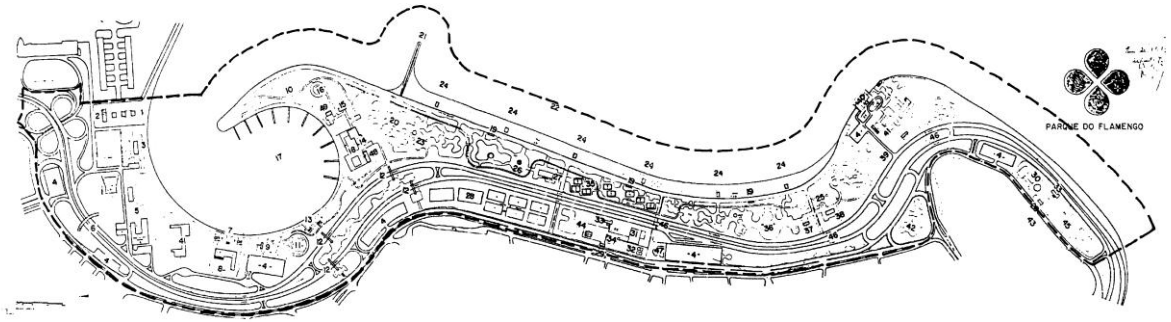
Delimitação do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca

Inicia-se na Praia Vermelha, no ponto 1, de coordenadas 688.329 / 7.460.427. Segue na direção Norte até o ponto 2, de coordenadas 688.329 / 7.460.466, na curva de nível de 20 metros. Por esta curva de nível contorna o Morro da Urca até a altura da Praia da Urca, no ponto 3 de coordenadas 688.352 / 7.461.008. A partir deste, na direção Sul, encontra o ponto 4, de coordenadas 688.352 / 7.460.962, na curva de nível de 50 metros. Por esta curva de nível contorna a face Norte do Pão-de-Açúcar até o ponto 5, de coordenadas 689.248/ 7.461.107. Daí, na direção Norte, encontra o ponto 6, de coordenadas 689.248/ 7.461.169, no costão rochoso. Por este contorna a face Leste e Sul do Pão de-Açúcar e do Morro da Urca até encontrar o ponto inicial.

PARQUE DO FLAMENGO

PERÍMETRO DE TOMBAMENTO - IPHAN

REPRESENTAÇÃO DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO SOBRE A PLANTA GERAL (1965), ASSINALANDO A FAIXA DE 100 METROS EM TODA A EXTENSÃO LITORÂNEA DO PARQUE DO FLAMENGO, MARGEADO POR PRAIAS ARTIFICIAIS DE AREIAS E PEDRAS.



Componente 1
PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

DECRETO DE 3 DE JUNHO DE 2004

Redefine os limites do Parque Nacional da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e de acordo com o disposto no art. 225, § 1º , inciso III, da Constituição, e o que consta no art. 22, §§ 2º e 6º , da Lei n o 9.985, de 18 de Julho de 2000,
D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam redefinidos os limites do Parque Nacional da Tijuca, na forma das áreas delimitadas no art. 2º , descritas a partir do mapa do Município do Rio de Janeiro, na escala de 1:10.000, do ano de 1999, elaborado pela Diretoria de Informações Geográficas - DIG, do Instituto Pereira Passos - IPP, da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Parque Nacional da Tijuca fica compreendido pelas áreas situadas em cotas superiores aos seus limites, que são:

- Floresta da Tijuca (Setor A), pela vertente oeste:
  começa no Portão da Floresta da Tijuca na Praça Afonso Viseu (Ponto 1) e sobe pelo espigão na direção do cume do Morro do Visconde (517,4 m), cruzando as cotas 375 m (Ponto 2), cota 425 m (Ponto 3), cota 460 m (Ponto 4). Daí, segue por esta cota 460 m em direção oeste e encontra a linha imaginária geográfica de direção Norte-Sul (Ponto 5), que liga o cume do Morro do Almeida (537,1 m) à Estrada do Açude, cruzando as curvas de cota 440 m (Ponto 6), e cota 410 m (Ponto 7). Encontra a Estrada do Açude (Ponto 8) e pela sua margem direita (de quem vem do Alto da Boa Vista) segue margeando-a, passando pelo Açude da Solidão e segue até cruzar as águas do Rio da Cova da Onça, a 150 m do Portão do Açude (Ponto 9). Daí, sobe pela margem esquerda do citado rio até encontrar a curva de cota 660 m (Ponto 10) e vem seguindo por esta, em direção sul, contornando o Morro das Pedras, cruzando o Vale do Sertãozinho, em demanda ao Morro da Taquara, até encontrar o sopé rochoso (antiga pedreira) (Ponto 11), seguindo em direção sudoeste até encontrar a curva de cota 600 m (Ponto 12). Continua na cota dos 600 m, contornando os Morros da Cocanha do Itanhangá (Morro São Miguel) e o Morro do Cipó, passa por pedras, contornando os Castelos da Taquara e a vertente oeste do Morro da Taquara, seguindo sempre pela curva de cota 600 m até encontrar a Rio do Ernesto (Ponto 13). Segue o rio, pela margem direita em direção nordeste ao cume do Pico Magalhães Castro(559,5 m), cruzando as curvas de cota 575 m (Ponto 14), cota 550 (Ponto 15), cota 525 m (ponto 16). Daí, segue em linha reta na direção de elevação de altitude 559 m (Ponto 17). Seguindo pelo divisor de águas em direção Noroeste, passando pelas curvas de cota 550 m (Ponto 18), cota 525 m (Ponto 19), cota 505 m (Ponto 20). Daí, vai em direção norte até encontrar o cume do Pico Nazaro Esteves (510 m) (Ponto 21). Segue em direção noroeste passando pelas curvas de cota 500 m (Ponto 22), cota 485 m (Ponto 23). Sobe em direção noroeste, passando pelas curvas de cota 485 m (Ponto 24), cota 500 m (Ponto 25), encontrando o cume do Pico Jorge Lossio, na altitude de 501m (Ponto 26).Segue em direção oeste, passando pelas curvas de cota 475 m (Ponto 27) e cota 450 m (Ponto 28). Vai em direção noroeste, passando pelas curvas de cota 425 m (Ponto 29), cota 400 m (Ponto 30), cota 405 m (Ponto 31),pelos cumes de altitudes 406,7 m (Ponto 32), 412,8 m (Ponto 33) e o cume principal do Morro do Thedim (417,8 m) (Ponto 34).
  Daí, vai em direção norte, passando pelas curvas de cota 400 m (Ponto 35), cota 375 m (Ponto 36), cota 350 m (Ponto 37), cota 328 m (Ponto 38), cota 300 m (Ponto 39), cota 275 m (Ponto 40), cota 250 m (Ponto 41), cota 225 m (Ponto 42), cota 200 m (Ponto 43), cota 175 m (Ponto 44), cota 150 m (Ponto 45), cota 125 (Ponto 46), cruza o Rio Sangrador (Ponto 47) e vai até o cruzamento da Av. Menezes Cortes com a curva de cota 165 m (Ponto 48). Deste ponto, segue pela margem direita da Av. Menezes Cortes em direção leste, até encontrar a curva de cota 313 m, no local conhecido como Garganta do Matheus (Ponto 49).
- Pela sua vertente leste:
  do ponto citado (Garganta do Matheus) sobe para sudeste pelo mesmo divisor de águas, passando pelas curvas de cota 325 m (Ponto 50), cota 350 m (Ponto 51), 375 m (Ponto 52), cota 400 m (Ponto 53), cota 425 m (Ponto 54), cota 450 m (Ponto 55), cota 475 m (Ponto 56), chegando ao cume do Pico do Ramalho (484,3 m) (Ponto 57). Segue pelo divisor de águas em direção sudeste pela Serra do Matheus, passando pelas curvas de cota 475 m (Ponto 58), cota 450 m (Ponto 59) e cota 420 m (Ponto 60). Daí, volta a subir pelo divisor de águas, passando pelas curvas de cota 425 m (Ponto 61), cota 450 m(Ponto 62), cota 475 m (Ponto 63), cota 500 m (Ponto 64), cota 525 m (Ponto 65), cota 550 m (Ponto 66), cota 575 m (Ponto 67), cota 600 m (Ponto 68), cota 625 m (Ponto 69), cota 650 m (Ponto 70), passa pela curva de cota 673,2 m (Ponto 71) e continua subindo às

altitudes 675 m (Ponto 72), 700 m (Ponto 73), 714 m (Ponto 74), no Morro do Elefante. Segue em direção nordeste pelo divisor de águas (cumeada do Morro do Elefante), passando pelas curvas de cota 700 m (Ponto 75), cota 675 m (Ponto 76), cota 678,4 m (Ponto 77), cota 656,5 m (Ponto 78), cota 663,7 m (Ponto 79), cota 650 m (Ponto 80), cota 625 m (Ponto 81), cota 600 m (Ponto 82), cota 575 m (Ponto 83), cota 550 m (Ponto 84), cota 525 m (Ponto 85), cota 500 m (Ponto 86), cota 475 m (Ponto 87), cota 450 m (Ponto 88), cota 425 m (Ponto 89), cota 400 m (Ponto 90). Vai em direção leste, caindo para curva de cota 375 m (Ponto 91) e cota 350 m (Ponto 92). Daí, segue contornando o paredão rochoso do Pico do Perdido em direção Leste (Pontos 93 a 101), até encontrar a curva de cota 175 m (Ponto 102).Vai acompanhando o paredão rochoso até cruzar a curva de cota 200m (Ponto 103). Segue em direção sudeste acompanhando a limite da mata (Ponto 104), continua descendo na mesma direção (Ponto 105), contorna a Rua Marianópolis (Ponto 106 e Ponto 107), continua seguindo para Sudeste em linha reta até encontrar a curva de cota 145 m (Ponto 108). Segue por esta até encontrar o Rio Jacó (Ponto 109). Daí, segue para noroeste seguindo o curso do rio Jacó até encontrar o Rio do Excelsior (Ponto 110). Segue o curso do Rio Excelsior subindo pela margem esquerda, sem cruzá-lo, até encontrar a curva de cota 460 m (Ponto 111). Segue nesta cota, contornando o Morro do Felizardo, o Morro Anhanguera ou do Excelsior e cruza o Rio São João (Ponto 112).Contorna o Morro da Pedra da Caixa, nesta mesma cota de 460 m, cruza o Rio Maracanã (Ponto 113). Vai contornando o Morro do Alto do Bandeira e segue na direção de uma linha imaginária retilínea, que vai do cume do Morro do Alto do Bandeira até o portão da Floresta da Tijuca, na Estrada da Cascatinha (Ponto 114). Seguindo em linha reta até o Ponto 1.

- No conjunto Corcovado Sumaré Gávea Pequena (Serra da Carioca) (Setor B), pela sua vertente sul:
  começa na encosta leste do Morro Dona Marta (Ponto 1), na cota dos duzentos metros de altitude e segue pela mesma cota na encosta sul do Morro Dona Marta e do Morro do Corcovado, passando pela Chácara da Bica, da Chácara da Lage, incluindo toda a área do Parque Lage até à Rua Jardim Botânico (Ponto 2 a Ponto 10). Segue pela cota dos 200 metros de altitude, onde cruza com o Rio Cabeça (Ponto 11); continuando nesta mesma cota, cruza o Rio Algodão (Ponto12), cruza um Riacho sem nome, que fica a montante da Represa do Macacos(Ponto13). Continua pela cota dos 200 m, cruzando a Estrada Dona Castorina pela margem direita de quem desce em direção ao Jardim Botânico (Ponto14) e passa para a cota dos 100 metros de altitude no cruzamento com o Rio dos Macacos (Ponto 15). Nesta mesma cota 100m, contorna o Morro do Horto (Ponto 16).Segue em linha reta pelo espigão até encontrar a cota dos 160 m (Ponto 17); daí, vai subindo pelo espigão da Vista Chinesa, passando pelas cotas de 170 m, 185 m, 200 m, 305 m, 310 m, 315 m, 120 m, 345 m, 350 m, 380 m (respectivamente Pontos de 18 a 27), quando chega a cota dos 400 m da Vista Chinesa (Ponto 28). Segue pela cota de altitude 400 m, pela vertente esquerda do Rio Rainha, cruza-o (Ponto 29), continua pela mesma cota, pela vertente direita até limite do Parque da Cidade e sempre pela mesma cota, segue contornando as elevações da Ponta das Andorinhas e do Morro do Labouriaux. Daí, vai até o norte do Viaduto das Canoas, contornando o Morro do Cochrane pela mesma cota dos 400 m até o encontro da direção norte-sul (Ponto 30). No cruzamento da linha norte-sul com a Estrada da Vista Chinesa no km 2,5 (ponto 31), e segue por tal linha para o norte, até o encontro de paredão rochoso com o leito da Estrada da Vista Chinesa (Ponto 32).Segue contornando o paredão rochoso (Pontos de 33 a 40). Daí, desce a cota dos quinhentos e sessenta metros, seguindo pela vertente norte dos morros da Freira e da Boa Vista (Ponto 41), até cruzar as águas do Riacho Taylor (Ponto 42.Desce pela margem direita do Riacho Taylor (Pontos 43 a 49) até encontrar a cota dos 400 m, seguindo-a até cruzar a Estrada do Redentor(Ponto 50), no local chamado Sapucaia.
- Pelas suas vertentes norte:
  da estrada do Redentor em direção norte até encontrar a Av. Edison Passos (Ponto 51). Segue, margeando esta Avenida pelo seu lado direito (de quem vai para a Usina/Tijuca), até a altura das caixa velha da Tijuca (Ponto 52). Segue em linha reta no sentido leste até a cota de 240 m de altitude (Ponto 53). Contorna o paredão rochoso fronteiro a Rua Muçu e continua pelo sopé, no contato da floresta com os rochedos (Pontos 53 a 114).Encontra a cota dos 460 m e cruza o Riacho do Pico da Carioca (Ponto 115). Segue pela cota 460 m até o pedrâo (Ponto 116). Segue pelo espigão (Pontos 116 a 119) até encontrar a cota dos 200 m (Ponto 120). Segue em linha reta margeando a linha de transmissão, até encontrar a cota de 250 m (Ponto 121). Vai margeando a linha de transmissão do morro do Sumaré (Pontos 122 a 128) até encontrar a cota de 420 m (Ponto 129). Segue pela cota de 420 m, cruza a Estrada do Sumaré (Ponto 130) e prossegue pela margem esquerda desta estrada até o espigão (Pontos 131 a 133), até encontrar a cota de 320 m (Ponto 134). Segue nesta cota de 320 m contornando a encosta da Serra da Formiga, cruza com o Rio Comprido (Ponto 135) e encontra com o Riacho que alimenta a piscina do Lagoinha Country Club (Ponto 136). Desce pela margem direita do Curso d`água referido e pelo escoamento de água da citada piscina até o encontro com a Rua Almirante Alexandrino (Ponto 137). Daí, segue em direção ao Silvestre pela margem direita (de quem sobe) da estrada, cruza com o ínicio da Estrada das Paineiras (Ponto 138), continua pela margem direita da Rua Almirante Alexandrino até o cruzamento com a linha férrea da Estrada de ferro do Corcovado, atravessa-a desce pela projeção horizontal do lado direito do viaduto do Silvestre até encontrar a Ladeira do Ascurra na cota dos 200 m (Ponto 139). Segue nesta cota de 200 m de altitude até encontrar o Ponto 1.
- No Conjunto Pedra Bonita Pedra da Gávea(pela vertente leste) (Setor C):
  tem início na Estrada das Canoas, no local onde a cota dos 360 m de altitude a atravessa (Ponto 1) e segue para o sul pela mesma cota, cruza o Rio do Emydio, no Morro do Bandeira (Ponto 2), desce acompanhando o paredão rochoso do morro do Bandeira, quando passa para a cota de 300 m (Ponto 3), segue por esta cota contornando o Pico dos Quatro e continua pelas vertentes da Pedra da Gávea que volvem para a Barra da Tijuca, Lagoa da Tijuca e Itanhangá, cruza o Rio da Barra (Ponto 4), depois cruza o Rio Jacaré (Ponto 5) e continua por esta cota de 300 m até o cruzamento como Riacho Pedra Bonita (Ponto 6), seguindo pelo Riacho até encontrar a cota de 280 m (Ponto 7). Segue em direção norte pela citada cota e continua até o encontro da cota 280 m com o paredão rochoso que olha para as Furnas, denominado Pedra Agassiz (Ponto 8), contorna o paredão rochoso, cruzando as curvas de cota 350 m(Ponto 9), cota 400 m(Ponto 10), cota 450 m (Ponto 11), até encontrar a cota 500 m (Ponto 12). Pela cota dos 500 m vai circundando pela face norte o maciço da Pedra Bonita na elevação denominada Morro do Chapecó, cruza o colo entre os Morros da Gávea Pequena e Pedra Bonita (Ponto 13), segue pela cota 500 m, contornando o Morro dos Dois Picos e a Pedra Aguda. Vai em direção nordeste (Ponto 14) passando pelas cotas 450 m (Ponto 15), cota 425 m (Ponto 16), cota 400 m (Ponto 17), cota 375 m (Ponto 18) e chega na cota 369 m (Ponto 19), onde encontra a Estrada das Canoas e o Ponto 1.

- Serra dos Pretos Forros e Covanca (Setor D):
  começa no cume do Morro do Inácio Dias (449,4 m) (Ponto 1), segue para noroeste até cruzar a curva de cota 400 m (Ponto 2), continua nesta direção até cruzar a curva de cota de 375 m (Ponto 3), segue por esta altitude em direção oeste até e linha imaginária geográfica norte-sul (Ponto 4), segue para sul nesta linha, até atingir a cumeada de elevação 411,9 m (Ponto 5). Vai em linha reta na direção sudoeste, passando pelas cumeadas de altitude 325,5 m (Ponto 6) e 326,5 m (Ponto 7). Daí segue para oeste em linha reta cruzando as curvas de cota 300 m (Ponto 8), cota 275 m (Ponto 9), cota 250 m (Ponto 10), cota 225 m (Ponto 11), cota 200 m (Ponto 12) até encontrar a curva de cota 175 m (Ponto 13). Segue por esta cota até o Ponto 14 e deste vai em linha reta na direção Sul até encontrar a cota de 125 m (Ponto 15). Segue por esta curva de cota 125 m até o Ponto 16.Segue em linha reta na direção leste até encontrar a curva de cota 160 m (Ponto 17). Vai por esta cota até o Ponto 18, localizado acima do túnel Engenheiro Raimundo de Paula Soares. Vai subindo em direção nordestes, cruzando as curvas de cota 175 m (Ponto 19), cota 200 m (ponto 20), cota 225 m (Ponto 21), cota 250 m (Ponto 22), cota 275 m (Ponto 23), cota 300 m(Ponto 24), até a curva de cota 325 m (Ponto 25). Segue em linha reta na direção Sudeste até encontrar a curva de cota 250 m (Ponto 26) próximo a Rua Guimaranea. Segue por esta cota até o Ponto 27 e deste em direção Sudoeste até a elevação de altitude 236,3 m (Ponto 28). Vai em direção Sudeste até encontrar a curva de cota 125 m (Ponto 29). Segue por esta cota até o Ponto 30, na Av. Menezes Cortes. Segue por esta avenida, pela margem esquerda no sentido do bairro do Grajaú, até o Ponto 31, no início do local denominado Garganta do Matheus. Vai em direção leste, em linha reta até encontrar a curva de cota 325 m (Ponto 32).Segue em direção nordeste até a elevação de altitude 358,9 m (Ponto 33). Vai em linha reta para leste até encontrar a curva de cota 275 m (Ponto 34) e segue por esta cota até o Ponto 35. Vai em linha reta na direção sudoeste até o cume de altitude 364,6 m (Ponto 36), continuando nesta direção sudoeste passando pela curva de cota 375 m (Ponto 37) até o cume do Pico do Matheus (403,1 m) (Ponto 38). Segue em direção oeste passando pelas curvas de cota 375 m(Ponto 39), e 350 m (Ponto 40). Deste, segue até o cume de altitude 359,9 m (Ponto 41). Segue na mesma direção, pela cumeada da Serra dos Pretos Forros, passando pelas curvas de cota 325 m (Ponto 42), 350 m (Ponto 43), 375 m (Ponto 44) até o cume de altitude 413,8 m (Ponto 45). Ainda em direção noroeste até encontrar a curva de cota 425 m (Ponto 46). Segue por esta cota em direção norte, contornando o Morro da Água Santa, até o Ponto 47. Vai em linha reta na direção noroeste até o cruzamento com o Rio Faria na curva de cota 225m (Ponto 48). Segue em linha reta na direção Noroeste até encontrar o cume do Morro do Inácio Dias, que corresponde ao Ponto 1, deste setor.

Art. 3º - As coordenadas dos vértices definidores dos limites do Parque Nacional da Tijuca estão descritas no Anexo deste Decreto.

Art. 4º - As terras contidas nos limites do Parque Nacional da Tijuca, de que trata este Decreto, pertencentes à União, serão cedidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da lei.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

DELIMITAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO

c. DESCRIÇÃO DOS LIMITES DO JARDIM BOTÂNICO /JANEIRO 2003

Limite frontal

- lado par da Rua Jardim Botânico, com a extensão de 671,60 metros.

Lateral esquerda

- lado ímpar da Rua Pacheco Leão, até a entrada do Solar da Imperatriz no nº 2.040, interseção do Rio dos Macacos, com 2.195,55 metros continuando pela margem direita do mesmo até a cota cem metros, limite do Parque Nacional da Tijuca, com 372,50 metros, somando 2.568,05 metros.

Lateral direita

- da Rua Jardim Botânico, segue pelo lado par da Rua Major Rubens Vaz, inicialmente por uma aresta de 12,05 metros, em seguida por um muro divisório com a Seção da Justiça Eleitoral com 48,85 metros até a entrada da Vila nº 64 com 7,90 metros; prossegue ao longo do lado par da Rua Major Rubens Vaz por uma extensão de 93,62 metros, pelas divisas de frente dos imóveis números 66, 102 e 122 (administração da JBRJ); segue pela Vila 122 daquela Rua, medindo 40,50 metros, contornando internamente a casa I desta Vila em dois segmentos retilíneos e retangulares de 20,00 metros e 12,40 metros; segue pelos fundos do imóvel nº 170, a Delegacia Policial, com 20,00 metros e 12,40 metros e do imóvel nº 194 do Quartel de Bombeiros, com 12,40 metros e 32,00 metros ao longo dos muros limítrofes daquelas corporações. Deste ponto segue pelos fundos dos imóveis números 214, 226, 236 e 246, com 54,00 metros até o terreno s/ nº da mesma Rua, de propriedade do Jardim Botânico, com as medidas de 10,00 metros, divisas de frente e fundos, e 35,10 metros, nas divisas laterais; prossegue pelos fundos dos imóveis números 278, 298, 308, 318, 330, 338, 350 (a subestação da LIGHT), 392, 414, 426, 436, 446 e 456, segmentos irregulares pela extensão de 313,94 metros. A partir deste ponto, segue transversalmente a encosta da Rua Major Rubens Vaz, tangenciando a Rua do Jequitibá por uma linha limítrofe com o imóvel nº 57 desta Rua, até atingir as linhas das vertentes, medindo 230,00 metros. Flexiona à esquerda e segue pelo divisor d'água da encosta aí existente, até encontrar as divisas do Parque da Cidade. Confronta com o Parque da Cidade em 479,10 metros através de uma linha ao longo do divisor d'águas, até encontrar as divisas de outra área dos Canto e Mello.

Fundos

- da Divisória PONTO 10 do Parque Nacional da Tijuca (cota cem metros em direção ao rio dos Macacos), segue até a Divisória PONTO 11 (o divisor d'água entre os rios Macacos e Rainha na cota dos cento e sessenta metros), flexiona à direita até encontrar a divisa dos Canto e Mello com extensão de 653,26 metros. Sofre duas flexões à esquerda com 125 metros, 10,00 metros, 103,10 metros, somando 228,20 metros, confrontando com terreno dos sucessores de Canto e Mello, até encontrar as divisas do Parque da Cidade já citadas.

ANEXO IV - COMITE GESTOR DO PARQUE NACINAL DA TIJUCA

36 ISSN 1677-7050 Nº 141, segunda-feira, 23 de julho de 2012
Diário Oficial da União - Seção 2

RAQUÉL MONTI SABAINI, Analista Ambiental, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para participar da 62ª Reunião do Comitê Permanente da CITES, em Genebra, Suíça, no período de 21 a 29 de julho de 2012, inclusive trânsito, com ônus.

FRANCISCO GAETANI

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.273, DE 20 DE JULHO DE 2012

O COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA, usando de competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União, de 27 de abril de 2007, e pelo art. 49 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria nº 341-MMA, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2011 e pela Portaria nº 620-IBAMA, publicada no Boletim de Serviço nº 07 de 05 de julho de 2010, resolve:

Conceder, por força da Decisão Judicial de que trata o Processo nº 050294746.2011.4.05.8103, da 19ª Vara de Sobral/Ceará, pensão judicial em favor de FILOMENA MARIA DUARTE, na qualidade de companheira do ex-servidor VICENTE AGUIAR EUFRÁSIO DE OLIVEIRA, Matrícula SIAPE nº 0679218, aposentado no cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicações, classe "S" Padrão III, do Plano Especial de Cargos do IBAMA, a partir de 01 de junho de 2012, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso I e § 18 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os artigos 2º, inciso I e 5º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e artigos, 216 § 1º, 217, inciso I, alínea "c" e 218 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Processo 02007.001988/2012-04).

SÉRGIO AUGUSTO COELHO DINIZ NOGUEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 35, DE 20 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nomeado pela Portaria nº 178 publicada no DOU de 05.07.2005, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria nº 341-MMA, de 31/08/2011, publicada no DOU de 01/09/2011 e competências delegadas pela Portaria nº 262, de 11/04/2008, publicada no DOU de 14/04/2008, e Decreto nº 5.878, de 18/08/2006, publicado no DOU de 21/08/2006, resolve:

Art. 1º - Designar as atribuições de coordenador e vice-coordenador do colegiado de autoridades julgadoras de autos de infração da SUPES/RN, no período de agosto de 2012 a agosto de 2014, aos servidores abaixo relacionados.

I - Fabiola Patrícia da Silva Rufino, Analista Ambiental, Matrícula nº 1714820 - Coordenadora;

II - Luiz Eduardo Carvalho Bonilha, Analista Ambiental, Matrícula nº1365258 - Vice Coordenador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação

ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 272, DE 20 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria nº 304, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe são conferida pelo art. 21, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente:

Considerando a Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação nº 05/2011, celebrado entre o ICMBio, o Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Meio Ambiente, o Município do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, a Mitra Arquiepiscopal, a Secretaria do Patrimônio da União Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPU, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente objetivando a gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca, Processo nº 02070.002568/2008-22, resolve:

Art. 1º - Instituir o Comitê Permanente de Acompanhamento e Gestão do Acordo de Cooperação para a Gestão Compartilhada do Parque Nacional da Tijuca nº 05/2011.

Art. 2º - Compete ao Comitê Permanente planejar, acompanhar e monitorar as atividades e programas pactuados no Acordo de Cooperação nº 05/2011, emitir relatórios periódicos ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e ao Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca.

Art. 3º - O Comitê Permanente será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Do Instituto Chico Mendes de Conservação:
Ernesto Bastos Viveiros de Castro - CPF Nº 075.971.807-56

Pedro da Cunha e Menezes - CPF Nº 849.360.027-04

II - Do Governo do Rio de Janeiro:
André Silva Ilha - CPF Nº 543.840.527-15
Patrícia Figueiredo de Castro - CPF Nº 596.419.837-68

III - Prefeitura Municipal do Estado do Rio de Janeiro:
Annelise Gramacho/COMLURB - CPF Nº 973.298.787-15
Carlos Alberto Muniz/SMAC - CPF Nº 666.126.917-00
Maria Inês Galindo Pinheiro/RIOTUR - CPF Nº 620.222.707-97
Mauro José Bapistas/ GEO-RIO - CPF Nº 023.347.807-82
Rafael Gonçalves/ SECONSERVA - CPF Nº 086.909.387-88
Zacarias Rodrigues da Silva Barbosa/ Guarda Municipal - CPF Nº 495.159.347-53

IV - Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
Pe. Omar Raposo de Souza - CPF Nº 087.144.747-94

V - Secretaria do Patrimônio da União
Marina Ângela Miranda Esteves da Silva - CPF Nº 636.457.007-06

VI - Ministério do Meio Ambiente
Larissa Cásala Ribeiro da Cruz Godoy - CPF Nº 005.274.689-59

Art. 4º - O Comitê Permanente deverá escolher um coordenador entre seus membros.

Parágrafo único. Caberá ao município do Rio de Janeiro exercer a Secretaria Executiva do Comitê, cuja atribuição será zelar pela implantação das definições provenientes do Comitê, resguardadas as competências de cada convenente.

Art. 5º - A participação no Comitê Permanente criado por esta portaria não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 399, DE 19 DE JULHO DE 2012

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, usando da competência atribuída pela Portaria nº 69, de 12 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2007, e Portaria nº 18, de 06 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 08 de fevereiro de 2008, e considerando o constante do Processo nº 02070.001717/2012-12, resolve:

I - Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais, ao servidor FRANCISCO LUIZ CAMARA TAVARES, matrícula nº 0685967, ocupante do cargo de Analista Ambiental, Classe "S", Padrão III, lotado na Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Instituto, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005.

II - Declarar vacância da vaga nº 430994, do referido cargo.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 817, DE 20 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 134/SE/MP, de 4 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2004, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e em face do disposto no art. 12 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, e no art. 23-A, da Lei nº 9.637, de 1998 resolve efetivar a requisição do seguinte servidor, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, na forma abaixo indicada:

Servidor: RICARDO CORTES PORTUGAL
Matrícula SIAPE nº: 0958532
Cargo: Técnico em Comunicação Social
Para: Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM
Cargo a ser ocupado: não informado
Amparo Legal: inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, c/c art. 12 da Lei nº 11.906, de 2009, e com o art. 23-A da Lei nº 9.637, de 1998.
Responsabilidade de ônus: Órgão cedente
Processo nº: 03000.003383/2012-16

VALTER CORREIA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00022012072300036 Documento assina

ANEXO V
CONSELHO DO MONUMENTO NATURAL DOS MORROS PÃO DE AÇUCAR E MORRO DA URCA

RESOLUÇÃO SMAC Nº 518 DE 13 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 26.578 de 1/06/2006 declara o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e Urca como Monumento Natural.

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 5º da Lei Federal 9.985 de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), onde é determinado que o SNUC será regido por diretrizes que assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação;

CONSIDERANDO o que determina o Decreto Municipal nº 30.031 de 10/11/2008 que dispõe sobre a criação dos Conselhos das Unidades de Conservação do Município do Rio de Janeiro;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, que terá representação paritária de membros do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 2º - O Conselho, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, será constituído por 20 (vinte) membros efetivos, com direito a voto, todos nomeados pelo Presidente do Conselho, e possuirá a seguinte composição:

I. 10 (dez) membros dos órgãos do Poder Público a seguir indicados:

a. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC;
b. 1 (um) representante da RIOTUR;
c. 1 (um) representante da Guarda Municipal do Rio de Janeiro – GM-Rio;
d. 1(um) representante do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBIO;
e. 1 (um) representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
f. 1 (um) representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO;
g. 1(um) representante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército – ECEME;
h. 1 (um) representante da Prefeitura Militar da Zona Sul – PMSZ;
i. 1 (um) representante da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais – CPRM.
j. 1 (um) representante do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

II. 10 (dez) membros da sociedade civil, com atuação relacionada ao Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, na forma abaixo:

a. 1 (um) representante da Associação de Moradores da Urca – AMOUR;
b. 1 (um) representante da Companhia Caminho Aéreo do Pão de Açúcar – CCAPA;
c. 1 um) representante da Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro – FEMERJ;
d. 1 (um) representante da Associação Carioca das Empresa de Turismo Aventura – ACTA ;
e. 1 (um) representante da Associação de Guias e Instrutores Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro – AGUIPERJ;
f. 1 (um) representante do Iate Clube do Rio de Janeiro – ICRJ;
g. 1 (um) representante da União dos Escoteiros do Brasil – UEB;
h. 1 (um) representante da Associação de Moradores de Botafogo – AMAB;
i. 1 (um) representante da Associação de Moradores da Rua Lauro Muller e Adjacências – ALMA;
j. 1 (um) representante do Grupo de Ação Ecológica – GAE.

Parágrafo Único - Cada membro efetivo terá um suplente que o substituirá em suas faltas e impedimentos.

Art. 3º - Presidirá o Conselho o gestor do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, que será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Secretário Executivo do Conselho.

Art. 4º - O Conselho, de que trata esta Resolução, terá caráter consultivo e será regido pelas disposições pertinentes, constantes no Decreto Municipal n.º 30.031 de 10/11/2008.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2012

ALTAMIRANDO FERNANDES MORAES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE EM EXERCÍCIO

ANEXO VI

TERMO DE REFERENCIA PARA O PARQUE DO FLAMENGO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO PARQUE BRIGADEIRO EDUARDO GOMES – PARQUE DO FLAMENGO

1. INTRODUÇÂO

O presente Termo de Referência estabelece o conjunto necessário de informações descritivas, conceituais e técnicas, com o objetivo de nortear os procedimentos legais e técnicos para a contratação do Plano Diretor do Parque Brigadeiro Eduardo Gomes – Parque do Flamengo.

O Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, doravante chamado de Parque do Flamengo, está localizado junto à orla da Baía de Guanabara, em área aterrada, de 1.325.590 metros quadrados. Foi construído segundo projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho para Urbanização do Aterrado [2], estende-se por vários bairros, desde o Aeroporto Santos Dumont até o início da Praia de Botafogo e faz parte do sistema Parques Urbanos Cariocas, sob a tutela da FPJ – Fundação Parques e Jardins e SMAC – Secretaria de Meio Ambiente da Cidade. Atualmente, o Parque está sob a administração da VI Região Administrativa, vinculada à Secretaria da Casa Civil.

O Parque do Flamengo é tombado na esfera federal pelo IPHAN e na esfera municipal, pela SUBPC – Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Arquitetura, Intervenção Urbana e Design (Dec. nº 30.936/09).

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços especializados de elaboração do Plano Diretor para o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes - Parque do Flamengo, cuja situação geográfica e delimitação, para efeito de identificação da abrangência do trabalho, encontram-se definidas na planta constante do Anexo II deste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

O Parque do Flamengo constitui um dos principais componentes urbanos da candidatura da Cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial da UNESCO, na categoria Paisagem Cultural.

Considera-se também a importância do Parque no contexto da cidade, como sede da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016. Em suas dependências irão ocorrer as competições náuticas, além de ser um equipamento importante para o fluxo turístico que será gerado pelos eventos supracitados.

[2] Grupo de Trabalho presidido por Maria Carlota (Lota) de Macedo Soares, composto por Affonso Eduardo Reidy, urbanismo; Roberto Burle Marx, projeto paisagístico; Luiz Emygdio de Mello Filho, botânica; Jorge Machado Moreira e Helio Mamede, arquitetura; Berta Leitchic, engenharia.

Neste ano de 2009 comemora-se o centenário de dois grandes nomes da arquitetura e paisagismo mundial, ambos autores ao Parque do Flamengo - o arquiteto e urbanista Affonso Eduardo Reidy e o paisagista Roberto Burle Marx. A importância das obras paisagísticas de Roberto Burle Marx para a Cidade do Rio de Janeiro, foi oficialmente reconhecida através do decreto de tombamento provisório de 84 de suas obras na cidade, dentre elas o próprio Parque do Flamengo, uma de suas mais significativas intervenções, que inclui o paisagismo do Museu de Arte Moderna, também inserido no Parque, e o mosaico de pedra portuguesa na orla de Copacabana.

Segundo o art. 6 da Carta de Florença a expressão "jardim histórico" é igualmente aplicável a pequenos jardins ou a grandes parques, quer sejam formais ou "paisagens", encaixando-se o Parque do Flamengo nessa categoria. Por ser um parque urbano de grandes dimensões e de grande utilização pela população, o Parque do Flamengo sofre constantes interferências e depredações, já atingindo o período necessário para uma intervenção extensiva de conservação e recuperação, além da necessidade de se estabelecer critérios de ocupação, de usos e de concessões, que visem à proteção e preservação do patrimônio botânico, paisagístico e arquitetônico, de modo a permitir um maior aproveitamento do potencial turístico, cultural, esportivo e social do conjunto.

4. OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR

- Identificar, através de levantamento e diagnóstico das condições físicas, ambientais e dos marcos sócio-culturais do Parque, seus usos, as características paisagísticas e espaciais, os problemas críticos e as potencialidades;
- Definir diretrizes para a regulamentação do uso do espaço e dos equipamentos do Parque, a serem posteriormente submetidas ao executivo municipal e ao poder legislativo;
- Estabelecer as ações de manutenção, restauração e conservação prioritárias;
- Contribuir com os órgãos públicos diretamente envolvidos na administração e preservação do Parque do Flamengo, no estabelecimento de um modelo de gestão, com força de estatuto legal, que materialize uma administração mais eficiente, econômica e sustentável ao longo do tempo. Esse modelo de gestão levará em conta a aplicação do Plano Diretor e a fiscalização de suas diretrizes.

5. DIRETRIZES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

O Plano Diretor do Parque do Flamengo deverá ter como referência, para todas as proposições de intervenção, manutenção, conservação, restauração e demais outras, os princípios estabelecidos nos seguintes documentos:

I. Projeto original para Urbanização do Aterrado da praia do Flamengo, elaborado pelo Grupo de Trabalho, presidido por Maria Carlota (Lota) de Macedo Soares e composta por Affonso Eduardo Reidy, urbanismo; Roberto Burle Marx, projeto paisagístico; Luiz Emygdio de Mello Filho, botânica; Jorge Machado Moreira, arquitetura; Berta Leitchic, engenharia e Helio Mamede, arquitetura.

II. Carta de Florença – Jardins Históricos, documento adotado pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios em dezembro de 1982;

III. Outros documentos relacionados à proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, em especial as diretrizes dos órgãos de tutela do bem tombado.

IV. Quesitos necessários à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio da Humanidade da UNESCO – categoria Paisagem Cultural.

A contratada deverá elaborar um conjunto de estudos, orientações e normas, de modo a permitir a implementação das seguintes diretrizes:

- Recuperação, proteção e preservação do patrimônio botânico, paisagístico, arquitetônico, histórico e cultural;
- Potencialização das atividades culturais e turísticas, através da valorização e indução ao uso dos equipamentos existentes e das áreas hoje ociosas destinadas à freqüência pública;
- Aprimoramento dos níveis de conforto e segurança, de modo a:

a) fazerem-se percebidos pelos usuários, em todos os domínios do Parque, inclusive em seus acessos;
b) favorecer a extensão dos impactos positivos ao entorno imediato do Parque;
c) neutralizar ou minimizar substancialmente iniciativas predatórias e usos incompatíveis com a destinação dos espaços do Parque;

- Regulamentação das condições gerais de uso e de exploração dos suportes materiais (patrimônio paisagístico, arquitetônico e urbanístico) nos diferentes territórios do Parque, considerando seus respectivos perfis de uso e de interesse, através do estabelecimento de critérios normativos que visem à proteção do patrimônio cultural e ambiental eadequação dos espaços e seus equipamentos às novas demandas e aos novos usos identificados, inclusive acessibilidade;
- Estabelecimento de um modelo de gestão - e respectiva estrutura administrativa, seja através da criação de um órgão gestor independente ou inserido na estrutura da administração municipal. Caberá ao contratado colaborar com os agentes públicos, que ouvirão outros seguimentos atuantes nos domínios no Parque. Será de competência dos agentes públicos, avaliar e aprovar a composição da organização gestora proposta pela contratada. Entende-se como meta principal da futura organização gestora do Parque do Flamengo, as operações permanentes de manutenção das coberturas vegetal e mineral, do gerenciamento da manutenção dos equipamentos públicos de educação, cultura, esporte e lazer, do mobiliário, da infra-estrutura de drenagem e iluminação, da limpeza pública e segurança. Caberá também à organização gestora do Parque do Flamengo, promover ações de incentivo à cultura, esporte, turismo e lazer, observadas as condições estabelecidas pelo Plano Diretor;

Como metodologia para o desenvolvimento do Plano, solicita-se a sua organização em duas vertentes principais, para facilitar a composição e interface entre os diversos profissionais da equipe multidisciplinar exigida:

I. Patrimônio paisagístico da cobertura vegetal e mineral, entendendo-se por cobertura mineral, todo o tipo de revestimento de piso não vegetal, de natureza caracteristicamente paisagística, encontrada nos domínios do Parque;

II. Patrimônio arquitetônico e urbanístico, entendendo-se por este, o conjunto dos espaços de convivência, sobretudo as praças ou locais destinados à permanência compatíveis com o lazer passivo. O conjunto dos equipamentos de uso esportivo, de lazer e cultural, tais como quadras, pistas, áreas mobiliadas para recreação infantil, elementos construídos de suporte às mais diversas atividades, como a arena, pista de aeromodelismo, tanque de modelismo naval, as edificações e o conjunto dos elementos da infra-estrutura, a exemplo das passarelas, demais áreas de acesso ao Parque e circulações.

6. ESCOPO DO PLANO DIRETOR

7. Considerações iniciais

Descrição da justificativa e considerações sobre a influência e significado do Parque nos contextos interno e externo; breve histórico do Parque do Flamengo - sua origem e relato dos principais projetos e intervenções.

Parte 1 – Objetivos
Descrição dos objetivos do Plano, conforme estabelecido no item 4.
Parte 2 – Situação atual do Parque do Flamengo
Compreende o diagnóstico através de:
(i) Análise das condições atuais do Parque do Flamengo, sob o enfoque de sua conservação, utilização e gestão, elaborada com base nos levantamentos físicos;
(ii) Estudos comparativos entre a configuração atual e o projeto original, a partir de pesquisas documentais.
Será objeto de prospecção e análise o patrimônio paisagístico e o arquitetônico e urbanístico:
a) Patrimônio paisagístico
Compreende o conjunto de elementos que compõem o acervo existente de caráter predominantemente ornamental do Parque do Flamengo, seja de cobertura vegetal (composições herbáceas, arbustivas e arbóreas) ou de outros tipos, tais como revestimento em pedra ou saibro.
O conteúdo do levantamento do patrimônio paisagístico deve ser expresso:

- Por uma classificação ou agrupamento dos espaços paisagísticos por padrões semelhantes (levantamento com vistas à regulamentação geral de uso do Parque);
- Por seqüências de pranchas, onde será representada a situação original e a atual, ou seja, a discriminação das espécies vegetais existentes e aquelas plantadas inicialmente, inclusive um levantamento do estado fito-sanitário;
- Por um quadro de cadastro das espécies;
- Por registro fotográfico, abrangente e representativo das coberturas vegetais e das coberturas minerais, apresentado com referências de localização no Parque, através de esquemas gráficos.

b) Patrimônio arquitetônico e urbanístico
Compreende os espaços de convivência, as vias de circulação e áreas de permanência dos usuários, assim como seus equipamentos construídos, o mobiliário e o conjunto das edificações.
Observa-se que o conjunto dos elementos que compõem o patrimônio arquitetônico e urbanístico está inserido no contexto de seus diversos usos. Neste sentido, o aspecto aqui apresentado, considera também, como objeto de investigação, os usos mais freqüentes.
O conteúdo da análise do patrimônio arquitetônico e urbanístico deve ser expresso:

- Pelo levantamento das edificações, dos elementos construídos, dos equipamentos, mobiliário e das respectivas condições de conservação e utilização;
- Pelo levantamento da infra-estrutura: rede de drenagem, iluminação, irrigação e das suas condições de funcionamento e conservação;
- Pelo levantamento dos usos verificados nos diversos espaços (tanto aqueles nitidamente destinados ao uso intensivo, à circulação e permanência, quanto àqueles de função predominantemente paisagística, ornamental) em diferentes dias da semana e horários. Devem ser explicitados os usos e avaliados seus impactos, positivos e negativos, a que estão sujeitos os diversos espaços abertos. Devem ser indicadas ainda as eventuais causas e conseqüências destes impactos na integridade do Parque e na atratividade de visitantes e usuários. Essa avaliação deverá levar também em conta:

- As opiniões de usuários e visitantes;
- As opiniões dos agentes mais representativos instalados nos domínios do Parque;
- As opiniões técnicas de representantes dos órgãos públicos diretamente envolvidos na tutela e na preservação do Parque do Flamengo.

O levantamento deverá ser apoiado em pesquisas documentais, pesquisas de campo e entrevistas.

Parte 3 – Diretrizes, Proposições e Planos

Compreendem minimamente:

- Regulamentação das condições gerais de uso dos diversos espaços e equipamentos do Parque do Flamengo;
- Diretrizes para o estabelecimento de um Banco de Dados que deverá subsidiar intervenções futuras, e conterá os levantamentos e a cartografia geo-referenciada produzida, a cartografia e iconografia existente em arquivos;
- Plano de recuperação, proteção e preservação do patrimônio botânico, paisagístico, arquitetônico, histórico e cultural do Parque com base no diagnóstico realizado e eventuais propostas de intervenções devidamente justificadas.
- Propostas para a potencialização das atividades culturais e turísticas, através da valorização e indução ao uso dos equipamentos existentes e das áreas hoje ociosas destinadas à freqüência pública;
- Propostas para o aprimoramento dos níveis de conforto e segurança dos usuários e turistas

Parte 4 – Sistema Gestor do Parque do Flamengo

Consiste no estudo de um sistema gestor para o Parque do Flamengo, que envolva os preceitos da transparência administrativa, compartilhamento de decisões e sustentabilidade. Esse estudo deverá ser submetido aos órgãos de decisão da administração pública, diretamente envolvidos na preservação e manutenção do Parque do Flamengo, notadamente, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Governo Federal. O primeiro, através dos seus conselhos municipais afins, CMPC – Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro e CONSEMAC – Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro e o segundo representado pelo Conselho Federal de Cultura e a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Caberá à contratada:
- Propor e submeter, preliminarmente, aos representantes dos poderes públicos envolvidos na elaboração do Plano Diretor:
(i) opção (ões) de configuração do Sistema Gestor;
(ii) estratégia(s) econômico-financeira(s) e de sustentabilidade, pela(s) qual(is) o futuro gestor do Parque viabilizará a implementação das diretrizes definidas no Plano Diretor;

- Facilitar e operar o fórum de discussão e deliberação acerca do Sistema Gestor do Parque do Flamengo.

Parte 5 – Conclusões e considerações finais

Análise e avaliação do trabalho;

Bibliografia e documentos consultados.

8. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

Do ponto de vista da espacialidade concebida para o Parque do Flamengo, o paisagismo é um todo. Os elementos de composição da paisagem ornamental sejam jardins, áreas gramadas, esculturas ou pisos, se inter-relacionam de algum modo com a espacialidade das áreas claramente destinadas à permanência e ao uso intensivo.

Justifica-se a exigência de equipes multidisciplinares por se tratar de diferentes naturezas de objetos, que constituem diferentes campos de conhecimento, os quais, por sua vez, demandam a interveniência de profissionais com diferentes perfis.

A prospecção, o diagnóstico e proposições referentes à temática paisagística e botânica do Plano Diretor, sugerem o perfil de uma equipe profissional multidisciplinar.

O estudo das dinâmicas de uso e dos diferentes modos de apropriação dos espaços pelos usuários, por profissionais da área social, nos diversos territórios do Parque, deve ser conciliado com a investigação dos espaços e com a análise da integridade física dos elementos construídos, pelos arquitetos, engenheiros, botânicos e paisagistas.

Equipe mínima exigida:

- 01(um) Coordenador – arquiteto com mais de 10 anos de experiência comprovada em elaboração de planos diretores ou afins;
- 01 arquiteto auxiliar, com mais de 05 anos de experiência comprovada em diagnósticos e projetos de recuperação, manutenção e conservação do patrimônio cultural.
- 01 paisagista – com mais de 05 anos de experiência comprovada em projetos de recuperação, manutenção e conservação
- 01 Engenheiro Florestal – com mais de 05 anos de experiência comprovada em diagnósticos e tratamentos fitoterápicos
- 01 Botânico – com mais de 5 anos de experiência comprovada em projetos de recuperação, manutenção e conservação de flora
- 01 Engenheiro Civil – com mais de 5 anos de experiência comprovada em diagnósticos e projetos para estruturas
- 01 Historiador – com experiência comprovada em pesquisas arquivísticas;
- 01 Sociólogo ou Antropólogo – com experiência comprovada na elaboração de diagnósticos e pesquisas sociais
- 01 advogado ou economista – com experiência na elaboração de modelos de gestão para áreas públicas.

8. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

O custo total para a execução dos serviços especificados é de R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais)

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de elaboração do Plano Diretor do Parque do Flamengo será de 10 (dez) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

10. ANEXOS

10.1. Detalhamento dos Custos

Anexo I - Detalhamento dos Custos

PLANO DIRETOR PARQUE DO FLAMENGO				
Equipe	Meses	Honorários	Carga Horária	Total
Coordenador arquiteto	**10**	**10.000,00**	**60%**	**60.000,00**
Arquiteto auxiliar	**10**	**6.000,00**	**100%**	**60.000,00**
Paisagista	**10**	**6.000,00**	**50%**	**30.000,00**
Engenheiro Florestal	**10**	**6.000,00**	**30%**	**18.000,00**
Botânico	**10**	**6.000,00**	**30%**	**18.000,00**
Engenheiro Civil	**10**	**6.000,00**	**20%**	**12.000,00**
Historiador	**10**	**6.000,00**	**20%**	**12.000,00**
Sociólogo/Antropólogo	**10**	**6.000,00**	**20%**	**12.000,00**
Advogado/Economista	**10**	**6.000,00**	**20%**	**12.000,00**
Custos Indiretos	**10**	**1800,00/mês**	**-**	**18.000,00**
TOTAL				252.000,00